

# Relatório e Contas | 2022

# ÍNDICE

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. INTRODUÇÃO

- › Mensagem do Presidente do Conselho de Administração;
- › Enquadramento da CE;
- › Principais Indicadores;
- › Principais Acontecimentos

### 2. QUEM SOMOS

- › Missão e Valores;
- › Modelo de Negócio
- › Modelo de Criação de Valor;
- › Modelo de Governo
- › Gestão do Risco

### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

- › Contexto Económico e Financeiro;

### 4. BANCO INTERATLANTICO EM 2022

- › Actividade de banca Comercial
- › Carteira de crédito
- › Rentabilidade Sustentável
- › Capital Humano
- › Reconhecimento e Reputação

### 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

- › Governação
- › Ambiente
- › Sociedade
- › Contribuição para ODS

### 6. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

### 8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS

- › Demonstrações financeiras
- › Eventos Subsequentes
- › Notas às demonstrações financeiras

### 9. RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### 10. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



# INTRODUÇÃO

A modern office lounge with blue armchairs and a coffee table, featuring vertical blinds and large windows. The room is bright and airy, with a clean, minimalist design. The ceiling has recessed lighting and air vents. A glass door is visible in the background, leading to another area. The floor is made of large, light-colored tiles.





## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 termina com evoluções positivas nos principais indicadores do Banco Interatlântico, que assim aprofunda o seu caminho de melhoria contínua, contribuindo de forma crescente para a melhoria da imagem internacional dos indicadores do sistema financeiro nacional.

É parte relevante da nossa missão reforçar o Banco Interatlântico enquanto pilar de sustentabilidade e credibilidade do sistema financeiro nacional, beneficiando da nossa condição de filial do Grupo Caixa Geral de Depósitos e materializando de forma crescente os benefícios que a integração no Grupo CGD permitem, desde logo em termos de Governação, preocupações Ambientais e Sociais, Gestão de Riscos, e negócio responsável, alavancando sempre que possível, na ímpar rede internacional do Grupo Caixa.

O rigoroso cumprimento das regras do Banco Central de Cabo Verde são complementadas com o cumprimento das regras do supervisor do Grupo Caixa Geral de Depósitos, o Banco Central Europeu, garantindo padrões de conformidade com as melhores práticas internacionais.

Todo este enquadramento de actuação, assegura níveis de serviço, desenvolvimento da organização e inovação que o Grupo Caixa Geral de Depósitos quer assegurar em Cabo Verde e que são permanentemente materializados na actuação e desenvolvimento do Banco Interatlântico.

Os principais indicadores do Banco em 2022 demonstram a capacidade da Instituição em melhorar contínua e solidamente:

- Crescimento da quota de mercado de depósitos, o principal indicador de confiança num Banco e crescimento da carteira de crédito em mais de 6%;
- Contínua diminuição do crédito vencido e da nossa quota de mercado neste indicador, em forte contraciclo com o verificado no sistema financeiro;





## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Manutenção de rácios de NPE e de NPL abaixo de 4% e 5%, respectivamente;
- Crescimento sustentado dos nossos resultados, apesar do esforço na mitigação do risco de crédito e dos avultados investimentos na modernização do Banco e do Serviço aos Clientes;

A transformação do Banco é um esforço de melhoria permanente e a inovação no serviço aos nossos clientes abrange cada vez mais e melhores soluções, num movimento que já interiorizámos que é perpétuo, numa realidade tão dinâmica como a dos tempos que vivemos.

Introduzimos no mercado novos canais, mais dinâmicos e actuais e estamos a alterar profundamente o serviço ao cliente, com melhorias que continuamente chegam ao mercado.

Aos nossos empregados é devido reconhecido agradecimento pelos resultados alcançados, pelo empenho e pela dedicação, e a todos expresso a minha gratidão pelo Vosso serviço e pelo exemplo que dão.

Aos nossos stakeholders o agradecimento pelo trabalho profissional que exercem, como nos acompanham e como nos ajudam a melhorar, destacando o Supervisor, cujo profissionalismo exemplar nos assegura o caminho de melhoria permanente, com muita solidez e confiança.

Aos nossos Clientes o reconhecimento por nos continuarem a preferir e o nosso absoluto compromisso em Vos servir cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração  
Nuno Alexandre de Carvalho Martins







## ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

As estimativas de evolução do PIB de Cabo Verde apontam para que em 2022 este indicador tenha crescido c. 17,7%, o que representa uma evolução significativa para o País e espelho da recuperação económica observada, em particular com impulso do sector do turismo, principal motor da economia nacional e onde os investimentos estrangeiros continuam a observar-se, confirmando a credibilidade crescente do país.

Sendo um país dependente do exterior para as necessidades básicas, com insuficiência de produção de bens essenciais para o mercado interno, e em que Portugal é a principal origem das importações, também o é no desenvolvimento económico, com o sector do turismo a representar, directa e indirectamente, mais de 25% do PIB anual.

O Banco Interatlântico, filial da Caixa Geral de Depósitos, acompanhou o crescimento do mercado nos principais indicadores e continuou os seus processos de investimento, modernização e inovação com vista à melhoria contínua do serviço aos clientes.

No último quadrimestre o ano foi lançada uma nova versão do sítio da internet do Banco e um novo serviço de internet banking, melhorando a experiência de cliente e criando uma plataforma que permite evoluções contínuas. Também no mesmo quadrimestre entrou em produção faseada um novo sistema de gestão de crédito que irá melhorar sensivelmente a capacidade de resposta do Banco e o tempo que ainda levamos a responder aos pedidos de crédito dos clientes.

As principais linhas de negócio evoluíram favoravelmente, com o stock de crédito às famílias a crescer c. 12%, num contexto em que o Banco reduziu o seu stock de crédito em incumprimento apesar de ter sido o ano de saída das moratórias, tendo sido feito enorme esforço de recuperação e viabilização de negócios.





## ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O crédito bruto cresceu 6,3%, mas sem o efeito das reduções de NPL, teria crescido 7,4%. Já os depósitos evoluíram 7,5%, acima do crescimento do mercado. O Resultado Líquido evoluiu c. 9%, apesar do efeito do reforço de imparidades e constituição de backstops de NPE que visam mitigar riscos de crédito.

O Banco têm em curso projectos estruturantes, para melhorar a capacidade de serviço ao cliente que já permitiram rever e simplificar processos e estrutura, melhorando o time-to-cash e o cost-to-serve. Estes projectos continuarão a trazer inovação e a melhorar níveis de serviço aos clientes em 2023.

O Banco Interatlântico foi também distinguido em 2022 com diversos prémios internacionais, de que destacamos pela sua relevância, os seguintes:

- The Banker atribui ao Banco Interatlântico, pelo quinto ano consecutivo, o prémio do “Bank of the Year”. Reconhecendo deste modo o empenho e a dedicação do Banco e dos seus empregados e o seu foco nos clientes e nos resultados.
- Pan Finance distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio “Digital banking services of the year -cape verde 2022
- International Investor distribuiu o Banco com os prémios:
  - Best bank-cape verde 2022
  - Best sustainable bank- cape verde 2022.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco manteve uma política cuidada de responsabilidade social e cultural, apoiando alguns projectos e instituições sem fins lucrativos e culturais, importantes para o País.





## PRINCIPAIS INDICADORES EM 2022

**28.091 M.CVE**

Activo total

**16.842 M.CVE**

Crédito Bruto

**24.087 M.CVE**

Recursos (Clientes)

**33.649**

Clientes

**163**

Empregados

**9**

Unidades comerciais

Elevado dinamismo na produção comercial

**+17,37%**

Crédito Habitação (YoY)

**+7,46%**

Depósitos de Clientes (YoY)

Quotas de mercado:

**11,69%**

Em crédito

**9,59%**

Em depósitos

Melhoria do Resultado

**307,8 M.CVE**

Resultado Líquido

**+8,9%**

(YoY)

Posição de liquidez confortável

**68,85%**

Rácio de Transformação

Melhoria dos indicadores de risco e rentabilidade

**-0,43 p.p**

Rácio Crédito vencido

**-0,42 p.p**

Cost of Risk

**+8,56 p.p**

Comissões %C Pessoal

**+0,04 p.p**

Comissões % Volume de Negócio



**2022**





## PRINCIPAIS INDICADORES em 2022

Indicadores de Balanço e Exploração	31 Dez 22	31 Dez 21	Valor	%	Notas
Activo Líquido	28 091	25 921	2 171	8,4%	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800	3 011	789	26,2%	
Aplicações em Instituições de Crédito	35	31	4	11,6%	
Crédito a clientes (Líquido)	21 290	20 154	1 136	5,6%	
Crédito Titulado Bruto	5 097	4 997	100	2,0%	
Crédito não Titulado Bruto	16 842	15 841	1 002	6,3%	
dos quais: Crédito vencido	825	843	-18	-2,2%	
Imparidade	649	683	-34	-5,0%	
Depósitos de clientes	23 916	22 256	1 660	7,5%	(8)
Capitais Próprios	3 316	3 033	283	9,3%	
Produto Global de Actividade	1 199	1 167	32	2,7%	
Margem Financeira	921	921	0	0,03%	
Margem Complementar	278	246	31	12,7%	
Custo de Estrutura	695	649	46	7,2%	
Imparidades e Provisões	203	224	-21	-9,3%	
Resultado de Exploração	504	518	-15	-2,8%	
Resultado Líquido	308	283	25	8,9%	

Valores em Milhões CVE

Rentabilidade e Eficiência	31 Dez 22	31 Dez 21	Var.	Notas
Rentabilidade Líquida do Activo (ROA)	1,11%	1,14%	0,0 p.p	(1)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	9,69%	9,77%	-0,1 p.p	(1)
Produto Global de Actividade / Activo Líquido Médio	4,30%	4,72%	-0,4 p.p	(1)
Custo com Pessoal / Produto Global de Actividade	25,58%	26,35%	-0,8 p.p	
<i>Cost to income</i>	58,0%	55,6%	2,4 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0,29%	0,25%	0,04 p.p	(2)
Comissões Líquidas / Custos com Pessoal	38,73%	30,18%	8,6 p.p	

(1) Capitais Próprios a Activos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

(8) Não inclui os juros a pagar



## PRINCIPAIS INDICADORES em 2022

### Qualidade de crédito e Cobertura

	31 Dez 22	31 Dez 21	Var.	
Rácio de NPL (Non-performing loans)	4,82%	4,51%	0,3 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2,75%	2,39%	0,4 p.p	
Rácio de NPE ( <i>Non-performing exposure</i> )	3,60%	3,30%	0,3 p.p	
Rácio de NPE Líquido	2,05%	1,73%	0,3 p.p	
Cobertura NPL	33,97%	48,89%	-14,9 p.p	
Cobertura NPE	33,79%	48,86%	-15,1 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0,45%	0,88%	-0,4 p.p	(4)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	4,90%	5,32%	-0,4 p.p	(3)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 150/DSE/2009)	2,45%	3,33%	-0,9 p.p	(3)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	72,79%	75,03%	-2,2 p.p	(3)

(1) Capitais Próprios a Activos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

(3) Crédito não titulado

(4) Custo de Risco de Crédito Líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

(5) Crédito Líquido (inclui títulos das Empresas) / Depósitos de Clientes

(6) Provisório, ainda em processo de autorização pelo BCV

(7) Inclui 2 Administradores Executivos

(8) Não inclui os juros a pagar

### Rácios de Estrutura

	31 Dez 22	31 Dez 21	Valor	
Crédito a clientes (Líquido) / Activo Líquido	57,82%	58,67%	-0,9 p.p	(3)
Rácio de Transformação (Crédito Líquido / Depósitos)	68,85%	69,49%	-0,6 p.p	(5)

### Rácios de Solvabilidade e Liquidez

	31 Dez 22	31 Dez 21	Valor	
Rácio de Solvabilidade	15,63%	16,37%	-0,7 p.p	(6)
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	147,80%	136,50%	11,3 p.p	

### Outros Indicadores

	31 Dez 22	31 Dez 21	Var.	
Nº de Empregados	163	159	4	(7)
Nº de Agências	9	9	0	
Empregado por Agência	18,1	17,7	0	
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	250	240	10	(3)
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	4 529	4 233	296	(3)



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2022

25.Mar.

**Governance Corporate Challenges** na era do Governance Digital e ESG

Acreditando na importância da adoção de práticas sustentáveis no sector financeiro, o BI patrocinou a conferência que teve como temática principais o ESG – From here to where?

27.Abr. 

**World Economic Magazine** distinguiu o Banco Interatlântico com dois prémios:

- **Best Corporate Bank Cape Verde 2022**
- **Best Retail Bank Cape Verde 2022**

26.Mai 

**Global Banking & Finance Review** distinguiu o Banco Interatlântico com seis prémios:

- **Melhor Banco Empresas, Cabo Verde**
- **Corporate Governance Bank, Cape Verde**
- **Melhor Banco Corporate Social Responsibility, Cabo Verde**
- **Década de Excelência para Grupo Bancário, Cabo Verde**
- **Melhor Banco de Particulares, Cabo Verde**
- **Melhor Banco de Retalho, Cabo Verde**

01. Setembro

**Novo Website e Internet Banking**

Entrada em produção do **novo Website e Internet Banking (particulares e empresa)**

20.Novembro 

**13ª GEW- Global Entrepreneurship Week**

Reconhecendo a importância deste evento para a difusão da cultura empreendedora, promoção de *networking* entre os empreendedores, empresários e instituições, incentivo à criação de redes nacionais de promoção/apoio às empresas o BI patrocinou a 13ª Edição da semana Global do Empreendedorismo

2023

30.Mar

**NOVA SEDE**

Em Março ocorreu a mudança para as novas instalações do Banco



**World Economic Magazine** distinguiu o Banco Interatlântico com mais dois prémios:

- **Fastest Growing Private Bank Cape Verde 2022**
- **Best Trade Finance Bank Cape Verde 2022**



**International Investor**

distinguiu o Banco Interatlântico com dois prémios:

- **Best bank-cape verde 2022**
- **Best sustainable bank- cape verde 2022.**

14.Dez



**Pan Finance** distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio “**Digital banking services of the year - cape verde 2022**”



**The Banker** atribui ao Banco Interatlântico, pelo quinto ano consecutivo, o **prémio do “Bank of the Year”**. Reconhecendo deste modo o empenho e a dedicação do Banco e dos seus empregados e o seu foco nos clientes e nos resultados.



30.Nov

**Lançamento Livro “Temperos da Chef Ália - O Saber e os Sabores de Cabo Verde”**

Reconhecendo a importância do papel das mulheres na sociedade, e actuando sob princípios que salvaguardem a igualdade de oportunidades, o BI contribuiu para lançamento do Livro de receitas d Chef Ália;



A wide-angle photograph of a modern office space. The room is bright and airy, featuring large windows on the left side that let in natural light. The office is furnished with white desks, black office chairs, and white cubicle dividers. The floor is a light-colored, polished material. The ceiling has recessed lighting and air conditioning vents. The overall atmosphere is clean and professional.

QUEM SOMOS

## 2. QUEM SOMOS

### Somos o seu BANCO

O Banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e de particulares *affluent e upper affluent*, distinto pela sua solidez, confiança e reputação, com capacidade de permanente inovação e reconhecido pela sua atuação pautada por um elevado padrão ético

### MISSÃO E VALORES



**Ser** o banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e institucional bem como dos particulares de rendimento médio-alto, reconhecido pela inovação tecnológica e de produtos e dinamismo no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente no crédito especializado e mercado de capitais.

**Consolidar-se** como Banco prestador de um Serviço Financeiro global de qualidade, distinto pela relevância e responsabilidade forte na contribuição para um elevado padrão ético, desenvolvimento económico do País, reforço da competitividade, capacidade de inovação e satisfação dos empregados.

### A actividade e a conduta dos empregados

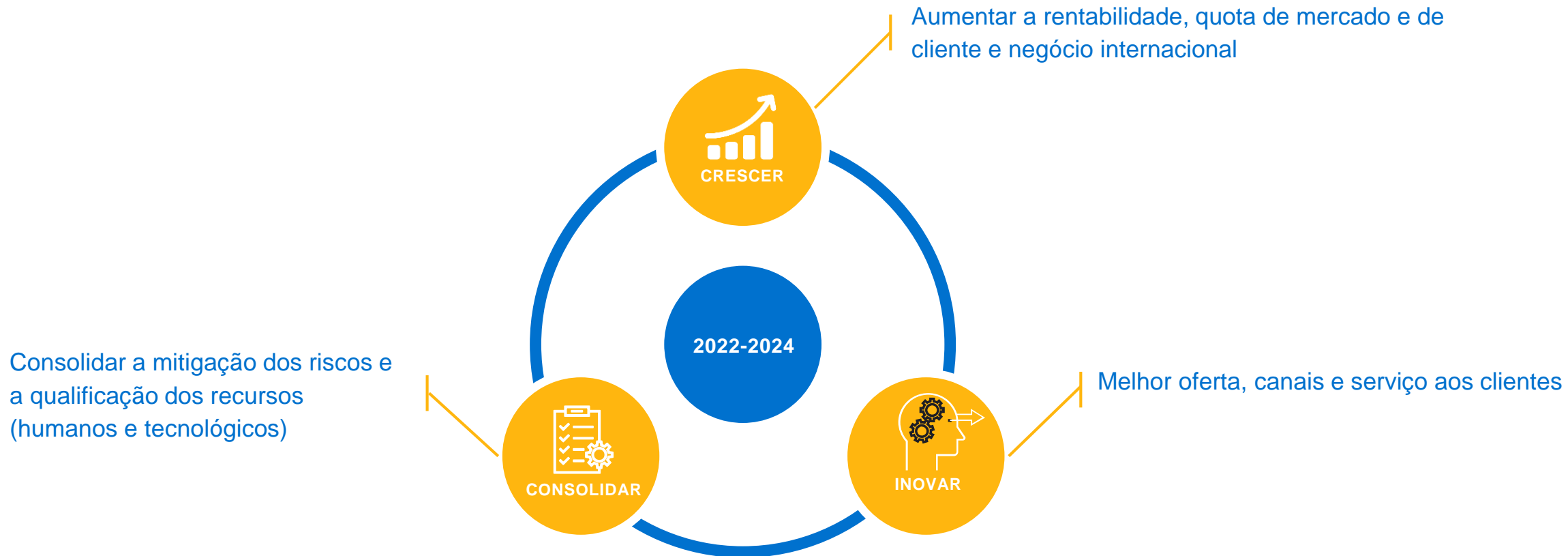
pautam-se pelos seguintes valores fundamentais:

- Rigor
- Transparência;
- Segurança nas aplicações;
- Responsabilidade organizacional e pessoal
- Integridade
- Respeito pelos interesses confiados



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O Banco tem em curso a implementação de um plano estratégico para 2022/2024, ambicioso e desafiador, com execução de projectos estruturantes orientados pelos seguintes vectores estratégicos:





### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO





### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO



5 Projectos Estruturantes, transversais à organização, para implementação da Estratégia

REDE RETALHO LEAN

SEGMENTAÇÃO DINÂMICA

DESENVOLVIMENTO DE  
CANAIS DIGITAIS

SUORTE E  
MARKETING

INOVAÇÃO



O foco nas **Pessoas**, aumentando responsabilidade e responsabilização e acompanhamento permanente e dedicado da gestão



As **Ambições para 2023 e Estratégia 2022/2024**, são de todos na organização:

**Crescer** – rentabilidade, quota de mercado e de cliente, negócio internacional

**Inovar** – oferta, canais e serviço aos clientes

**Consolidar** – a mitigação dos riscos e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos)

## 2. QUEM SOMOS



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Presença geográfica e canais

Para servir os seus Clientes Particulares, Negócios, Empresas e Institucionais, o BI conta com nove unidades comerciais nas principais ilhas do arquipélago, 1 gabinete de empresas e 1 gabinete de particulares.

Esta rede articula-se com os canais remotos, que incluem os serviços de homebanking (Bin@Net Particulares e Empresas), a aplicação *mobile* (App BI), assegurando assim a prestação de serviços e produtos bancários a todos os Clientes.

O BI tem vindo a desenvolver novas tecnologias para melhorar a experiência do Cliente na sua relação com o Banco, aumentando a capacidade de análise e resposta às necessidades de cada um e redesenhando vários processos para disponibilizar uma oferta cada vez mais inovadora e multicanal.

Novos Website e Internet Banking do Banco Interatlântico são já uma realidade, num processo contínuo de inovação que, com a mesma segurança e comodidade introduz mais-valias para os utilizadores, agregando novas valências e maior funcionalidade na sua utilização.





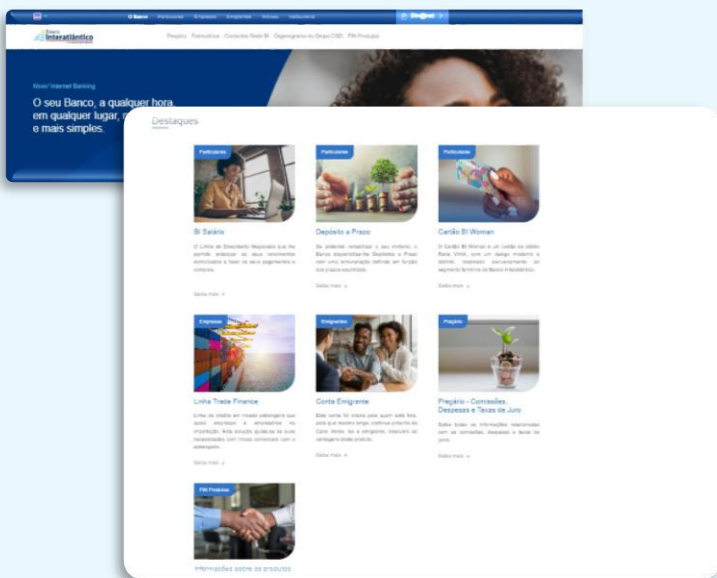


## ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

### Inovação nos Canais Digitais

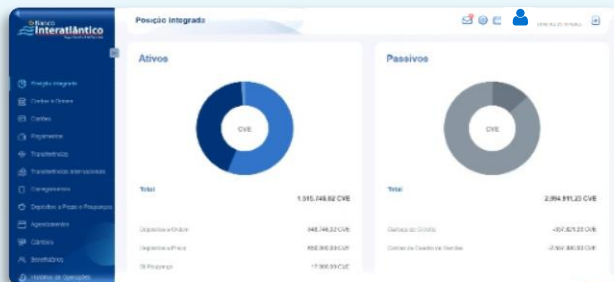
O Banco Interatlântico, em 2022, dando continuidade aos seus projetos estruturantes, disponibilizou aos seus clientes, com o mesmo nível de segurança e comodidade, um novo website e um novo Internet Banking, com um design moderno e mais atrativo, com novas valências e funcionalidades de **modo a melhorar a experiência do Cliente, a eficiência e o apoio aos Gestores Comerciais em Melhor Servir os Clientes.**

#### Novo Website



#### Novo Internet Banking Particulares e Empresas

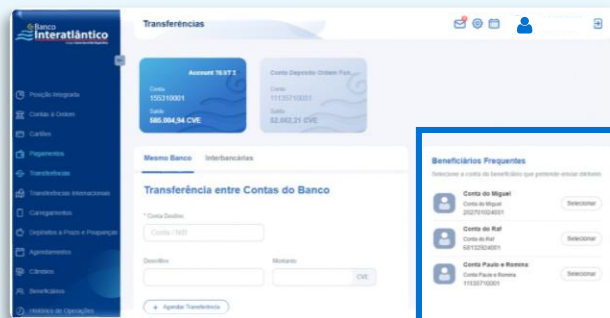
##### Dashboard com a Posição integrada



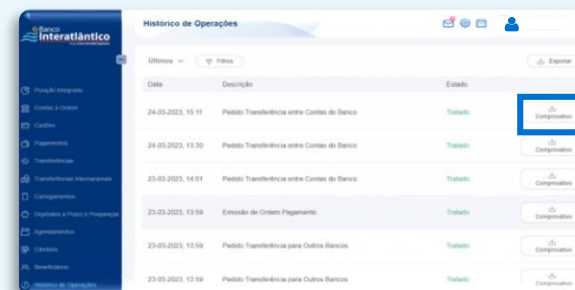
##### Pagamento de serviços mais user friendly



##### Acesso fácil à lista de beneficiários frequentes



##### Facilidade na extracção de comprovativo



## 2. QUEM SOMOS



### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

#### Evolução positiva e sustentada dos meios de pagamento

Evolução positiva em 2022 na banca à distância e nos meios de pagamento, destacando a cobertura do internet banking em 47% dos nossos clientes e a cobertura dos cartões de débito em 71% dos clientes activos.

Em **ATM** o Banco manteve estável o seu número, com 43 máquinas instaladas e uma quota do mercado de 20,3% em 2022, ocupando a 2ª posição no mercado nacional. Em relação aos **POS's** o Banco registou um aumento na ordem dos 9% relativamente a 2021, mantendo a sua quota de mercado na ordem dos 14% e ocupando a 3ª posição no mercado nacional.

No canal **Internet Banking** voltou-se a registar um aumento de utilizadores activos em c. 11%, justificado não só pelo aumento ocorrido na carteira de clientes, mas também pela campanha de divulgação do novo internet *Banking*, associando não só novos clientes ao serviço como clientes mais antigos.

O número de cartões activos do Banco Interatlântico registou um aumento em 2022 de +12,69%, mantendo assim a tendência do período homólogo, totalizando deste modo cerca de 30.006 cartões, dos quais, 26.175 da rede vint4 e 3.831 cartões Visa.

No que respeita à utilização dos canais digitais (**BIn@net e BI Mobile**) e cartões, verifica-se um aumento do número de operações realizadas no ano de 2022, com destaque para operações como transferências e pagamento de serviços, o que demonstra um reforço do crescimento na utilização dos canais digitais para algumas operações.

#### Principais indicadores

26 mil Cartões REDE	3.8 mil Cartões VISA	+11% YoY Utilizadores regulares da <b>Banca Digital</b>
+12,69% YoY Cartões activos		+8% YoY De contratos activos <b>Internet Banking</b>
43 Unds.	2ª posição Quota de mercado <b>ATM</b>	+9% YoY <b>POS</b>
+80% Mobile Banking	+13% Rede Vint4	+7,9% Mobile Banking
YoY <b>Movimentos nos nossos Canais</b>		
+81% Mobile Banking	+34% Rede Vint4	-5,3% Mobile Banking
YoY <b>Transferências para OICs</b>		

\*Em relação à rede vint4 e Mobile, todas as transferências são classificadas como Transferências p/ OIC

## 2. QUEM SOMOS



### MODELO DE CRIAÇÃO DE VALOR

#### CRIAMOS VALOR ATRAVÉS DO NOSSO MODELO DE NEGÓCIO





## 2. QUEM SOMOS

### MODELO DE GOVERNO

#### Governança

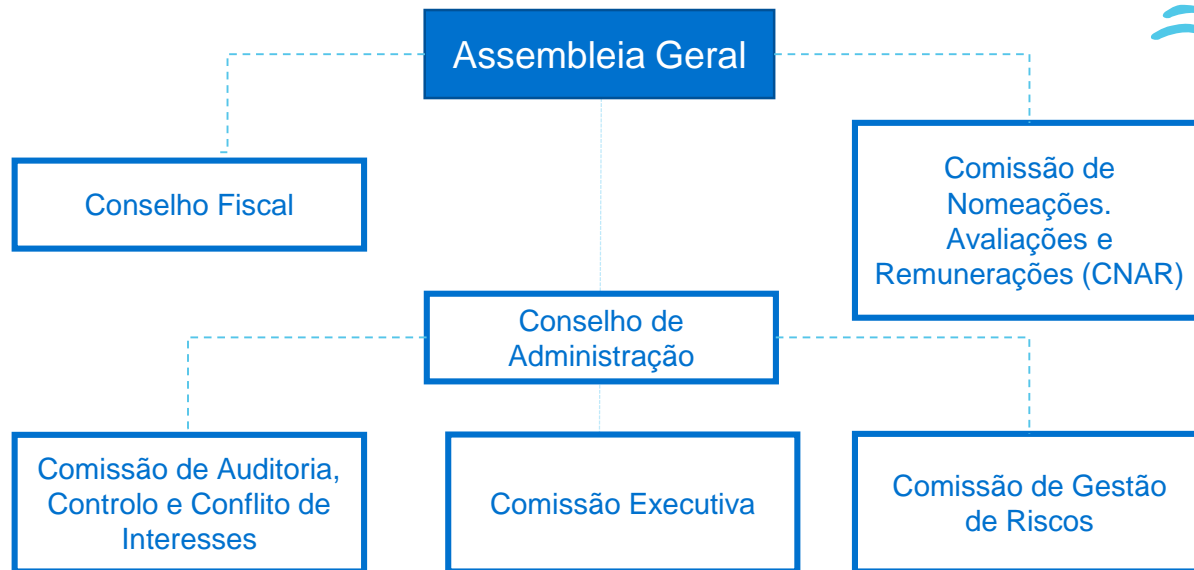
A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 347º do Código das Sociedades Comerciais, tendo como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

#### Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) é constituída por um presidente e por dois secretários, eleitos trienalmente.

A AG delibera sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos, incluindo a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão, contas do exercício, distribuição de resultados, e aumentos de capital.



#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é composto por um número ímpar de membros, no mínimo de cinco, sendo um presidente e outro vice-presidente, eleitos em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos. A actividade do Conselho de Administração está estabelecida no Regulamento do Conselho de Administração, o qual pode ser consultado no sítio do BI.

O CA reúne trimestralmente ou sempre que seja convocado pelo seu Presidente. De todas as reuniões são lavradas actas em que são registadas as deliberações e presenças verificadas.





## 2. QUEM SOMOS

### MODELO DE GOVERNO

#### Conselho Fiscal

A fiscalização da actividade social do Banco pertence ao Conselho Fiscal, composto por um Presidente, dois vogais efectivos e um vogal suplente. O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser consultado no sítio do Banco Interatlântico, em [www.bi.cv](http://www.bi.cv).

O Conselho Fiscal deve reunir-se ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada três meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo Presidente, sendo elaboradas actas das reuniões realizadas.

#### Comissão de Auditoria, Controlo e Conflito de Interesses (CACI)

A CACI tem como objectivo acompanhar a actividade da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BI, zelar pela observância das condições legais e regulamentares, dos Estatutos do Banco e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente, bem como, avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional directo desta função, proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco e tomar conhecimento das situações de conflito de interesses e das medidas de gestão adoptadas.

#### Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR)

Este órgão é responsável por actualizar e rever a Política de Remunerações, sempre que considerado adequado ou necessário, de forma a assegurar o cumprimento dos seus objectivos e requisitos.

Esta Comissão tem como outras responsabilidades, propor à Assembleia Geral os valores das remunerações e, bem assim, as componentes fixas e variáveis que as integrem, quando aplicável, assim como emitir parecer sobre a avaliação de desempenho dos Titulares de Funções Relevantes (TFR), podendo para o efeito consultar, se o entender, o TFR Corporativo.

#### Comissão Gestão de Riscos (CGR)

A CGR é responsável por apoiar e aconselhar o Conselho de Administração em matéria de gestão de riscos do BI, em perímetro individual e consolidado, avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de Compliance, monitorizar a estratégia e a apetência pelo risco do Banco, supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a actividade do Banco, avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BI e pronunciar-se sobre a nomeação de consultores externos que a função de fiscalização decida contratar para a prestação de aconselhamento ou apoio.

No âmbito das suas competências, a CGR é presidida pelo CRO do Grupo CGD e integra adicionalmente dois Administradores não executivos e independentes,



## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Modelo de Governo da Função de Gestão de Riscos

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco (FGR) no BI é *Chief Risk Officer* (CRO), membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco, que responde à FGR Corporativa (FGR-CGD) e ao CRO Corporativo (CRO-CGD) do Grupo CGD.

O CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do BI e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco do BI e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância ao risco definidos.

A Função de Gestão de Risco local tem como responsável o Head of Risk e é apoiada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), que abrange a avaliação e o controlo dos riscos financeiros (s crédito, mercado, liquidez, taxa de juro no balanço) e não financeiros (estratégia e negócio, operacional, IT, e reputacional) incorridos pelo BI, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de gestão de risco. A FGR local é apoiada e responde, em toda a sua extensão e actividade, à FGR Corporativa.

A DGR é um órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do BI, com funções de controlo interno e que tem por objeto a proteção do capital do BI, nomeadamente através da gestão dos riscos de solvência, de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro do balanço, operacional e de outros não financeiros, incorridos pelo Banco, das inter-relações existentes entre eles e assegurando a coerente integração dos seus contributos parcelares.

Compete-lhe ainda o desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e a elaboração de exercícios *de stress testing*. A DGR local é apoiada e responde, em toda a sua extensão e actividade, à DGR Corporativa.

Ao *Head of Risk*, que no caso do BI é também Director da DGR, compete, sem prejuízo dos demais deveres estabelecidos pelos normativos internos do BI, desenvolver e liderar uma Direcção de referência tendo em conta o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), demais textos legais aplicáveis e melhores práticas e padrões internacionais, com vista a garantir a eficácia e eficiência do sistema de gestão de risco e a contribuir para a promoção e melhoria contínua de uma cultura de risco no âmbito do BI, em coerência, consistência e consonância com as orientações do Grupo CGD.







## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco de Crédito

A metodologia de gestão do Risco de Crédito assenta numa abordagem transversal e contínua a nível da concessão, do acompanhamento e da constituição de imparidades.

Na concessão, o BI garante o cumprimento da definição de Apetência pelo Risco de Crédito e da Política de Gestão de Risco de Crédito, nas componentes de tipo de cliente, tipo de crédito, valor, valor da exposição, colateral e prazo, entre outros, respeitando diferentes níveis de competência para a aprovação, conforme os limites obrigatórios definidos para a emissão de pareceres de risco de crédito.

No processo de acompanhamento e monitorização, garante-se o acompanhamento do crédito vencido e a verificação das recuperações registadas, com a produção de um conjunto de reportes sobre o crédito vencido e as recuperações, tendo desenvolvido uma rotina de produção de informação de gestão que tem permitido às diversas Unidades de Negócio e à Unidade de Recuperação de Crédito Vencido uma maior eficiência na sua actividade.

No âmbito do cálculo de imparidades, são considerados os activos financeiros classificados ao custo amortizado (AC) e mensurados pelo justo valor através do outro rendimento integral (FVTOCI), nomeadamente, crédito concedido a empresas e particulares incluindo Garantias Bancárias Prestadas, Compromissos Revogáveis e Irrevogáveis e Linhas de Crédito Revogáveis e Irrevogáveis, Títulos e Aplicações em Instituições de Crédito.

São isentas do cálculo de imparidade do crédito as operações Intragruppo.

Para os créditos a empresas, procede-se ao apuramento da exposição total por cliente, enquanto no crédito a particulares o tratamento é efectuado ao nível da operação, não se procedendo à agregação do valor de exposição das respectivas operações.

As exposições mais significativas são sujeitas a análise individual de imparidade, efectuada pela Unidade Comercial Gestora do cliente, mediante o preenchimento de uma Ficha de Análise Individual, que pretende determinar a capacidade do mutuário em fazer face ao serviço da dívida, em linha com as orientações regulamentares e corporativas.

Para as exposições menos significativas ou, caso da análise individual resulte uma taxa de imparidade nula, é considerada a análise colectiva ou paramétrica, realizada com base numa desagregação da carteira em subsegmentos de risco homogéneos, que englobam activos com características de risco similares, de acordo com critérios específicos determinados automaticamente ou decorrentes do melhor conhecimento da exposição considerada.

O BI tem implementados modelos de rating de empresas que visam, primordialmente, a notação de toda a carteira de crédito, refletindo de forma adequada o risco de crédito dos clientes em cada momento, permitindo um tratamento objetivo e diferenciado de clientes/operações com base no seu perfil de risco e, também, apoiar na monitorização periódica da carteira de crédito.

Na análise do risco de crédito de particulares, o BI rege-se por modelos de scoring, que cumprem objectivos similares.

No ano de 2022, destaca-se a implementação da plataforma Credibox e a automatização do scoring dentro da mesma (no mês de Outubro), com vista à otimizar o tempo de resposta dos pedidos de créditos, transparência nas informações e a gestão/monitorização do perfil de risco da carteira de crédito do Banco.



### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco de Mercado

O Risco de Mercado assume pequena relevância no contexto do BI, face às operações efectuadas, não existindo transacções suficientes para assegurar liquidez e formação de preços no mercado financeiro em que se insere.

Em termos de Risco de Taxa de Câmbio, a existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados com a Direcção de Gestão de Risco da CGD e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “Value at Risk” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o Grupo e para cada Filial e Sucursal.

##### Risco de Taxa de Juro do Balanço

A generalidade das operações de crédito contratadas são à taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

##### Risco de Liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash-flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o excedente de liquidez no exterior.

Relativamente ao Rácio de Cobertura de Responsabilidades mensalmente comunicado ao Banco de Cabo Verde, o seu valor esteve ao longo do ano sempre acima dos parâmetros regulamentares mínimos fixados.

Como forma de gerir adequadamente o risco de liquidez, o BI mantém com a CGD a linha de crédito *Trade Finance* para 5 milhões de euros e para as operações de *Forex/Money Market*: 1 milhão de Euros de curto prazo (1 ano).



## 2. QUEM SOMOS

### GESTÃO DO RISCO

#### Gestão Global do Risco no BI

##### Risco Operacional

Enquanto integrante do GCGD, o BI, em alinhamento com a gestão do risco operacional do mencionado Grupo, continuou a promover a implementação de medidas que permitam reforçar a gestão do risco operacional e a elaborar anualmente um relatório com as informações mais relevantes sobre a gestão dos diversos riscos, incluindo da gestão do risco operacional e o perfil de risco operacional do Banco.

De realçar que mensalmente é acompanhado no Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (CROCI), a gestão do risco operacional, com a apresentação/discussão entre outros temas, da apetência pelo risco operacional.

##### Risco Modelo

A gestão do risco de modelo do BI assenta num processo integrado que compreende as seguintes dimensões: (1) Identificação, documentação e registo dos modelos; (2) Classificação do nível de risco dos modelos (risk tiering); (3) Governo interno do desenvolvimento, implementação e monitorização dos modelos; (4) Validação dos modelos; (5) Monitorização e comunicação do risco de modelo; (6) Utilização de recursos externos.

Compete ao Gabinete de Validação de Modelos (GVM) do GCGD propor à aprovação do Comité de Validação de Modelos da CGD (CVM) uma metodologia de avaliação do risco inerente dos modelos do BI, baseada numa estrutura de “*risk tiering*”. Compete igualmente ao GVM do GCGD, em cooperação com a DGR/CGD, a preparação das orientações e recomendações específicas relativas à gestão dos modelos, aplicáveis ao BI. Por sua vez o BI deve verificar a implementação dessas orientações e recomendações.

##### Outros Riscos não Financeiros

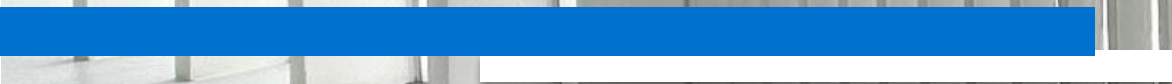
A gestão dos riscos não financeiros no BI incorpora as seguintes categorias de risco: estratégia e negócio, tecnologias de informação (IT) e reputacional.

- Risco de estratégia e negócio: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de riscos macroeconómico, geopolítico, de modelo de negócio, de execução de investimento, de participações em bancos e não bancos e de alterações climáticas;
- Risco de tecnologias de informação (IT): probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas que advêm de risco de mudança, integridade de dados, falha nos sistemas de IT, risco de acesso e risco de entrega de sistemas de IT;
- Risco Reputacional: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas originadas pela perceção negativa da imagem pública da instituição (atividade bancária, bancassurance, gestão de ativos e risco de proteção de dados confidenciais).

O controlo e a gestão de riscos não financeiros do BI passa essencialmente pela identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, mitigação e reporte dos mesmos, em particular, no âmbito da Taxonomia de Riscos do Grupo CGD.



# CONTEXTO ECONOMICO E FINANCEIRO







### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

##### Economia Global

O contexto macroeconómico actual é de incerteza, tendo a economia global apresentado uma desaceleração mais acentuada do que a prevista durante o ano de 2022.

**A instabilidade no Leste da Europa, sobretudo desde Fevereiro de 2022, colocou uma inesperada inversão nas perspectivas de consolidação da recuperação económica iniciada ainda em 2021, levando as instituições internacionais a actualizar em baixa as suas previsões para o crescimento da economia global.**

Entre os factores desfavoráveis, destacam-se o acentuar de disrupções nas cadeias de distribuição com o aumento dos preços da energia e matérias-primas, o que tem induzido uma inflação persistentemente elevada e o reforço de políticas monetárias mais restritivas, custos de financiamento mais elevados e redução de mão-de-obra disponível em várias economias desenvolvidas e de persistência dos confinamentos na China, devido à política COVID Zero.

Sinais provisórios no início de 2023 de que a economia mundial poderia atingir um pouso suave - com a inflação caindo e o crescimento estável – recuaram dado uma inflação teimosamente alta.

Embora a inflação tenha diminuído à medida que os bancos centrais aumentaram as taxas de juro e os preços dos alimentos e da energia desceram, as pressões subjacentes sobre os preços mantiveram-se firmes, o que naturalmente impacta o mercado laboral nas diversas economias.

As perspetivas para 2023 são de crescimento mais fraco e com riscos negativos. Perspetiva-se que o ambiente de inflação em níveis elevados se prolongue, embora com tendência descendente, e por isso a continuação de uma política monetária restritiva sobre o consumo e investimento. Acrescem os riscos associados a uma possível agudização do conflito na Ucrânia, à possibilidade de racionamento energético e a um abrandamento económico na China com repercussões a nível global.

As previsões do FMI\* apontam uma inflação de 5,4% em 2022 para as economias avançadas, superior à registada em 2021, e ligeira redução em 2023: 3,9%

***A instabilidade no Leste da Europa, sobretudo desde Fevereiro de 2022, colocou uma inesperada inversão nas perspectivas de consolidação da recuperação económica iniciada ainda em 2021, levando as instituições internacionais a actualizar em baixa as suas previsões para o crescimento da economia global.***

Inflação (%)	2021	2022	2023 <sup>P</sup>
<b>Mundial</b>			
<b>Economias Avançadas</b>	<b>3,1</b>	<b>5,4</b>	<b>3,9</b>
EUA	4,5	7	3,8
Zona Euro	2,1	4,7	4,9
Japão	-0,2	0,3	3,8
Outras Economias Avançadas	3,6	5,5	2,9

\*Fonte: Global Economic Outlook Abril 2023 - Fundo Monetário Internacional (FMI).



### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

##### Economia Global

Estimam-se para os próximos dois anos os crescimentos mais ténues desde 2001, expurgando, naturalmente, a crise mundial de 2008 e a fase aguda da pandemia da COVID- 19.

Assim, **as previsões macroeconómicas mais recentes para o PIB da economia mundial apontam para um crescimento de apenas 3,4% para 2022 (inferior ao de 2021 em -2,9 p.p) e 2,8% para 2023.**

Estando previsto para os EUA uma desaceleração no PIB para 1,6% em 2023, 0,8% para a zona Euro, afectado pelos bloqueios rígidos associados à política de zero COVID-19 e das paralisações e fraquezas do mercado imobiliário.

**Durante o ano de 2022, o foco dos Bancos Centrais tem sido combater a tendência fortemente inflacionista**



Para os próximos 5 anos, prevêem-se crescimentos a médio prazo mais reduzidos das ultimas décadas – crescimento anual em torno dos 3%.

A necessidade de controlar a inflação foi o foco dos principais Bancos Centrais em 2022. Tendo o ponta pé de saída ter sido dado pela Reserva Federal, em Março, com um aumento de 25 pp nas taxas de juro, processo que se prolongou até aos níveis actuais 4.25% - 4.50% (+50 p.b. em dezembro). Do outro lado do atlântico, e mais tardiamente (em julho), ocorreu o primeiro movimento de subida de taxas feito pelo BCE (+50 p.b.). Este processo, que em termos cumulativos atingiu 250 p.b., pôs fim a um período de cerca de 6 anos com taxas diretoras nulas ou negativas.

No final do ano, as taxas de depósito e de refinanciamento situavam-se respetivamente em 2.0% e 2.5%. O BCE apresentou adicionalmente o *Transmission Protection Instrument* (TPI), ferramenta para conter os desequilíbrios dos prémios de risco dentro da área euro, através da aquisição de dívida pública no mercado secundário (com maturidade residual entre 1 e 10 anos), ou dívida privada (sujeita a alguma condicionalidade).

O relatório do FMI aponta para **um crescimento da economia mundial em torno dos 3,4% em 2022.** Para 2023, prevê-se a continuação da tendência decrescente do crescimento económico situando-se em 2,8%

Sendo expectativa deste supervisor a manutenção da decisão de aumento das taxas de referência, em resultado dos níveis ainda elevados de inflação para 2023, embora com tendência decrescente.

Cresc. Real do PIB em %	2021	2022	2023 <sup>P</sup>
<b>Produto Mundial</b>	<b>6,3</b>	<b>3,4</b>	<b>2,8</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>5,4</b>	<b>2,7</b>	<b>1,3</b>
EUA	5,9	2,1	1,6
Zona Euro	5,4	3,5	0,8
Alemanha	2,6	1,8	-0,1
França	6,8	2,6	0,7
Itália	7,0	3,7	0,7
Espanha	5,5	5,5	1,5
Japão	2,1	1,1	1,3

\*Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) –Abril/23



### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### Economia Nacional

O enquadramento externo da economia nacional foi, em 2022, marcado pela alta inflação pesando sobre o rendimento disponível real das famílias, pela normalização progressiva da política monetária e pelo aumento da incerteza e baixa confiança dos agentes económicos, determinando deste modo uma moderação no crescimento da actividade económica global e dos principais parceiros do país. Esta evolução foi, no entanto, parcialmente compensada pelo levantamento das restrições relacionadas com a pandemia da Covid-19, por um mercado de trabalho robusto e pela forte recuperação do turismo, sobretudo nos países do sul da Área do Euro.

Apesar do enquadramento externo menos favorável, em particular, dos principais parceiros económicos do país, **a performance da economia nacional foi positiva, registando no primeiro semestre, crescimento do PIB em 17,2% face a 2021**, impulsionado pelos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica iniciada em 2021 com a reabertura da economia, bem como, pela forte recuperação do setor do turismo.

**“O número de hóspedes em 2022 ultrapassou o recorde anterior, que foi de 819.308 turistas em 2019, antes da pandemia de covid-19, e cresceu ainda 394% face aos 169.068 turistas em 2021”**

Fonte: Relatório sobre a movimentação de hóspedes em Cabo Verde em 2022 - INE

De acordo com o relatório de Movimentação de Hóspedes em Cabo Verde em 2022, publicado pelo INE, o número de hóspedes em 2022 ultrapassou o recorde anterior, que foi de 819.308 turistas em 2019 (ano pré pandemia), e cresceu ainda 394% face aos 169.068 turistas em 2021.

A economia nacional tem vindo a recuperar de uma profunda crise económica e financeira, decorrente da forte quebra na procura turística (sector que garante 25% do PIB do país) desde março de 2020, motivado essencialmente pela pandemia Covid-19.

Para 2022, devido ao impacto na economia nacional da guerra na Ucrânia, nomeadamente o aumento acentuado dos preços, as expectativas iniciais apontavam para um crescimento do PIB (volume) em torno dos 8%, seguido por um crescimento mais moderado em torno dos 5% em 2023.

No entanto e em resultado do forte crescimento registado nos últimos trimestres do ano, as previsões foram revistas.

Segundo o relatório do FMI\*, a atividade económica nacional registou um aumento de 15% em 2022, com rendimentos *per capita* a ultrapassarem os níveis pré-pandémicos (2019). A recuperação económica foi acompanhada por uma redução da pobreza, não obstante a inflação elevada registada no ano.

Para 2023, prevê-se que o crescimento real do PIB atinja 4,8% (e 3,8% em termos per capita).

Segundo dados do INE, Cabo Verde terminou 2022 com inflação de 7,9%.



### 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

##### Economia Nacional

A médio prazo, o consumo privado, o investimento no turismo e a economia azul deverão apoiar o crescimento, segundo relatório de Política Monetária do BCV.

As perspectivas estão sujeitas a riscos substanciais de abrandamento decorrentes de incertezas devido à guerra na Ucrânia, principalmente através da inflação e do seu impacto no consumo privado, crescimento global lento, particularmente na Europa, reformas estruturais atrasadas para gerir os riscos fiscais, e choques climáticos.

Espera-se que a inflação modere em 2023, à medida que o crescimento global modere, os preços das matérias-primas estabilizem, e os estrangulamentos de abastecimento diminuam.

Após um período de grandes dificuldades com impacto na economia nacional, provocado pela crise pandémica, os desafios actuais exigem uma revisão e ajustamento das medidas de política monetária, tendo por base o contexto de elevadas pressões inflacionistas bem como a necessidade de garantir a sustentabilidade do regime cambial em vigor.

Não obstante, o banco central decidiu, por ora, o pendor da política monetária com base em alguns factores:

- (i) A economia nacional, nos primeiros seis meses do ano, apresentou uma trajetória de recuperação, com a actividade económica a beneficiar-se da performance do setor do turismo, cujos resultados superaram largamente as expectativas;
- (ii) As reservas internacionais líquidas situam-se num nível confortável, cobrindo mais do que cinco meses de importações de bens e serviços;
- (iii) O contexto e as especificidades da economia nacional

Por outro lado, o BCV decidiu ajustar o Programa de Financiamento de Longo Prazo, através das Operações Monetárias de Financiamento (OMF), nos seguintes termos:

- (i) extensão do prazo do programa até junho de 2023;
- (ii) redução do montante de colocação mensal, de 1.300 para 1.000 milhões de escudos, visando a adaptação do programa às condições da procura por parte das instituições bancárias;

***Manutenção da atual orientação acomodatória da política monetária em 2022 e uma política monetária mais restritiva em 2023***

*In "Relatório de Política Monetária – Out22"*

- (iii) manutenção da maturidade máxima de 3 anos para os leilões, e de 1 e 2 anos para as operações bilaterais;
- (iv) manutenção da lista de ativos elegíveis como colaterais para as OMF; e,
- (v) manutenção da taxa de juro nos 0,75 por cento.





## 3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

#### Economia Nacional

Relativamente à esfera macro prudencial, o BCV decidiu alterar as medidas de flexibilização prudencial tomadas no âmbito das medidas excecionais e temporárias no contexto da pandemia da Covid-19. Deste modo, estabeleceu:

- (i) a retoma gradual do rácio de solvabilidade, para as instituições de crédito com o rácio inferior a 12 por cento, nos seguintes termos:
  - a) 10,5 por cento até 31 dezembro de 2022;
  - b) 11,25 por cento até 31 de dezembro de 2023;
  - c) 12 por cento até 31 de dezembro de 2024; e,
- (ii) a retoma gradual, a partir de 1 de outubro de 2022, da dedução do valor dos bens recebidos em dação.

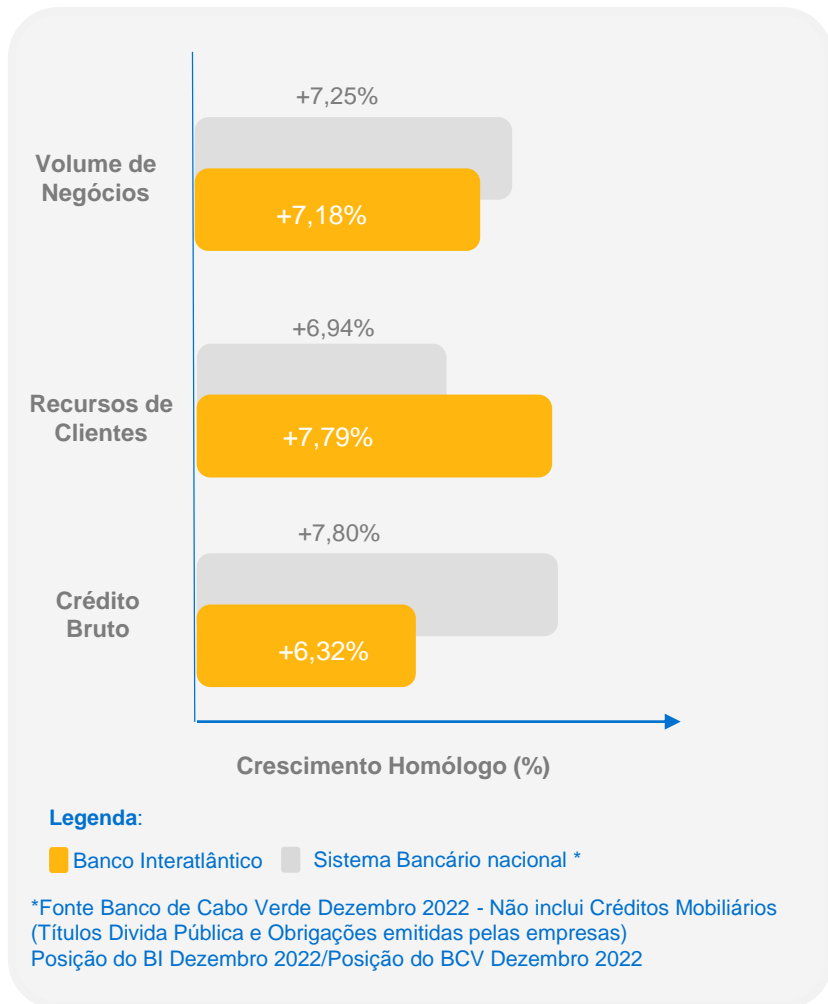


O BANCO EM 2022



## ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

### Posicionamento Competitivo



#### Volume de Negócios



O **volume de negócios** do sistema bancário nacional registou uma variação positiva em 2022 comparativamente a 2021, tendo o Banco Interatlântico acompanhado esta variação, com **um aumento de c. 7,18%**.

#### Recursos de Clientes



Os **recursos totais de clientes** <sup>(1)</sup> aumentaram em 2022 **CVE 1. 741 milhões (7,79%)** comparativamente a Dezembro de 2021, **um crescimento superior à evolução do mercado**, atingindo o montante de CVE 24.087 mil. Em relação a carteira de depósitos regista-se uma evolução positiva tanto para os segmentos não à ordem como à ordem. A taxa de remuneração dos depósitos não à ordem situou-se nos 1,82% em Dezembro de 2022 (Dez21= 1,77%.)

#### Crédito Bruto



Em relação ao **crédito bruto**, o mercado registou uma **variação positiva**, e o **Banco Interatlântico acompanhou esta variação, com a quota de mercado de situando-se em 11,69%**. O volume de novo crédito concedido <sup>(1)</sup> em 2022 situou-se em CVE 3.782 milhões, representando um aumento de 3% face ao ano anterior, com destaque para o segmento particulares que cresceu 8% face ao período homólogo.

(1) Inclui os valores desembolsados em cada ano (não inclui os aumentos das contas em utilização; inclui os desembolsos de tranches de créditos contratados em anos anteriores)  
(2) Inclui Juros e outros débitos de clientes



## ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

### Posicionamento Competitivo

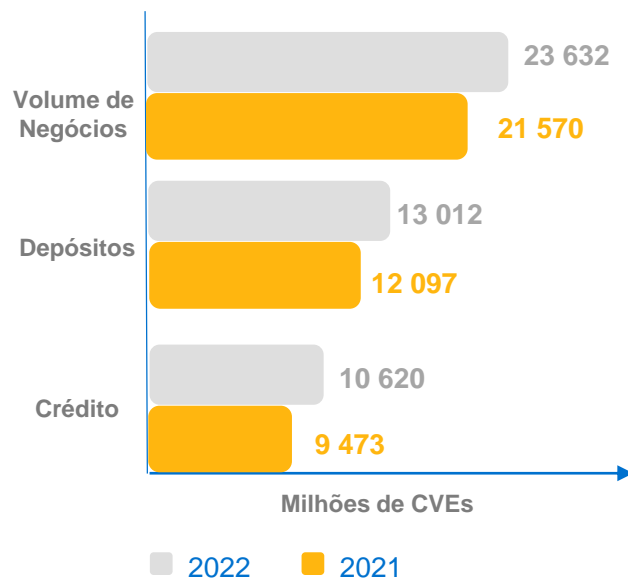


#### Volume de Negócios

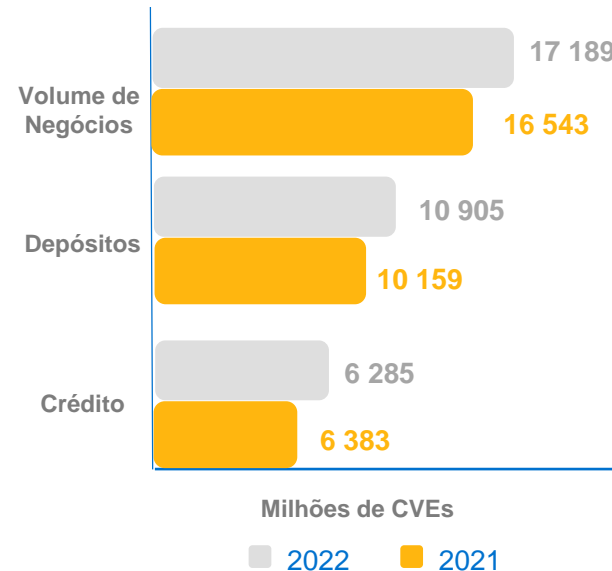
O volume de negócios na **Banca de Retalho** situou-se nos CVE 23.632 milhões em Dezembro de 2022, registando um aumento de 9,56% face ao período homólogo, com um registo de crescimento a nível de crédito em 12,11%.

O volume de negócios da **Banca Corporativa e Sector Público** alcançou o montante de CVE 17.189 milhões em 2022, representando um aumento de 3,91% face ao período homólogo, impulsionado pelo crescimento dos Depósitos (+7,34%)

#### Particulares e Pequenos Negócios



#### Banca Corporativa e Sector Público







## ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

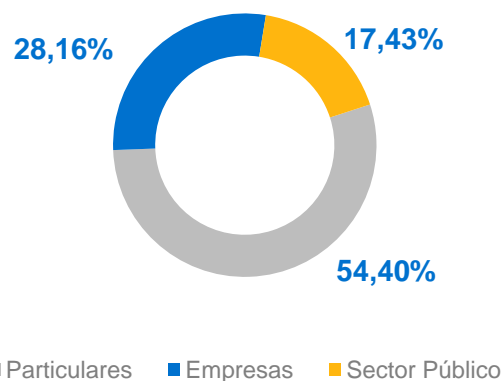
### Posicionamento Competitivo



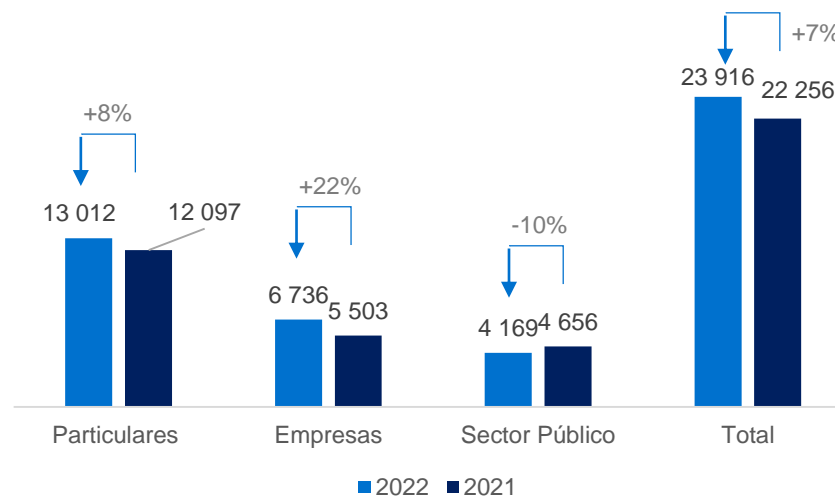
#### DEPÓSITOS

Os depósitos de clientes ascenderam a CVE 23.916 milhões, representativo de um aumento de CVE +1.660 milhões (+7,5%) face a Dezembro de 2021, impulsionado pelos depósitos à ordem +8,1% (CVE 1.037 milhões). Este crescimento reflecte por um lado a retoma económica expectável após a pandemia COVID 19, e por outro o foco da atuação comercial na retenção e captação de depósitos.

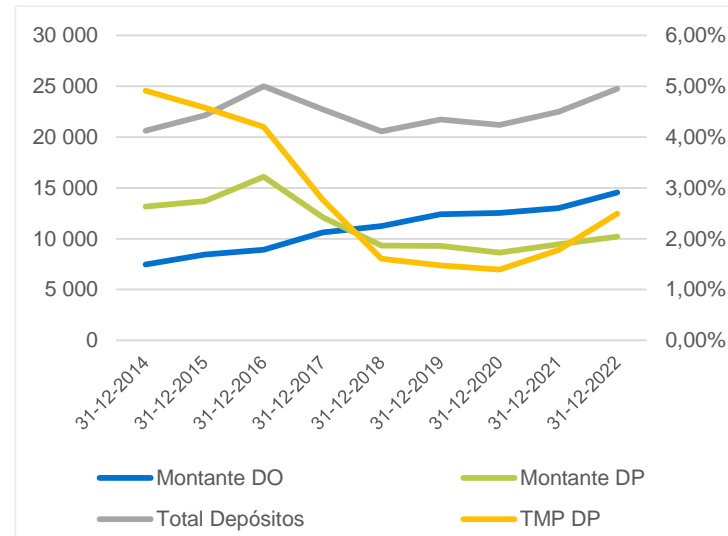
#### Distribuição por Segmento



#### Volume por Segmento



#### Evolução dos Depósitos e TMP



Valores em Milhões CVEs

(3) Sem Juros



## ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

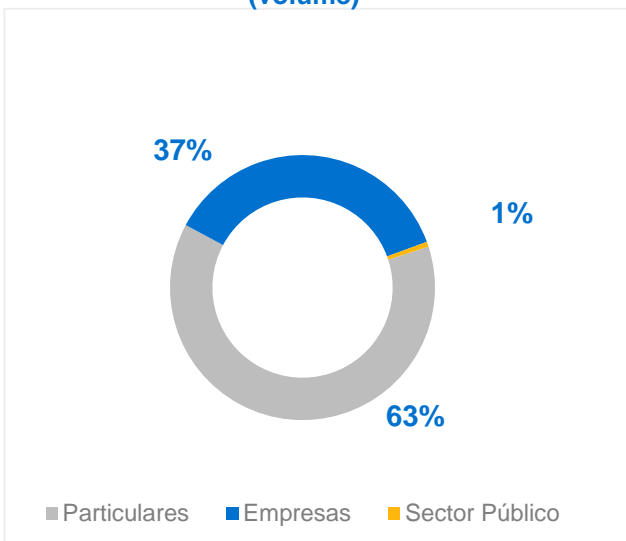
### Posicionamento Competitivo



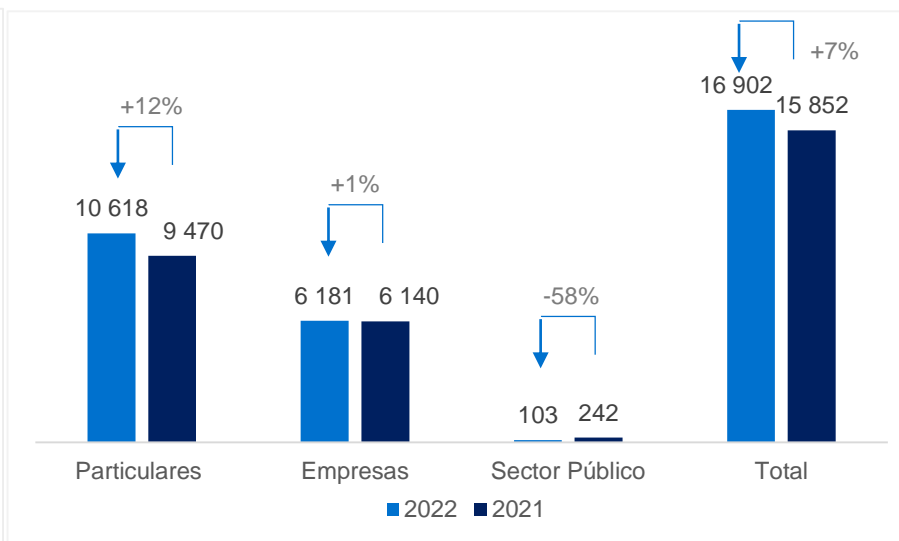
#### CRÉDITO BRUTO

O crédito bruto\* alcançou os CVE 16.842 Milhões em Dezembro de 2022, tendo registado um aumento de CVE +1.002 milhões (+6,3%) face ao período homólogo impulsionado pelo crescimento do crédito vincendo dos Particulares em 1.188 milhões (+13%) com maior incidência no crédito à habitação (17,1%). Redução do crédito vencido em 18 milhões (-2,2%), em resultado do acompanhamento continuo da carteira de incumprimentos. Retirando o efeito das regularizações extraordinárias do vencido, o crédito bruto teria crescido c. de 7,4%.

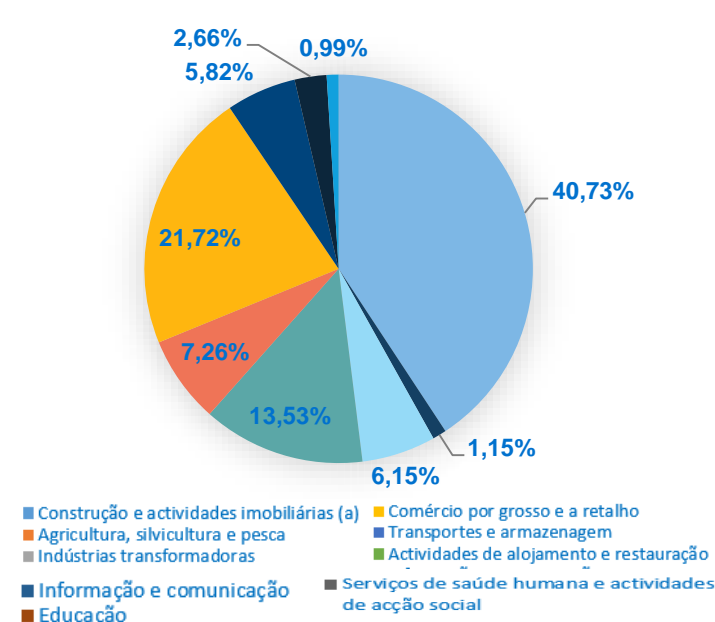
Distribuição por Segmento (volume)



Volume por Segmento



Crédito por sector de actividade



\* Não representado por valores mobiliários, inclui juros e rendimentos diferidos

Valores em Milhões CVEs



## ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

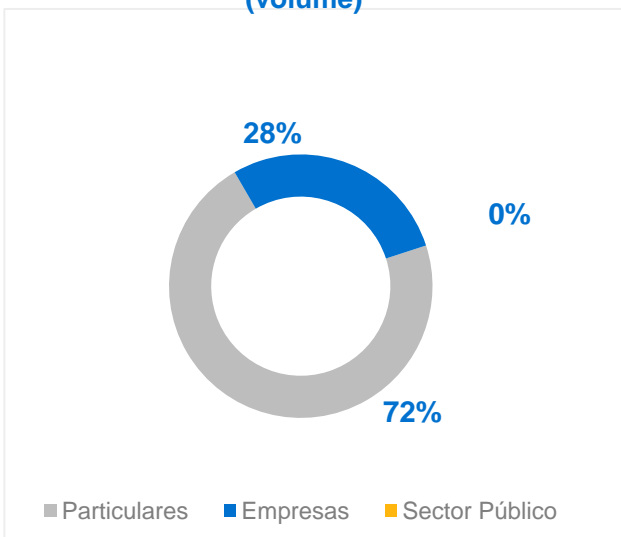
### Posicionamento Competitivo



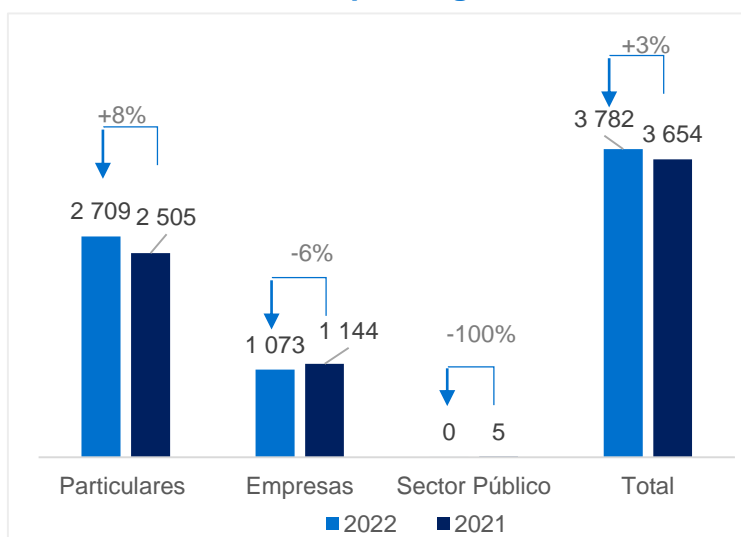
#### NOVO CRÉDITO CONCEDIDO NO ANO

As operações contratadas em 2022<sup>(4)</sup>, registaram um aumento de 7% face ao período homólogo, com destaque para o segmento dos Particulares, que cresceu 7% comparativamente 2021. O Banco continuou a canalizar os esforços necessários na redução do crédito vencido, tendo registado uma diminuição na carteira de vencidos em 2% a Dezembro de 2022, destacando-se a redução do incumprimento no segmento de particulares de c. 12%.

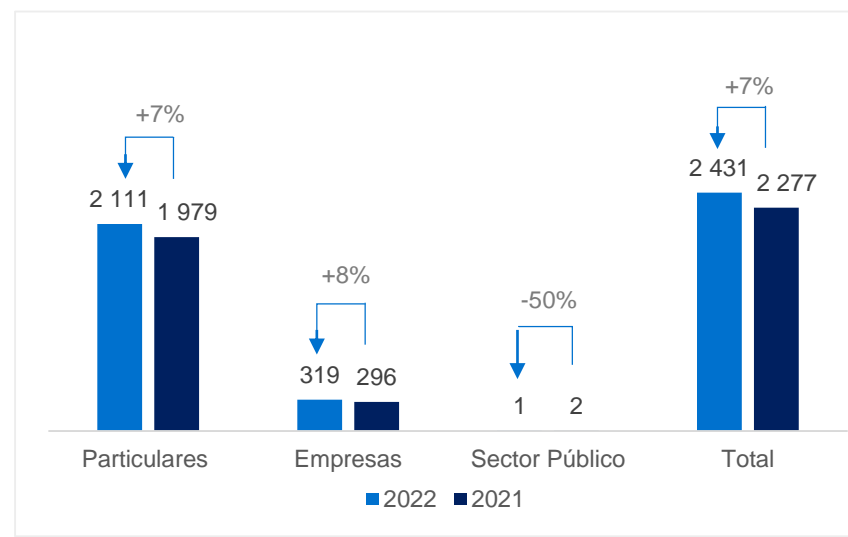
Distribuição por Segmento (volume)



Volume por Segmento



Nº de Operações Contratadas no ano



(4) Inclui os valores desembolsados em cada ano (não inclui os aumentos das contas em utilização; inclui os desembolsos de tranches de créditos contratados em anos anteriores)



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) vincendo do Banco Interatlântico registou um aumento de 7,11% face ao período homólogo, equivalentes a CVE 1.067 milhões, fixando-se nos CVE 16.080 milhões.

O crédito e juros vencidos atingiu o montante de CVE 825.153 mil, registando uma diminuição de -2,2% (CVE -18.328 mil) face a Dezembro de 2021, resultado do esforço do Banco em resolver os grandes incumprimentos. A prorrogação das moratórias para até ao final do mês de Setembro de 2022 permitiu também conter a evolução desfavorável do vencido pela actual situação do mercado.

As imparidades de crédito não representado por valores mobiliários situaram-se em CVE 600.669 mil, registando uma variação negativa de -5,1% (CVE -32.201 mil) face a Dezembro de 2021, explicada maioritariamente pelas regularizações ocorridas na carteira de crédito, apesar da constituição de imparidades, no âmbito do backstops de NPL, registado durante o ano. A cobertura das imparidades pelo crédito vencido situou-se nos 72,8%, uma diminuição face a Dezembro de 2021 em 2,2 p.p.

Em termos líquidos, o crédito não representado por valores mobiliários registou um aumento de 6,8%, fixando nos CVE 16.241.483 mil.

Qualidade de crédito e Cobertura	31 Dez 22	31 Dez 21	Var.	
Rácio de NPL (Non-performing loans)	4,82%	4,51%	0,3 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2,75%	2,39%	0,4 p.p	
Rácio de NPE ( <i>Non-performing exposure</i> )	3,60%	3,30%	0,3 p.p	
Rácio de NPE Líquido	2,05%	1,73%	0,3 p.p	
Cobertura NPL	33,97%	48,89%	-14,9 p.p	
Cobertura NPE	33,79%	48,86%	-15,1 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0,45%	0,88%	-0,4 p.p	(4)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	4,90%	5,32%	-0,4 p.p	(3)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" nº 150/DSE/2009)	2,45%	3,33%	-0,9 p.p	(3)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	72,79%	75,03%	-2,2 p.p	(3)

(3) Crédito não titulado

(4) Custo de Risco de Crédito Líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

Os 50 maiores clientes de crédito representaram 26,2% do total da carteira, reflectindo uma diminuição da concentração em 2,30 p.p face ao período homólogo. Os 50 maiores clientes NPL representaram 94,1% do total carteira NPL.

Os rácios de NPE e NPL situaram-se nos 3,6% e 4,8%, com variações positivas de 0,3 p.p e 0,3 p.p, respectivamente.



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022



### CARTEIRA DE CRÉDITO

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido. O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro foi de 15,63%, representando um decréscimo de -0,7 p.p.



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

#### Resultados e Rendibilidade

O Banco Interatlântico obteve **um lucro líquido de CVE 308 milhões em 2022**, superior em c. de 25 Milhões face a 2021.

O **Produto Global da Actividade** aumentou +2,71% (CVE +32 milhões), alcançando o montante de CVE 1.199 milhões, impulsionado pelo efeito do acréscimo da margem complementar.

Em Dezembro de 2022, a **Margem Financeira** registou um ligeiro aumento em CVE +0,294 milhões (+0,03%) relativamente ao período homólogo, situando-se em CVE 921 milhões, justificado essencialmente por:

**1. Aumento dos juros e rendimentos** similares em CVE +38 milhões (+3,5%) face ao período homólogo, justificado:

- Pelo aumento dos juros de crédito em 6,0% (CVE +48 milhões), devido ao aumento do volume de crédito performing em CVE +1.067 milhões (+7,1%), superando o efeito da diminuição do preço da carteira (a média anual da remuneração em 2022 foi 5,43%, menos 0,18 p.p que em 2021);
- Pela diminuição dos juros dos títulos de dívida no montante de CVE -14 milhões (-6,3%), justificada pelas amortizações de obrigações de tesouro registadas ao longo do ano em CVE -661 milhões, com uma taxa média ponderada de 5,777%, superior à taxa das novas aquisições;
- Pelo aumento dos juros dos títulos de empresas no valor de CVE +0,9 milhões (+6,7%), resultante das novas subscrições realizadas durante o ano;

	dez/22	dez/21	Var.
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	921	921	0,03%
Rendimentos de instrumentos de capital	40	21	86,32%
Comissões Liquidadas	119	93	27,97%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0%
Resultados de reavaliação cambial	42	35	21,73%
Resultados de alienação de outros activos	4	1	-126,98%
Outros resultados de exploração	73	97	-24,10%
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	1 199	1 167	2,71%
Custos com pessoal	307	307	-0,30%
Gastos gerais administrativos	322	265	21,49%
Amortizações do exercício	66	76	-12,70%
<b>CUSTO DE ESTRUTURA</b>	695	649	7,16%
<b>RESULTADOS BRUTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	504	518	-2,85%
Imparidades e Provisões	203	224	-9,28%
Resultados em empresas associadas	17	22	-19,61%
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	318	316	0,57%
Impostos Correntes	10	28	-64,70%
Impostos Diferidos	0	5	-100,00%
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	308	283	8,85%



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

#### Resultados e Rendibilidade

- Pelo aumento dos juros das aplicações em 1635% (CVE +856 mil), explicada essencialmente ao acréscimo dos juros associados a aplicação na Visa em CVE +622 mil, e pelo aumento dos juros de aplicações de muito curto prazo no Banco Central em CVE +220 mil.

**2. Aumento dos custos financeiros** CVE +37 milhões (+26,0%) face ao período homólogo justificado maioritariamente pelo aumento dos custos com depósitos não à ordem no montante de CVE +32 milhões (+23,1%), justificado pelo efeito do aumento do volume e pelo efeito do aumento do preço (média anual da remuneração de 2022 foi de 1,79%, mais 0,24 p.p que em 2021).

Ao nível da **Margem Complementar**, registou-se um aumento de 12,7% (CVE +31 milhões) face ao ano de 2021, alcançando o montante de CVE 278 mil, justificado maioritariamente pelo aumento do comissionamento e proveitos de participações financeiras.

As **Comissões líquidas** situaram-se nos CVE 119 milhões, um acréscimo de +28,0% face ao período homólogo (CVE +26 milhões), justificado:

- Pelo aumento dos rendimentos com serviços e comissões no montante de CVE +42 milhões (+34,7%), resultado das medidas iniciadas em 2021, nomeadamente a captação de novos clientes, sem descurar o impacto positivo da retoma gradual da economia;
- Pelo aumento dos encargos com serviços e comissões de +57,2% (CVE +16 milhões), explicado essencialmente, pelo acréscimo de encargos associados a serviços VISA em 55,5% (CVE +11 milhões).

	dez/22	dez/21	Var.	Notas
<b>RÁCIOS DE RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA</b>				
Rentabilidade Líquida do Activo (ROA)	1,11%	1,14%	0,0 p.p	(1)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	9,69%	9,77%	-0,1 p.p	(1)
Produto Global de Actividade / Activo Líquido Médio	4,29%	4,72%	-0,4 p.p	(1)
Custo com Pessoal / Produto Global de Actividade	25,66%	26,35%	-0,7 p.p	
Cost to income	58,17%	55,58%	2,6 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0,29%	0,25%	0,04 p.p	(2)
<b>Comissões Líquidas / Custos com Pessoal</b>	<b>38,73%</b>	<b>30,18%</b>	<b>8,6 p.p</b>	

(1) Capitais Próprios a Activos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

#### Resultados e Rendibilidade

O **Resultado Bruto De Exploração** situou-se nos CVE 504 milhões, representando um decréscimo de -2,8% (CVE -15 milhões) face ao período homólogo.

Os **Custos De Estrutura** totalizaram os CVE 695 milhões, registando um aumento em CVE +46 milhões (+7,2%) face ao período homólogo, justificado, essencialmente, pelas seguintes variações:

- Pela diminuição **dos custos com pessoal** no montante de CVE -0,9 milhões (-0,3%), justificado pelas saídas de quadros ocorridos em 2022;
- Pelo aumento no montante de CVE +57 milhões (+21,5%) nos **gastos gerais administrativos**, justificada por:
  - a) Aumento dos custos com serviços de informática em CVE +18 milhões (+31,7%), decorrente da implementação de projectos estratégicos e regulatórios;
  - b) Aumento dos custos com transportes de valores e seguros de valores, totalizando CVE +18 milhões, em resultado da retoma das atividades (pós-pandemia);
  - c) Aumento dos custos com água, energia e combustíveis em CVE +9 milhões (+47,4%) impactado essencialmente pela duplicação de custos decorrente do atraso nas mudanças para a nova sede;
- Pela diminuição das **depreciações e amortizações** em CVE -9.650 mil (-12,7%) justificado essencialmente pelos custos associados a imoveis arrendados em CVE - 2.485 mil, no âmbito da aplicação da IFRS16 e pela diminuição dos custos de equipamento informáticos e Softwares em CVE -4.884 mil e CVE -1.874 mil, respectivamente que atingiram a maturidade da sua amortização.

As **Imparidades e Provisões Líquidas** alcançaram o montante de CVE 203 milhões, representando menor constituição face a Dezembro de 2021 (-9,3%), justificada pelas regularizações de crédito, superando o efeito dos reforços realizados durante o ano no âmbito dos backstops de NPL.

O **cost-to-income** passou de 55,6% em Dezembro de 2021 para 58,0% em Dezembro de 2022, reflexo dos projectos de inovação e regulatórios em curso e por duplicações de instalações.

Na **Rentabilidade** o ROE atingiu 9,7% e o ROA 1,11%.





## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### CAPITAL HUMANO

O BI, em alinhamento com a Caixa Geral de Depósitos, baseia a sua conduta relativamente aos seus empregados no respeito pela:

- **D**iversidade e
- **I**gualdade de oportunidades e
- **N**ão-discriminação,

Pautando, igualmente, a sua ação por um integral e rigoroso cumprimento da lei e por elevados padrões éticos.

Na relação com, e entre, empregados são proibidas quaisquer formas de discriminação individual incompatíveis com a dignidade da pessoa, nomeadamente em relação à sua origem, etnia, género, orientação sexual, opinião política e/ou religião, constituindo princípio fundamental do Banco proporcionar oportunidades de acesso ao trabalho e promoção profissional iguais e sem qualquer discriminação.

Paralelamente, o BI promove um ambiente de trabalho em que cada um pode colaborar na deteção e comunicação destas práticas indesejadas, assegurando a não retaliação e disponibilizando um canal interno para o efeito.

Nos processos de contratação, seleção e/ou promoção profissional, é proibida qualquer forma de discriminação, devendo todos os intervenientes, independentemente da sua posição, atuar com objetividade e promover a igualdade de oportunidades tendo como único propósito identificar os candidatos mais adequados ao perfil e necessidades da função e os mais alinhados com a cultura e os valores do Banco.

Todos os empregados, especialmente os que desempenham funções de chefia ou de direção, devem promover relações baseadas no respeito pela dignidade, participação, equidade e colaboração recíproca, contribuindo para a criação e manutenção de um bom ambiente de trabalho.

No que se refere aos riscos laborais, o BI considera a segurança e a saúde no trabalho fundamentais, sendo a melhoria permanente das condições de trabalho um objetivo prioritário.

No cumprimento da legislação em vigor, o Banco assegura um ambiente de trabalho seguro e saudável com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

# 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

## CAPITAL HUMANO

### Principais Indicadores



163 empregados\*

66% Mulheres

39 Anos

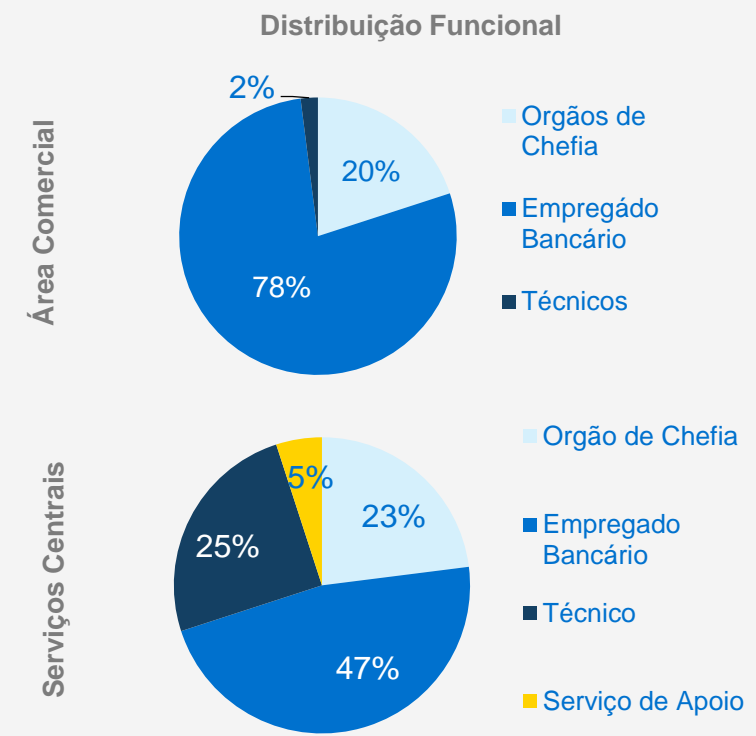
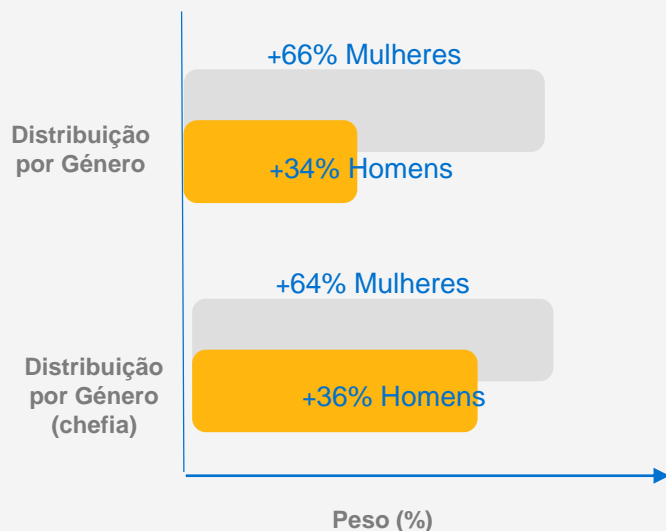
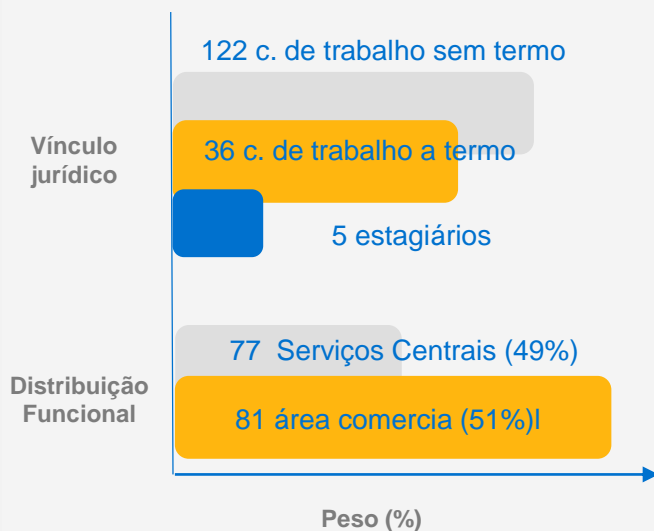
Média de idades



75% efectivos



2796 Horas de Formação



\* Uma empregada encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada)



### CAPITAL HUMANO

O Banco terminou o ano de 2022 com um quadro de pessoal de 163 elementos (dos quais 66% são mulheres), verificando um aumento de 04 elementos face a 2021. Do total, 2 elementos encontram-se a exercer cargo no próprio Banco (Comissão Executiva) e um outro elemento encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada).

Do total do quadro de pessoal, 158 são empregados com contrato de trabalho e 05 beneficiam de acordo de estágio profissional. Da globalidade dos empregados, 122 são efetivos (mais 09 comparativamente a 2021) e os restantes 36 possuem contrato por tempo determinado (menos 09 em relação ao ano anterior).

Em 2022 houve alteração na distribuição funcional, tendo a área comercial a predominância funcional, com 81 empregados (51%). Do total, 33 desempenham Cargos de Chefia.

A média de idades dos empregados do Banco é de 39 anos, com predominância entre os 26 e os 40 anos.

Relativamente à antiguidade, 58% do quadro de pessoal, 91 empregados tem antiguidade superior a 6 anos e, destes, 75 empregados têm antiguidade superior a 10 anos.

Ao nível das habilitações literárias, verificou-se um aumento ligeiro dos empregados com formação superior, fixando-se em 110. Constata-se ainda que a percentagem de empregados com o Ensino Básico e Bacharelato mantém-se em 1% e 4%, respetivamente. No sentido inverso, houve uma pequena redução dos empregados com Ensino Secundário para 40.

### Distribuição por Escolaridade

	2021		2022	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	3	2%	2	1%
Ensino Secundário	43	27%	40	25%
Bacharelato	6	4%	6	4%
Licenciatura	97	61%	100	64%
Pós Graduação/Mestrado	9	6%	10	6%
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>100%</b>	<b>158</b>	<b>100%</b>



## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### CAPITAL HUMANO

#### Investimento contínuo na capacitação e no desenvolvimento dos empregados

A aprendizagem e formação no BI assenta na dinamização de um modelo formal e informal. Assim, durante o ano foram realizadas 73 acções de formação, equivalentes a 2.796 horas, tendo sido 69 remotamente.

As formações abrangeram 149 participantes (correspondendo a 94% do total de empregados). No que se refere ao indicador hora por empregado, verifica-se uma média de 17,70 horas em 2022. As formações ministradas durante o ano visaram principalmente capacitar, difundir e incentivar a cultura de gestão de risco na instituição e participaram nas referidas formações não só quadros com funções de controlo (2ª e 3ª linhas de defesa), mas também quadros pertencentes aos órgãos de estrutura de suporte e redes.

Colocando em prática a política de sustentabilidade, foram igualmente ministradas formações relativas a finanças sustentáveis, tendo igualmente quadros do banco participado em conferências e workshops sobre ESG e ODS.

Elencam-se de seguida as principais formações realizadas durante o ano:

#### Cultura de Controlo e Gestão de Risco

- Controlo Interno e Auditoria Interna
- Gestão de Risco e Comportamento Organizacional
- Código de Conduta, Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares
- Risco Operacional
- Risk Management - Credit Risk

- PBC/CFT
- Gestão de NPL em Tempos de Crise

#### Outros temas relevantes

- Formação em Liderança (DEEP)
- Workflow de Crédito
- *Sustainable Finance*
- IFRS9 for Banks
- Data Governance

#### Estatística Formação

2021		2022	
Nº de Acções	Nº Part.	Nº de Acções	Nº Part.
77	140	73	149

	Horas For.	Horas For.
	3.660	2.796





## 4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2022

### RECONHECIMENTO E REPUTAÇÃO



**The Banker** atribui ao Banco Interatlântico, pelo **quinto ano consecutivo**, o prémio do “Bank of the Year”. Reconhecendo deste modo o empenho e a dedicação do Banco e dos seus empregados e o seu foco nos clientes e nos resultados.



**Pan Finance** distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio “**Digital banking services of the year -cape verde 2022**”



**World Economic Magazine** distinguiu o Banco Interatlântico com quatro prémios:

- **Fastest Growing Private Bank Cape Verde 2022**
- **Best Trade Finance Bank Cape Verde 2022**
- **Best Corporate Bank Cape Verde 2022**
- **Best Retail Bank Cape Verde 2022**



**Global Banking & Finance Review** distinguiu o Banco Interatlântico com seis prémios:

- **Melhor Banco Empresas, Cabo Verde**
- **Corporate Governance Bank, Cape Verde**
- **Melhor Banco Corporate Social Responsibility, Cabo Verde**
- **Década de Excelência para Grupo Bancário, Cabo Verde**
- **Melhor Banco de Particulares, Cabo Verde**
- **Melhor Banco de Retalho, Cabo Verde**



**International Investor** distinguiu o Banco Interatlântico com dois prémios:

- **BEST BANK-CAPE VERDE 2022**
- **BEST SUSTAINABLE BANK- CAPE VERDE 2022.**



Estas distinções materializam o compromisso do Banco Interatlântico em elevar cada vez mais os seus padrões de serviço e reflectem a preferência e confiança dos nossos Clientes.



**BANCO SOCIALMENTE  
RESPONSÁVEL**



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O Banco Interatlântico tem vindo a reforçar o seu compromisso com o desenvolvimento económico e social sustentável da comunidade onde se insere.

Esse compromisso encontra-se reflectido no comportamento íntegro, responsável e sustentável; numa forte cultura empresarial e financeira; na prossecução da eficiência económica e criação segura de valor, orientada por uma visão de longo prazo.

Assim, a actuação do BI como “Banco Socialmente Responsável” desenvolve -se ao longo de três eixos:

- Governação ;
- Sociedade;
- Ambiente.







## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.



O BI dispõe de um modelo de governo que procura replicar as melhores práticas do sector, dentro do quadro legal aplicável. No quadro da governação, são definidas responsabilidades orgânicas e padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa e garantem a comercialização responsável e adaptada às necessidades dos Clientes.

Incluem-se neste modelo de governo um conjunto de políticas de governação e conduta e códigos de actuação, que refletem o compromisso do Banco com os Clientes, Empregados, Fornecedores e Sociedade em geral.

#### Código de Conduta

O BI dispõe de um Código de Conduta actualizado que formaliza e operacionaliza a gestão da ética no contexto empresarial, o qual se encontra de acordo com o Aviso nº 4/2017, de 7 de Setembro do Banco de Cabo Verde.

Este Código consagra princípios de actuação (artigo 10.º- “Independência dos interesses”) e normas de conduta profissional (artigo 27.º- “Conflitos de interesses”) sobre as situações de conflitos de interesses que possam ocorrer no exercício da sua actividade, bem como um meio de comunicação interna de práticas irregulares (artigo 38.º- “Comunicação de Práticas Irregulares”) que poderá vir a consubstanciar um efectivo mecanismo de gestão de situações de conflitos de interesses. Ainda institui o dever de não envolvimento dos empregados em situações propiciadoras ou susceptíveis de associação com o fenómeno da corrupção (artigo 34.º- “Corrupção”).

Este documento encontra-se disponível para consulta em [www.bi.cv](http://www.bi.cv)

#### Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

No BI a prevenção da corrupção e infracções conexas encontra-se regulamentada em uma Política específica - Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

Esta Política estabelece os princípios orientadores para a detecção e prevenção da corrupção e infracções conexas, enumera as áreas potencialmente mais expostas ao fenómeno e descreve medidas de prevenção e respectivos responsáveis e regras aplicáveis à monitorização, avaliação e actualização da própria política.

Importa ainda referir que a PPCIC estabelece a disponibilização de formação a todos os empregados em temas relacionados com a prevenção da corrupção e infracções conexas





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

**Destaque 2022**

A **Política de Transações com Partes Relacionadas** foi emitida no âmbito das melhores práticas corporativas nos termos e para os efeitos do artigo 33.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, com materialidade de impacto no BI por ser entidade do Grupo CGD e não prejudica o disposto no Código das Sociedades Comerciais, na Lei da atividade das Instituições Financeiras (“LAIF”), designadamente nos respetivos artigos 80º e 52º, no Aviso nº 3/2019 artigo 16º do Banco de Cabo Verde, no Código de Conduta do BI e na Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses do BI, nem em qualquer outro normativo interno que preveja proibições, limitações ou especificidades nas operações que envolvam Partes Relacionadas.

Esta política, define os critérios de classificação de Partes Relacionadas, os processos da respetiva identificação e de análise das transações com Partes Relacionadas, assim como a sua publicitação e atualização. Adicionalmente, destaca-se a norma relativa à implementação desta Política que:

- (i) identifica os procedimentos de identificação dos Órgãos de Estrutura responsáveis pela elaboração da lista de partes relacionadas,
- (ii) define a atribuição de poderes para a solicitação da informação necessária à elaboração da lista de partes relacionadas, identificando os Órgãos de Estrutura que disporão da informação em causa,
- (iii) concretiza a definição de canais e procedimentos de troca de informação prévios à aprovação de transações, permitindo assim identificar atempadamente os casos de participação de partes relacionadas em transações com o BI,
- (iv) e define o mecanismo de confirmação da adequação da publicitação interna e externa da Política de Transações com Partes Relacionadas.



## GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

### Participação de Irregularidades

A adopção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI) no BI está em consonância com as orientações emanadas por autoridades internacionais e nacionais.

Em 2016, foi aprovado e publicado o primeiro normativo interno que regula a comunicação de práticas irregulares, indo de encontro ao disposto no artigo 74º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de Abril. Com a introdução do novo regime jurídico surge a necessidade de revisão e alteração do normativo interno, passando a adoptar as novas regras estabelecidas.

### Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses

A Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses (PGPGCI) define como situações de conflitos de interesse, sempre que o BI e/ou os seus empregados no exercício das suas actividades e/ou funções, tenham interesses próprios que possam interferir, ou sejam susceptíveis de interferir, com os deveres de lealdade, diligência, neutralidade, independência de espírito e respeito dos interesses que lhe são confiados e possam resultar de situações de conflitos entre estes, o BI, os seus clientes, seus empregados, accionistas, fornecedores e partes relacionadas.

Ainda prevê que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem fazer as declarações relativamente às participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente no BI ou em empresas que detenham participações, relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras, ou quaisquer outros parceiros de negócio do BI.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### **Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo**

A prevenção da lavagem de capitais e o combate ao financiamento ao terrorismo constituem objectivos prioritários para o Banco Interatlântico, pois são factores indispensáveis para preservar a sua integridade e a confiança que nele depositam os clientes e todos aqueles que com ele diariamente se relacionam.

Esta política, define as orientações e os procedimentos que garantam o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor em Cabo Verde e as corporativas no âmbito da prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, designadamente, os dispostos nas Leis nº 119/VIII/2016 e nº 120/VIII/2016, de 24 de Março, bem como a regulamentação do Banco de Cabo Verde nesta matéria, constante no Aviso nº 05/2017 de 07 de Setembro de 2017, considerando-se ainda os requisitos previstos no Aviso nº 04/2017 do Banco de Cabo Verde quanto ao acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

#### **Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos**

A Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos (PGAMP), estabelece os princípios, estratégias, funções e processos internos destinados à criação e/ou distribuição dos produtos no mercado, com o objectivo de assegurar que:

- 1) Se enquadra na estratégia do Banco Interatlântico e do Grupo CGD e respeita a apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração, e
- 2) Os interesses, objetivos e características dos clientes são tidos em conta, evitando o seu potencial detrimento, assim como a minimização de potenciais conflitos de interesse.

A PGAMP estabelece os princípios de atuação que norteiam o processo de aprovação interna de produtos em observância das orientações de governação e monitorização, assim como a política formal de aprovação de Novos Produtos/ Serviços estabelecendo, nomeadamente, as etapas, funções e responsabilidades que devem ser observadas no processo de aprovação de produtos.



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

#### **Norma sobre a Gestão e Tratamento de Reclamações**

Uma eficaz gestão e tratamento das reclamações e das sugestões dos clientes (ou não clientes) constituem um meio privilegiado para melhorar a qualidade do serviço prestado, reforçando a imagem do Banco Interatlântico, S.A. no mercado em que opera.

Uma nova visão do papel das reclamações, como meio privilegiado de interacção com o Banco Interatlântico, S.A., é o primeiro passo para o aumento sustentado da qualidade do serviço prestado, estimulando a adopção de procedimentos futuros mais adequados, com vista a mitigar ineficiências e potenciar a eficiência operativa.





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### AMBIENTE

Contribuir para o progresso e o bem -estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis



O Banco Interatlântico reconhece que a adopção de práticas de desenvolvimento sustentável na sua gestão corrente constitui parte integrante da sua missão tendo assumido:

- **A integração de critérios ambientais** como factores determinantes na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, a marca e os valores corporativos;
- **A responsabilidade na preservação do ambiente**, gerindo e monitorizando os impactes directos e indirectos das suas actividades, produtos e serviços;
- **A promoção e a participação das partes interessadas**, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### AMBIENTE

Contribuir para o progresso e o bem -estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis

O Banco, alinhado com a Política de Ambiente da Caixa Geral de Depósitos, assume os seguintes compromissos fundamentais

- adoção de uma atitude e medidas proactivas de prevenção da poluição e
- a melhoria contínua do desempenho ambiental.

É igualmente compromisso do banco:

- Definir e implementar uma Política do Ambiente e envolver activamente os empregados na sua implementação, em particular através da sua sensibilização e formação ambiental;
- Promover a ecoeficiência nas operações, minimizando o consumo de materiais, energia e de outros recursos naturais, e respeitando a hierarquia da gestão de resíduos;
- Definir e implementar um Programa de Baixo Carbono, alinhado com a estratégia da CGD para as Alterações Climáticas;
- Disponibilizar e promover produtos e serviços financeiros com impacto positivo no ambiente;
- Promover a incorporação de critérios ambientais na análise de risco da concessão de crédito;
- Integrar critérios ambientais no processo de seleção de fornecedores e subcontratados, assumindo o papel de agente de mudança na cadeia de valor, e colaborando com os clientes empresariais e fornecedores na gestão de riscos e na melhoria do seu desempenho ambiental;
- Ser parte activa na resposta da sociedade a problemas ambientais como as alterações climáticas, a escassez de recursos e a conservação da biodiversidade, procurando dinamizar colaborações com parceiros que partilhem os mesmos valores;
- Promover a literacia ambiental da sociedade, nomeadamente através da sensibilização e envolvimento das partes interessadas, do incentivo à investigação científica e da divulgação de boas práticas ambientais e de sustentabilidade





### SOCIEDADE

Assentar a gestão do negócio, projectos, produtos e serviços no respeito e na proteção do ambiente, através de práticas empresariais orientadas para a utilização racional, eficiente e sustentada dos recursos.



Reconhecendo que o envolvimento com a sociedade é um dos pilares que identifica a sua atuação, e alinhado com a Política de Envolvimento com a Comunidade da CGD, o Banco tem como objetivo:

- Integrar a sociedade como factor determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, marca e valores;
- Responder às necessidades da comunidade garantindo princípios de ética, transparência, subscrição de códigos de conduta, respeito pelos colaboradores e o apoio contínuo e empenhado às atividades sociais e culturais;
- Promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa através de três eixos estratégicos: Inclusão Social e Financeira; Educação e Literacia Financeira e Suporte à Economia Social.
- Promover a participação das partes interessadas, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.

Trata-se de um compromisso assumido ao mais alto nível de gestão, tendo a Comissão Executiva renovado ao longo dos anos, consciente de que um desenvolvimento sustentável da instituição contribui para uma sociedade melhor.





## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o maior compromisso voluntário global, formalizado entre 193 países dos cinco Continentes, e ambicionam melhorar a qualidade de vida da população mundial em todos os aspetos: social, ambiental e económico, até 2030.

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), Cabo Verde tem trabalhado no sentido de impulsionar a redução das suas vulnerabilidades, construção da sua resiliência às mudanças climáticas, colmatando assim as distâncias geográficas entre as suas ilhas; redução das disparidades regionais, custo de energia, água e transporte; aumento da sua produtividade; investimento no seu capital humano; promoção do uso sustentável e da conservação de seus recursos naturais - recursos terrestres e marinhos; e de impulsionamento da sua integração dinâmica no sistema económico global.

Sendo motor do crescimento económico, emprego e inovação, o setor financeiro assume um papel crítico no contributo para a concretização dos 17 ODS, e das suas 169 metas, uma vez que são os Bancos que fornecem a maior quota de financiamento às empresas e projetos de investimento nos diversos setores de atividade.

Neste contexto, o Banco Interatlântico promove a incorporação dos ODS na sua actividade e assume o compromisso de trabalhar de forma ativa para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável de Cabo Verde.



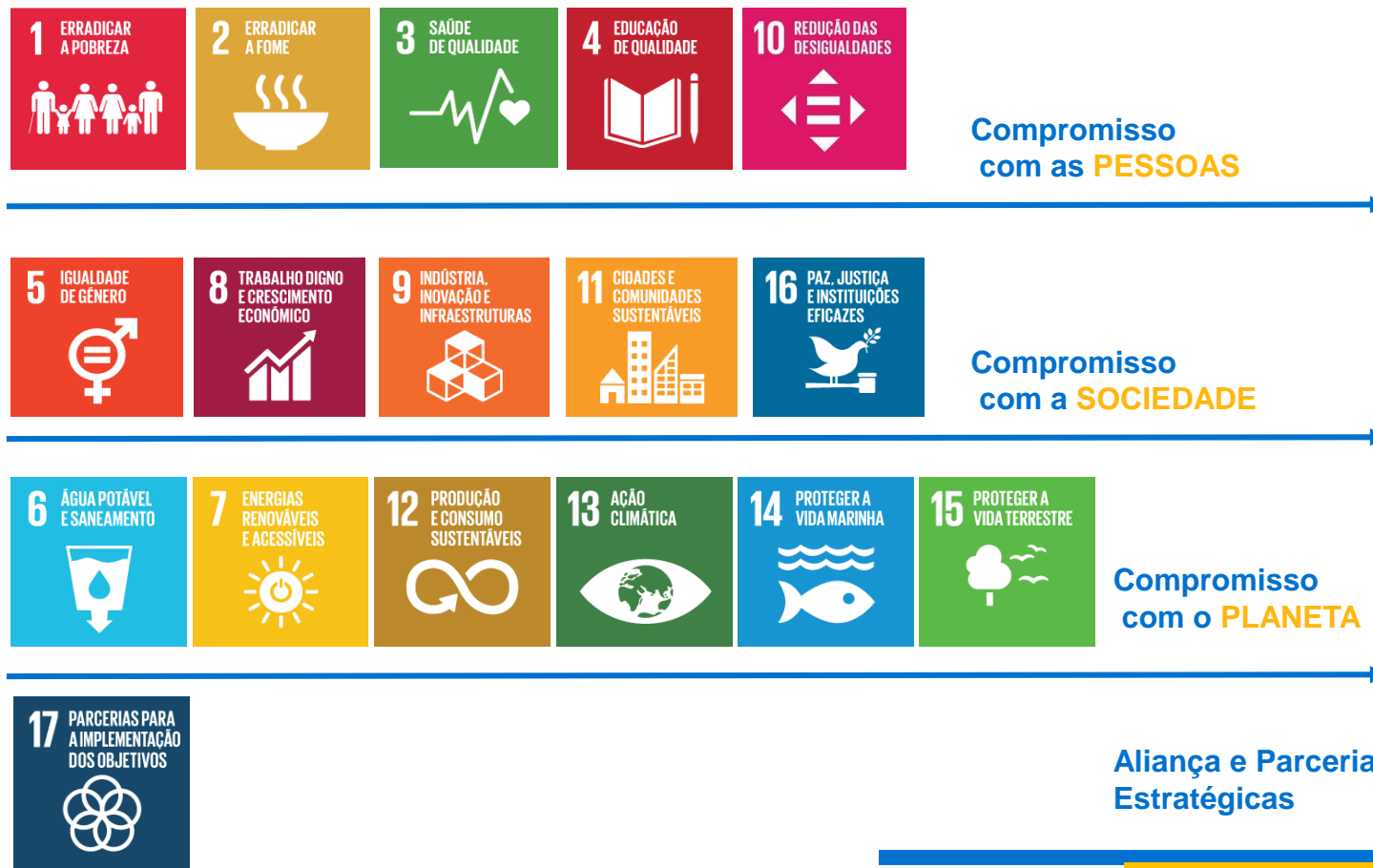


## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atendendo às especificidades do setor financeiro, bem como da comunidade onde se insere e tendo em conta os temas materiais identificados no exercício de análise de materialidade, o BI destaca nove ODS prioritários, que são dinamizados em alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CGD: 1,5,8,10,11,13,14 e 16.

Não obstante as nove ODS evidenciadas acima, o banco tem vindo a direccionar a sua conduta no sentido de alcançar os 17 objectivos de desenvolvimento sustentáveis. Para tal, e em linha com a ODS 17, tem estabelecido parcerias transparentes e responsáveis que visam apoiar a prossecução da sua estratégia de sustentabilidade através do encontro de sinergias entre parceiros de diferentes áreas da sociedade







## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### Compromisso com as PESSOAS



- O Banco Interatlântico fomenta a diversidade e o respeito pelos direitos humanos e direciona a sua atuação social no apoio a projetos orientados para a mitigação da pobreza, promoção da inclusão social e na construção de sociedades mais justas.
- Já a alguns anos o BI tem apadrinhado instituições com propósito alinhado com o banco:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus



- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus



- Visando a promoção da saúde e bem-estar dos empregados e agregado familiar o BI tem assinado vários protocolos com clínicas médicas, de medicina dentária e de fisioterapia;



- O Banco Interatlântico actua sob princípios de gestão do seu capital humano, salvaguardando a igualdade de oportunidades, as condições de trabalho dignas e o respeito pelos Direitos Humanos, ao longo de toda a cadeia de valor;
- O Banco adoptou a Política de Diversidade dos empregados do Grupo CGD e dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização;
- Linha de Crédito de Apoio à Retoma do sector privado;
- Protocolo de Bonificação de microprodução de energias renováveis
- Linha de crédito para Start Up Jovem
- Protocolo do Sistema de Garantia Parcial de Crédito
- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
  - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
  - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers
  - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus
  - Jardim Brincar e Crescer
  - Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar



- Formação e desenvolvimento de empregados
- Programa acolhimento de estagiários: o BI tem assinado protocolo com a Universidade Jean Piaget no âmbito de estágios curriculares e/ou profissionais
- Patrocínio Conferência Internacional do ISCEE
- Patrocínio Workshop Cabo Verde num Mundo Financeiro em rápida transformação
- Patrocínio da 13ª Edição do Global Entrepreneurship week Cabo Verde
- Patrocínio III Conferência anual dos auditores e contabilistas certificados



## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

### Compromisso com a **SOCIEDADE**



- Os princípios da igualdade e da não discriminação são vetores estruturantes da sociedade. São também cada vez mais relevantes na criação de valor numa organização empresarial, como realização de um compromisso civilizacional e também como elemento de crescimento, eficiência, rentabilidade e sustentabilidade da empresa. Neste contexto, o BI reconhece que o equilíbrio entre Mulheres e Homens em toda a estrutura da empresa representa uma evolução significativa para a sua atividade.
  - Adopção da Política de Diversidade dos empregados do Grupo CGD e dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização
  - O BI conta com um total de 163 empregados (sendo 5 estagiários), 66% do género feminino.
  - Em Dez22, o Conselho de Administração é composto por 10 elementos, dos quais 4 são do género feminino



- Patrocínio Workshop Cabo Verde num Mundo Financeiro em rápida transformação
- Patrocínio da 13ª Edição do Global Entrepreneurship week Cabo Verde
- Patrocínio 9ª Edição da Gala Empresarial da Camara de Comércio de Sotavento
- Patrocínio III Conferência anual dos auditores e contabilistas certificados



- Linha de crédito para Start Up Jovem
- Inovação nos canais digitais
- Eficiência operativa



O BI rege-se por um modelo de governação eficiente que integra princípios de integridade, ética e transparência como valores fundamentais, bem como a adoção de práticas anticorrupção.

- Código de Conduta
- Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses
- Política de remuneração dos empregados
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco
- Interatlântico
- Segurança da Informação
- Adoção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI)
- Transparência e reporte não financeiro



- O BI assume o compromisso de financiar a transição para uma economia de baixo carbono, através de produtos que promovam uma economia circular, a descarbonização e a eficiência energética, promovendo sociedades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes:
  - Linha BEI;
  - Linha de Crédito de Apoio à Retoma do sector privado
  - Protocolo de Bonificação de microprodução de energias renováveis
  - Linha de crédito para Start Up Jovem
  - Protocolo do Sistema de Garantia Parcial de Crédito

## 5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL



### Compromisso com o **PLANETA**

12 PRODUÇÃO  
E CONSUMO  
SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO  
CLIMÁTICA



O BI assume o seu contributo direto e indireto no combate às alterações climáticas, quer através do financiamento, quer através de iniciativas que visam a redução de carbono ou pela melhoria da eficiência e resiliência climática das suas operações

- Difusão de uma cultura de desperdício zero:
  - Sensibilização dos empregados para a redução do uso do papel e plástico,
  - Desmaterialização, sempre que possível, de processos físicos
  - Implementação do work-flow de crédito
  - Consciencialização para a utilização racional de energia




EVENTOS  
SUBSECUENTES

## 6. EVENTOS SUBSEQUENTES



Não se confirmaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2022, passíveis de divulgação ou com necessidade de ajustamento



A modern office hallway with glass partitions and blue sofas. The hallway is long and bright, with recessed ceiling lights. On the left, there are glass-walled offices and a lounge area with blue sofas and a coffee table. On the right, there are several doors and a wall with a large abstract painting. The floor is made of large, light-colored tiles.

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2022, o Banco Interatlântico apresentou um resultado líquido de 307.821.485 CVE.

O Conselho de Administração, ponderados os indicadores do *RAS – Risk Appetite Statement*, bem como o princípio de assegurar um *buffer* de capital adicional de 3 pp face ao rácio de solvabilidade regulamentar, entende recomendar aos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- 10% para reservas legais, no montante de 30.782.149 CVE;
- 50% para distribuição de dividendos, no montante de 153.910.743 CVE (equivalente a 55,5% do resultado líquido determinado após a constituição da reserva legal);
- 40% para constituição de reservas livres, no montante de 123.128.594 CVE.

O Conselho de Administração entende que esta proposta é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos activos, robustecendo os fundos próprios da Instituição e assegurando a reposição da remuneração dos capitais investidos, iniciada em 2021 após vários anos de interrupção e que é um indicador essencial em qualquer Instituição sólida.

Praia, 14 de Abril de 2023

Presidente do Conselho de Administração

  
Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Vice-Presidente do Conselho de Administração

  
João Paulo Tudela Martins

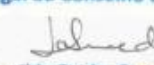
Vogal do Conselho de Administração

  
Maria João Duarte Pacheco Novais

Vogal do Conselho de Administração

  
Maria Zenaída da Rocha Costa Neves Leite

Vogal do Conselho de Administração

  
Leonilda Rocha Semedo

Vogal do Conselho de Administração

  
Luis Manuel Monteiro Alves

Vogal do Conselho de Administração e PCE

  
Pedro Gomes Soares

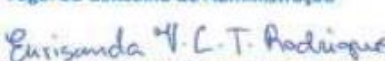
Vogal do Conselho de Administração

  
Manuel Fernando Monteiro Pinto

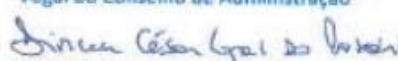
Vogal do Conselho de Administração

  
José Manuel dos Santos Afonso Serra

Vogal do Conselho de Administração

  
Eurisanda Venúlda Cardoso Tavares Rodrigues

Vogal do Conselho de Administração

  
Dirceu César Lopes do Rosário

A modern office interior featuring several cubicles. Each cubicle is equipped with a white desk, a black ergonomic office chair with a blue seat, and a computer workstation including a monitor, keyboard, and mouse. The cubicles are separated by light-colored fabric dividers. The office has large windows on the right side, providing natural light. The floor is made of light-colored tiles, and the ceiling has recessed lighting. A blue horizontal bar is positioned at the bottom of the image, partially overlapping the text.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS





**ANEXOS ÀS CONTAS – Dezembro 2022**

# ÍNDICE

ANEXOS ÀS CONTAS – Dezembro 2022.....	1
ÍNDICE .....	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	8
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	10
3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS .....	45
4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO .....	45
5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL .....	46
6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO.....	47
7. CRÉDITO A CLIENTES .....	48
8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	61
9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS .....	62
10. ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	64
11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS .....	65
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS .....	66
13. OUTROS ACTIVOS .....	69
14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	77
15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS.....	78
16. PROVISÕES.....	79
17. IMPARIDADE.....	81
18. OUTROS PASSIVOS.....	82
19. CAPITAL.....	84
20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	85
21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	87
22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES.....	88
23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL .....	88
24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES.....	90
25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL.....	92
26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS .....	92
27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO.....	93
28. CUSTOS COM PESSOAL .....	95
29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS.....	96
30. RESULTADO POR ACÇÃO .....	98
31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS .....	98
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	99
33. ENTIDADES RELACIONADAS .....	103
34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	107
35. GESTÃO DE CAPITAL.....	126
36. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	135



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERATLANTICO, S.A.R.L.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ATIVO	Notas	dez/22		dez/21		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	dez/22	dez/21
		Ativo Bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	3 800 335	-	3 800 335	3 011 392	Recursos de outras instituições de crédito	14	259 842	236 990
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	335 466	-	335 466	432 037	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	24 087 344	22 345 862
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	5	386 919	-	386 919	389 593	Provisões	16	11 618	13 642
Aplicações em instituições de crédito	6	34 735	-	34 735	31 119	Passivos por impostos correntes	12	9 905	28 057
Crédito a clientes	7	21 939 392	( 649 455)	21 289 937	20 154 043	Passivos por impostos diferidos	12	30 307	30 099
Propriedades de investimento	8	49 024	-	49 024	-	Outros passivos	18	376 019	232 730
Outros ativos tangíveis	9	1 727 771	( 908 713)	819 058	317 357			24 775 035	22 887 380
Ativos intangíveis	10	298 387	( 167 011)	131 375	121 752	Capital	19	1 000 000	1 000 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	126 004	-	126 004	118 588	Prémios de emissão	20	388	388
Activos por impostos correntes	12	2 497	-	2 497	6 252	Reservas de justo valor	20	104 752	104 034
Activos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	Outras reservas	20	1 903 446	1 646 115
Outros ativos	13	1 201 735	( 85 643)	1 116 093	1 338 565	Resultados transitados	20	-	-
						Resultado do exercício	20	307 821	282 781
						Total do Capital próprio		3 316 407	3 033 318
Total do Ativo		29 902 265	(1 810 822)	28 091 443	25 920 698	Total do Passivo e do Capital Próprio		28 091 443	25 920 698

*Euriscanda M.C.F. Rodrigues*

Administração

*Sturinus*

Responsável de Contabilidade

Relatório de Gestão e Contas - 2022

Banco Interatlântico

**BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE DEZEMBRO 2021**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	dez22	dez21
Juros e rendimentos similares	21	1 101 700	1 064 121
Juros e encargos similares	22	(180 803)	(143 517)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<u>920 897</u>	<u>920 604</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	39 875	21 402
Rendimentos de serviços e comissões	24	162 719	120 763
Encargos com serviços e comissões	24	(43 973)	(27 973)
Resultados de reavaliação cambial	25	42 278	34 731
Resultados de alienação de outros activos	26	3 582	923
Outros resultados de exploração	27	73 262	96 521
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<u>1 198 640</u>	<u>1 166 970</u>
Custos com pessoal	28	(306 589)	(307 498)
Gastos gerais administrativos	29	(322 163)	(265 172)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(66 305)	(75 955)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	2 024	(286)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(166 918)	(219 513)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(38 358)	(4 258)
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	11	17 396	21 640
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<u>317 727</u>	<u>315 929</u>
Impostos			
Correntes	12	(9 905)	(28 057)
Diferidos	12	-	(5 091)
		<u>(9 905)</u>	<u>(33 147)</u>
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<u>307 821</u>	<u>282 781</u>
Número médio de ações ordinárias emitidas		100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	30	3 078	2 828

*Eurisanda M.C.T. Rodrigues*

Administração

*Stanislaus*

Responsável de Contabilidade

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados						Total	Lucro do exercício	Total
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1 000 000	388	99 501	215 413	1 146 907	(0)	2 462 210	283 795	2 746 004
Distribuição do resultado do exercício de 2020:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				28 379	255 415	-	(283 795)		
Utilização das reservas					-	-	-		
Rendimento integral do exercício	-	-	4 533	-	-	-	4 533	282 781	287 314
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1 000 000	388	104 034	243 792	1 402 322	(0)	2 750 536	282 781	3 033 318
Distribuição do resultado do exercício de 2021:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				28 278	229 053	-	(257 331)		
Distribuição dos Dividendos					-	-	-	(25 450)	(25 450)
Rendimento integral do exercício	-	-	718	-	-	-	718	307 821	308 539
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1 000 000	388	104 752	272 070	1 631 375	- 0	3 008 585	307 821	3 316 407

*Euriscanda V.C.F. Rodrigues*

Administração

*Sturbo*

Responsável de Contabilidade

Relatório de Gestão e Contas - 2022

Banco Interatlântico

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.  
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO 2021  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Alterações no justo valor de A. F. J.V. através de Outro Rendimento Integral	Notas	dez/22	dez/21
Variação no exercício	20	925	5 844
Efeito fiscal	20	(208)	(1 311)
Outros rendimentos integrais		718	4 533
Resultado líquido do exercício		307 821	282 781
Total do rendimento integral do exercício		308 539	287 314

Eusárcanda M.C.T. Rodrigues

Administração

Juniferus

Responsável de Contabilidade

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.B.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	dez/22	dez/21
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimento de juros e comissões	1 264 419	1 184 884
Pagamento de juros e comissões	(224 776)	(171 490)
Resultados cambiais	42 278	34 731
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(628 752)	(572 670)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	76 845	97 444
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(19 211)	(27 862)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>510 802</u>	<u>545 036</u>
<b>(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:</b>		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 600	-
Aplicações em instituições de crédito	(3 616)	(2 493)
Créditos sobre clientes Incluindo Títulos de Tesouro	(1 357 838)	(1 216 105)
Outros ativos	187 945	(271 576)
	<u>(1 169 910)</u>	<u>(1 490 174)</u>
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	22 852	153 410
Recursos de clientes	1 741 481	1 156 706
Outros passivos	143 290	47 872
	<u>1 907 624</u>	<u>1 357 987</u>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<u>1 248 516</u>	<u>412 850</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(28 774)	(59 294)
Outros ativos tangíveis	(541 795)	(57 430)
Dividendos recebidos	39 875	21 402
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<u>(530 694)</u>	<u>(95 323)</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos distribuídos	(25 450)	-
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<u>(25 450)</u>	<u>-</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>692 372</b>	<b>317 527</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 443 429	3 125 902
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 135 801	3 443 429

*Luísanda V.C.T. Rodrigues*

Administração

*Glauco*

Responsável de Contabilidade



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (doravante BI ou Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD ou Grupo CGD) em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

Todos os montantes apresentados foram arredondados para milhares de Escudos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Abril de 2023 e serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, que tem o poder de as alterar.

O Conselho de Administração está convicto que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## **2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

No contexto do presente relato financeiro, as políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, salvo nas exceções identificadas.

### **2.2 Políticas contabilísticas**

#### **2.2.1 - Alterações de políticas contabilísticas.**

Não ocorreram durante o exercício de 2022, modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também, alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

#### **2.2.2 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício**

As seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia foram adotadas pelo Banco Interatlântico, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2022:

- IFRS 3 (Alterações) – As alterações ao texto da norma compreendem:

(i) Correção da menção efetuada à estrutura conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.

A alteração é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospectiva.

- IAS 16 (Alterações) – “Ativos fixos tangíveis” – As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que não podem ser deduzidos ao custo de aquisição quaisquer proveitos obtidos com a utilização do ativo até à sua instalação definitiva no local em que irá operar de acordo com as condições definidas pela gestão para o seu uso pretendido. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção diretamente em resultados.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação retrospectiva obrigatória apenas para os ativos elegíveis que tenham sido instalados na sua localização pretendida após a data do primeiro período comparativo apresentado.

- IAS 37 (Alterações) – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” – As alterações realizadas ao texto da norma especificam o enquadramento dos custos elegíveis para a classificação de um contrato como oneroso. Devem ser considerados para este efeito todos os custos que possam ser diretamente afetos ao cumprimento das obrigações contratuais, podendo estes assumir natureza incremental ou mediante outros tipos de alocação desde que claramente identificáveis.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospectiva.

- IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020): alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

- IFRS 16 – Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021: em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.

Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.



Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras do BI do exercício de 2022.

### **2.2.3. Novas normas e interpretações aplicáveis a exercícios futuros**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já endossadas pela União Europeia são de aplicação obrigatória, pelo Banco Interatlântico, em exercícios económicos futuros:

- IAS 1 (Alterações) e IFRS *Practice Statement 2* – As alterações introduzidas ao texto da norma e do *Practice Statement* visam clarificar os requisitos que devem ser considerados na avaliação das políticas contabilísticas que devem ser objeto de divulgação, substituindo a expressão “políticas contabilísticas significativas” por “políticas contabilísticas materiais”, sendo igualmente introduzidos exemplos ilustrativos que pretendem demonstrar a aplicação do conceito de materialidade.

Estas alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicados prospectivamente.

- IAS 8 (Alterações) – As alterações realizadas ao texto da norma introduzem distinções relativamente à apresentação e divulgação de diferentes naturezas de modificações efetuadas às demonstrações financeiras, sendo introduzidos esclarecimentos quanto ao tratamento das estimativas contabilísticas, e nomeadamente: i) mensuração em conceito de incerteza, ii) diferença entre modificação de estimativas contabilísticas e correções de erros, iii) contabilização dos efeitos de modificações de estimativas contabilísticas.

Estas alterações são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e incidem sobre alterações de estimativas ou de políticas contabilísticas ocorridas posteriormente a essa data.

- IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única: a alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um

passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

As alterações são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Entidade não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

#### **2.2.4. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alterações) – Apresentação das demonstrações financeiras: esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se

a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

Estas alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.

- Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação: esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos”

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à “venda” parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Entidade no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

#### **2.2.4. Políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras**

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

##### ***a) Especialização de exercícios***

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

##### ***b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira***

Os Itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respetivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (“mCve”), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Em 31 Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Nessas mesmas datas, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

Câmbio	Dez/2022	Dez/2021
USD/CVE	103,633	97,554

### ***c) Activos e passivos financeiros***

#### Reconhecimento inicial de activos financeiros

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, excepto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, como é o caso das operações de crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito.

Por outro lado, o BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”) quando este é incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos *cash flows* contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados



(“FVTPL”) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial, o BI pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constituía uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”), que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, o BI define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BI considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, o BI tem em consideração:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BI;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Assim, conforme foi referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

#### Desreconhecimento de activos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência qualifica para desreconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* desse ativo financeiro, ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* mas o BI assumiu uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o BI trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas: (i) o BI não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original; (ii) o BI encontra-se impedida pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e, (iii) o BI tem a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento.

Quando os *cash flows* contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do ativo financeiro, o BI recalcula o valor de balanço bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do ativo é determinado

como o valor atual dos *cash flows* renegociados ou modificados, descontado à taxa efetiva original do ativo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados com imparidade) ou, quando aplicável, a taxa de juros efetiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridos são incluídos no novo valor de balanço bruto e amortizados durante o período de vida remanescente do ativo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- a) Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do ativo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- b) Registo do novo ativo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do ativo anterior registada em resultados;
- c) Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um ativo por dificuldades financeiras do devedor, o novo ativo é considerado POCI (*Purchased or originated credit impaired financial asset*) sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas com base na PD lifetime, ou seja, o novo ativo nunca poderá ser classificado como *stage 1*;
- d) O custo amortizado do novo ativo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- e) O novo ativo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um ativo financeiro anteriormente marcado como *forbearance* (de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227 da Comissão de 9 de janeiro de 2015 e em conformidade com a política interna definida pelo BI) continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e,

- f) Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pelo BI para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

### Reclassificação de ativos financeiros

Se o BI alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excepcional, reclassifica todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

### Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do BI independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,
  - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*Stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros encontram-se registados nas rubricas de recursos de outras instituições de crédito, de recursos de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30



dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na Demonstração dos Resultados rubrica de Outros Resultados de Exploração.

### Imparidade de ativos financeiros

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – “Réditos de contratos com clientes”, nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”;
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- *Stage 1* - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- *Stage 2* - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

- *Stage 3* - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do *Stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *Stage 1*; e,
- Perdas Esperadas *Lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *Stage 2 e 3*.

A norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” não define um conceito de *default*, no entanto, o BI, à semelhança da CGD, aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no “*Final Report on Guidelines on default definition* (EBA-GL-2016-07)” emitido em 28 de setembro de 2016.

São considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *Stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

Especificamente, os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 40.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base

nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares. Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (crédito titulado e não titulado). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de risco externo (fonte: *Moody's* – probabilidade de *default* (PD));
- Para exposições diretas a risco soberano (obrigações do tesouro e crédito) e no *Stage 1*, aplica-se a PD correspondente ao *upgrade* de um nível de *rating*, desde que sejam observáveis informações externas com perspectivas económicas positivas e que o *Outlook* do *rating* não seja negativo;

- Para exposições indirectas ao risco soberano em *Stage 1* (exposições com aval do Estado) será aplicada a PD 12 meses do *rating* do país;
- Operações classificadas em *Stage 2* e 3, aplica-se a PD *Lifetime* ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas *default rates* acumuladas de uma agência de *rating*.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar)

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em relação aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor”. Em cada data de referência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidos em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são revertíveis por resultados do exercício, sempre que o justo valor destes instrumentos aumento no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

***d) Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar***

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

#### *e) Ativos recebidos por recuperação de créditos*

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

São classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado, sendo necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.



No BI, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em Outros Ativos, atendendo a que a expectativa é que a venda venha a concretizar-se num prazo superior a 12 meses.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

#### Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s). Pretende-se com a adoção deste procedimento assegurar que não ocorrerão reversões de imparidades originalmente afectas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades desenvolvido pela DGR conforme requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, terão tido em consideração a existência deste colateral.

#### Modelo de imparidade

O Modelo de imparidade dos imóveis por recuperação de créditos é repartido entre imóveis analisados em base individual e analisados com modelo coletivo.

O apuramento de imparidade dos ativos imobiliários é determinado de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico bruto igual ou superior a 2% dos Fundos Próprios do Banco (calculados trimestralmente) e para os imóveis de valor contabilístico bruto inferior, mas com características específicas que justificam a análise individual.

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

Para os restantes ativos imobiliários, a imparidade é determinada com base em modelo coletivo de imparidade no imóvel:

- O modelo coletivo de apuramento de imparidade dos ativos imobiliários, assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao valor de aquisição ao qual é aplicado um fator de ajustamento e descontado por um tempo médio estimado para a venda, ambos os parâmetros apurados em função do tipo de imóvel e tempo em carteira. O valor de imparidade é obtido através da diferença entre o valor de aquisição e o valor recuperável.
- Este modelo de imparidade coletiva, aplica-se a todos os imóveis não abrangidos por análise individual, com exceção dos imóveis com contrato promessa de compra e venda (CPCV) ou em processo de venda imediata (VIME), para os quais o valor recuperável corresponde ao valor negociado para a sua alienação.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores, deve ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

Para o efeito, sempre que o valor líquido contabilístico do crédito recuperado através de dação em cumprimento ou execução judicial for inferior ao respetivo valor de transmissão do imóvel, o registo inicial deste ativo será reduzido pelo diferencial assim apurado.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registadas por contrapartida da reversão de imparidades.

### Hierarquia de Justo Valor

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

#### Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado

ativo, utilizando sempre que possíveis preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

#### Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

#### Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

#### ***f) Propriedades de Investimento***

Propriedades de investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao custo e sujeitas a amortização e teste de imparidade anual, tendo por base avaliações de peritos avaliadores externos

#### *h) Outros activos tangíveis*

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

Em 31 de Dezembro de 2022, as depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos até 2014	Adquiridos a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33
obras em edifícios arrendados	10	10
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	5
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e depreciadas em média, ao longo de um período de 10 anos.

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos

líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das depreciações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

### ***i) Ativos intangíveis***

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

### ***g) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos***

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.



Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. Os dividendos são registados no exercício em que é decidida a sua distribuição.

#### *h) Impostos sobre lucros*

Em 31 de Dezembro de 2022, o Banco está sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44% de acordo Artº. 84º da Lei 82/VIII/2015, de 8 de Janeiro que aprova o Código de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com revisão no o Artº. 17.º OE 2019) publicado em 31 de Dezembro de 2018.

#### *Impostos correntes*

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

#### *Impostos diferidos*

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adoção das IFRS e à valorização de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

### ***1) Provisões e passivos contingentes***

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Banco.

Em 2022, o Banco manteve a metodologia de tratamento e reconhecimento das Provisões Judiciais, alterada em 2020, calculando e revendo, anualmente, de acordo com o critério da probabilidade de pagamento/assunção de perdas) por parte do Banco. Assim, foi estabelecido o seguinte: processos com probabilidade: (1) Remota foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75%.

#### ***J) Benefícios dos empregados***

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal”

no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

#### ***k) Comissões***

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### ***i) Valores recebidos em depósito***

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

#### ***m) Caixa e seus equivalentes***

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

***n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas***

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

***i) Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido***

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.4. c) - Imparidade de activos financeiros. Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expectativas de

recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

*ii) Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as variações do justo valor são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral. Sempre que, em resultado das análises efetuadas (Nota 2.2.4 c)), seja determinada a existência de imparidade, o valor da perda estimada é reclassificado de outro rendimento integral para custos do período.

Esta avaliação é realizada com recurso a informação disponível no mercado e inclui a utilização de pressupostos e julgamentos na sua modelização cuja alteração poderia determinar diferentes resultados. No entanto, é entendimento do Grupo que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado a estes ativos, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

*iii) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As

valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver nota 5).

iv) Valorização dos Imóveis

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "*Ativos recebidos por recuperação de créditos*" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

v) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto suscetível, de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2015, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS 9, e ao impacto da transição para o novo Código. É



entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2022 (ver nota 33).

***o) Resultados por ação básicos***

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

***p) Segmentos operacionais***

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito.
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*,

locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

- Banca de retalho - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

#### ***q) Capital Próprio***

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de Capital Próprio.

#### ***r) Distribuição de dividendos***

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Caixa		
. Moeda nacional	221 996	266 728
. Moeda estrangeira	730 017	402 203
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	<u>2 848 322</u>	<u>2 342 461</u>
	<u>3 800 335</u>	<u>3 011 392</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC). De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

As reservas mínimas em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 ascenderam a mCve 1.899.074 e mCve. 1.623.242, respetivamente. Em Dezembro de 2022 e 2021 estes depósitos não foram remunerados.

Em 2020, uma das medidas para mitigação do impacto do coronavírus - Covid19 na economia nacional foi a redução do coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa em 300 pontos base, de 13% para 10%, incentivando fortemente a banca a canalizar a liquidez libertada para o crédito à economia, aumentando o crédito à economia na mesma proporção, em termos de novos fluxos de crédito até ao final do ano. Esta medida manteve-se durante todo o exercício de 2022.

### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

### Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

	dez-22	dez-21
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	156 013	177 321
· Em outras instituições no estrangeiro	63 089	140 593
· Em instituições no país	315	315
	<u>219 416</u>	<u>318 230</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	4 332	7 872
· Sobre o país	111 717	105 936
	<u>116 050</u>	<u>113 808</u>
	<u>335 466</u>	<u>432 037</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros classificados na categoria de Ativos financeiros ao Justo valor através de outro Rendimento Integral apresentam a seguinte composição:

Título	2022						
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Líquido)	Reembolso Capital	Reserva de Justo Valor	Impostos Diferido	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238 746	5,40%	300 021		71 285	(15 996)	55 289
Visa International Service Association	1 323	n.d.	58 434		57 111	(12 816)	44 295
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15 307	3,79%	11 793	3 600	86	(19)	66
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10 095	0,65%	16 671		6 577	(1 476)	5 101
	<u>265 471</u>		<u>386 919</u>	<u>3 600</u>	<u>135 059</u>	<u>(30 307)</u>	<u>104 752</u>

Título	2021					
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor	Impostos Diferido	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	300.021	71.285	(15.996)	55.289
Visa International Service Association	1.323	n.d.	57.509	56.185	(12.608)	43.577
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.393	86	(1.476)	(1.390)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	16.671	6.577	(19)	6.558
	<u>265.471</u>		<u>389.593</u>	<u>134.133</u>	<u>(30.099)</u>	<u>104.034</u>

### Instrumentos de capitais valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco manteve, nas contas de 2022, as valorizações do ano de 2021 das acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Relativamente À Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registou-se uma redução face a 2021 por via do reembolso parcial de capital ocorrido durante o ano de 2022.

Por sua vez, o valor das acções da *Visa Internacional Service Association* foi actualizado de acordo com a cotação de 31 de Dezembro 2022.

Com relação à participação da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos manteve-se o número de acções e a valorização do ano de 2021.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

### Aplicações em Instituições de Crédito

	dez/22	dez/21
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Caixa Geral de Depositos	1 036	0
Outras instituições de crédito	33 683	31 119
	<u>34 720</u>	<u>31 119</u>
Juros a receber	15	-
	<u>34 735</u>	<u>31 119</u>

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, os saldos de aplicações em outras instituições de Crédito, mCve 34.735 e mCve 31.119, respetivamente, dizem respeito à caução Visa, com a variação de 2022 face ao ano de 2021 explicada por uma nova aplicação junto de Caixa Geral de Depósitos e juros associados.

## 7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		dez/22	dez/21
Crédito interno a curto prazo:			
. Descobertos em depósitos à ordem		38 989	34 673
. Empréstimos		23 746	21 515
. Descontos comerciais		43 155	15 839
. Outros créditos		88 081	71 900
Crédito interno a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		13 598 370	12 564 191
. Créditos em conta corrente		1 031 740	1 091 770
Crédito externo a curto prazo:			
. Descontos comerciais			
. Descobertos em depósitos à ordem		614	1 200
. Outros créditos		-	60
Crédito externo a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		730 231	742 307
. Créditos em conta corrente		2 456	7 783
Crédito ao pessoal		522 415	461 472
Juros a receber		34 043	63 132
Comissões e outros proveitos diferidos		(96 843)	(78 740)
Créditos vencidos		825 153	843 481
<b>Total de crédito não titulado Bruto</b>	(A)	<b>16 842 152</b>	<b>15 840 584</b>
Imparidade de crédito não titulado (Nota 17)	(B)	(600 669)	(632 870)
<b>Total de crédito não titulado Líquido</b>	D= (A-B)	<b>16 241 483</b>	<b>15 207 713</b>
Títulos de Dívida Pública		4 742 474	4 633 214
Obrigações emitidas por Empresas		299 287	303 606
Obrigações emitidas por Empresas vencidas		-	-
Juros a receber		55 480	59 977
<b>Total de crédito titulado Bruto</b>	(E)	<b>5 097 240</b>	<b>4 996 797</b>
Imparidade de crédito titulado (Nota 17)	(F)	<b>(48 786)</b>	<b>(50 467)</b>
<b>Total de crédito titulado Líquido</b>	G= (E-F)	<b>5 048 454</b>	<b>4 946 330</b>
<b>Total Crédito a clientes Líquido</b>	(H) = (D) + (G)	<b>21 289 937</b>	<b>20 154 043</b>

O total do crédito líquido a 31 de Dezembro de 2021 ascendia a mCVE 20.154.043, data em que se registava um valor de crédito vencido de mCve 843.481.

Durante o ano de 2022 e seguindo os esforços desenvolvidos ao longo dos últimos anos para a recuperação do crédito, o Banco conseguiu resolver operações com histórico relevante de incumprimento, fechando o ano com um montante de mCve 825.153 de crédito vencido.

Parte desses créditos foi resolvida por via da vinda à posse das garantias associadas, resultando no registo de três imóveis recebidos por recuperação de crédito, reconhecidos em “outros activos” (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os empréstimos aos colaboradores foram remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. A taxa média de remuneração dessas obrigações, em Dezembro de 2022 ascendeu a 4,1298% (2021: a 4,54%)

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 o saldo da rubrica “obrigações emitidas por empresas” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais.

Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:



Título	dez-22	dez-21
<b>Títulos de Dívida Pública</b>		
<b><u>Obrigações do Tesouro</u></b>		
Valor Nominal	4.742.474	4.633.214
Juros a receber	52.597	56.878
Imparidade	(45.555)	(47.142)
	a) <u>4.749.516</u>	<u>4.642.950</u>
<b><u>Obrigações Empresas</u></b>		
	dez-22	dez-21
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	61.244	68.049
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I	3.000	9.000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II	2.500	7.500
Câmara Municipal do Sal	3.000	4.000
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	100.000	100.000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie D	37.313	37.313
ANMCV – Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos- Série A	36.436	45.545
A.C.E. PRRA_O - Agrupamento Complementar de Empresas	23.594	-
<b>Total bruto</b>	<u>299.287</u>	<u>303.606</u>
<b>Imparidade</b>	<u>3.231</u>	<u>3.325</u>
<b>Juros a receber</b>	<u>2.883</u>	<u>3.099</u>
<b>Total bruto</b>	b) <u>298.938</u>	<u>303.380</u>
<b>Outros créditos e valores a receber - titulados a)+ b)</b>	<u>5.048.454</u>	<u>4.946.330</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. e Câmara Municipal do Sal têm aval do Estado de Cabo Verde.

As variações registadas nas Obrigações IFH - Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. Serie F Tranche I; IFH - Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. Serie F Tranche II e Câmara Municipal do Sal; Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos- Série A, e Agrupamento Complementar de Empresas estão relacionadas com a amortização parcial do Capital.

No contexto da situação Pandémico, as obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e *Habitat*,

S.A, Serie F, foi alterada a extinção da maturidade de 6 anos para 6 anos e seis meses e o diferimento do pagamento do reembolso relativo ao 10º cupão para final da maturidade.

As Obrigações A.C.E. PRRA\_O - Agrupamento Complementar de Empresas, foram adquiridas em 2022, o montante de 23.594 mCVE, por um período de 5 anos, com a taxa fixa de 3,5%. As obrigações serão garantidas exclusivamente por consignação de recebíveis do Estado/ DGT (Direção Geral do Tesouro). A Amortização parcial correspondente a 10% de valor inicial iniciou no 1º cupão.

As obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela Sociedade de Gestão e Investimentos, Lda. estão abatidas ao activo.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o crédito concedido a clientes, excluindo “Crédito titulado”, juros corridos, comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por sector de atividade distinguindo o crédito vincendo, do vencido:

	2022		Total
	Crédito vincendo*	Crédito vencido	
<b>Sector Público Administrativo</b>	99 759	-	99 759
	<u>99 759</u>	<u>-</u>	<u>99 759</u>
<b>Empresas</b>			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	34 111	-	34 111
Pesca	32 632	3 788	36 420
Indústrias extractivas	-	-	-
Indústrias extractivas d' excepção de prod. energéticos	-	-	-
Indústrias transformadoras	369 898	5 978	375 876
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	249 228	5 909	255 137
Indústria têxtil	18 796	70	18 866
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	700	-	700
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	26 657	-	26 657
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	12 874	-	12 874
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	46 126	0	46 126
Outras indústrias transformadoras	15 517	-	15 517
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	54 276	3	54 278
Construção	543 552	210 431	753 983
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	770 781	56 607	827 388
Transportes, armazenagem e comunicações	422 382	21 514	443 895
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 299 654	28 500	1 328 154
Actividades de informação e de comunicação	348 074	7 873	355 947
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	1 546 980	190 168	1 737 149
Actividades imobiliárias	582 685	180 450	763 135
Outras actividades	964 295	9 718	974 013
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	162 599	2	162 601
Saúde e segurança social	59 523	833	60 356
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	14 111	756	14 867
	<u>5 658 571</u>	<u>526 453</u>	<u>6 185 024</u>
<b>Particulares</b>			
Habituação	7 154 965	64 706	7 219 672
Outros fins	3 166 503	233 994	3 400 497
	<u>10 321 468</u>	<u>298 701</u>	<u>10 620 169</u>
	<u>16 079 798</u>	<u>825 153</u>	<u>16 904 952</u>

\*Os saldos apresentados em crédito vincendo não incluem juros corridos

	2021		Total
	Crédito vincendo	Crédito vencido (incluindo juros vencidos)	
<b>Sector Público Administrativo</b>	238 748	-	238 748
	<u>238 748</u>	<u>-</u>	<u>238 748</u>
<b>Empresas</b>			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	20 295	-	20 295
Pesca	4 251	78	4 329
Indústrias extractivas	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
Indústrias transformadoras	376 209	9 743	385 952
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	253 714	434	254 148
Indústria têxtil	15 357	114	15 470
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	26 567	-	26 567
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	13 868	-	13 868
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	51 129	9 195	60 323
Outras indústrias transformadoras	15 575	-	15 575
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	66 001	19	66 019
Construção	574 248	195 797	770 045
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	723 016	9 286	732 302
Transportes, armazenagem e comunicações	398 817	36 643	435 460
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 152 093	39 121	1 191 214
Actividades de informação e de comunicação	421 052	928	421 980
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	1 657 830	211 923	1 869 753
Actividades imobiliárias	666 812	189 933	856 745
Outras actividades	991 018	21 989	1 013 007
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	169 963	3	169 966
Saúde e segurança social	57 938	-	57 938
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	19 089	207	19 296
	<u>5 640 800</u>	<u>503 748</u>	<u>6 144 548</u>
<b>Particulares</b>			
Habituação	6 096 294	49 563	6 145 857
Outros fins	3 036 869	290 171	3 327 039
	<u>9 133 163</u>	<u>339 733</u>	<u>9 472 896</u>
	<u>15 012 711</u>	<u>843 481</u>	<u>15 856 192</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, juros corridos associados e comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de atividade:

## Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição total	Exp. Com baixo risco de			Exposição com aumento significativo do		Exposição em situação de imparidade			Exposições com baixo risco de			Exposição com aumento significativo		Exposição em situação de imparidade
		crédito	do qual curado	do qual reestruturado	risco de crédito	do qual reestruturado	imparidade	do qual reestruturado	Imparidade total	crédito	de risco	de risco	de risco		
Empresas (exc. Const e CRE)	4 609 234	3 433 680	0	15 057	993 409	37 808	182 145	25 648	180 088	48 937	83 318	47 834			
Construção e CRE	1 592 562	672 238	0	0	571 529	46 469	348 794	14 835	242 829	6 075	70 562	166 192			
Habitação	7 623 319	7 208 561	0	13 170	307 350	39 679	107 408	23 750	32 699	9 135	7 133	16 431			
Consumo e outros part.	3 017 124	2 470 626	0	8 138	281 330	94 109	265 169	76 139	145 054	29 494	25 726	89 834			
C.Titulado	5 097 240	5 097 240	0	0	0	0	0	0	48 786	48 786	0	0			
<b>Total</b>	<b>21 939 479</b>	<b>18 882 346</b>	<b>0</b>	<b>36 365</b>	<b>0</b>	<b>2 153 618</b>	<b>218 066</b>	<b>0</b>	<b>903 515</b>	<b>140 372</b>	<b>649 455</b>	<b>142 426</b>	<b>186 738</b>	<b>320 290</b>	

Segmento	Exposição Total 31.12.2022	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2022	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Empresas (exc. Const e CRE)	4 609 234	3 433 680	993 405	182 149	60 308	121 841	180 088	138 580	0	355	41 152
Construção e CRE	1 592 562	672 238	571 528	348 796	29 738	319 058	242 829	72 416	0	15 737	154 675
Habitação	7 623 319	7 208 561	307 350	107 408	44 218	63 189	32 699	23 056	0	507	9 136
Consumo e outros part.	3 017 124	2 470 626	277 312	269 187	58 801	210 386	145 054	68 471	0	4 737	71 845
C.Titulado	5 097 240	5 097 240	0	0	0	0	48 786	48 786	0	0	0
<b>Total</b>	<b>21 939 479</b>	<b>18 882 346</b>	<b>2 149 594</b>	<b>907 539</b>	<b>193 065</b>	<b>714 474</b>	<b>649 455</b>	<b>351 309</b>	<b>0</b>	<b>21 337</b>	<b>276 808</b>

## Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento

	C.Titulado		Empresas (exc. Const e CRE)				Habitação		Consumo e outros part.		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>												
Individual	0	0	1 882 300	99 457	986 842	228 078	45 942	8 531	260 408	70 169	3 175 493	406 235
Colectiva	5 097 240	48 786	2 726 934	80 631	605 720	14 752	7 577 376	24 167	2 756 717	74 885	18 763 987	243 221
<b>Total</b>	<b>5 097 240</b>	<b>48 786</b>	<b>4 609 234</b>	<b>180 088</b>	<b>1 592 562</b>	<b>242 830</b>	<b>7 623 319</b>	<b>32 699</b>	<b>3 017 124</b>	<b>145 054</b>	<b>21 939 479</b>	<b>649 455</b>

A totalidade da exposição ao segmento “Crédito Titulado” é sujeito à avaliação colectiva, tendo por base o risco país (títulos emitidos pelo Estado de Cabo Verde ou com o Aval do Estado de Cabo Verde), a que corresponde uma imparidade de mCve 48.786.

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por setor – exclui exposições de particulares

	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação		H-Transportes e armazenagem	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>																
Individual	182 436	13 589	424 908	122 005	0	0	765 645	73 820	0	0	100 610	662	137 670	452	1 648	543
Colectiva	635 144	17 766	356 437	10 655	13 902	367	565 248	12 852	60 267	1 601	301 852	12 962	69 728	1 172	440 838	20 192
<b>Total</b>	<b>817 580</b>	<b>31 355</b>	<b>781 345</b>	<b>132 660</b>	<b>13 902</b>	<b>367</b>	<b>1 330 893</b>	<b>86 672</b>	<b>60 267</b>	<b>1 601</b>	<b>402 463</b>	<b>13 624</b>	<b>207 397</b>	<b>1 624</b>	<b>442 486</b>	<b>20 735</b>

	H-Transportes e armazenagem		A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social		S-Outros serviços		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>																
Individual	1 648	543	0	0	214 904	5 431	0	0	561 934	106 072	0	0	529 277	5 020	2 919 033	327 594
Colectiva	440 838	20 192	70 126	2 075	110 592	2 852	54 245	1 018	202 684	2 237	40 733	443	438 035	9 627	3 359 832	95 818
<b>Total</b>	<b>442 486</b>	<b>20 735</b>	<b>70 126</b>	<b>2 075</b>	<b>325 496</b>	<b>8 283</b>	<b>54 245</b>	<b>1 018</b>	<b>764 618</b>	<b>108 309</b>	<b>40 733</b>	<b>443</b>	<b>967 312</b>	<b>14 647</b>	<b>6 278 865</b>	<b>423 412</b>



Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Montante	Imparidade Constituída
2009 e anterior	78	34 172	364	20	81 819	32 070	80	300 297	209	361	63 805	1 181	480 093	33 824
2010	15	18 539	53	4	364	0	24	109 782	1 535	72	5 475	63	134 160	1 652
2011	13	164 658	19 553	1	80 963	98	33	116 149	884	36	33 468	505	395 239	21 040
2012	7	5 999	19	1	1	0	25	94 235	1 641	36	16 414	23	116 649	1 682
2013	15	29 981	1 003	2	101	101	26	118 017	5 497	78	7 423	327	155 521	6 928
2014	15	171 790	1 605	6	10 404	486	35	178 946	544	45	13 735	149	374 875	2 784
2015	35	263 290	567	10	34 998	128	31	162 821	213	99	118 087	29 886	579 196	30 794
2016	71	1 546 141	19 791	19	248 388	59 220	38	192 495	165	118	104 677	5 852	2 091 700	85 029
2017	86	1 118 817	20 674	16	92 219	39 775	92	449 665	3 862	251	116 960	20 149	1 777 661	84 460
2018	104	1 151 724	22 896	15	194 925	43 703	137	778 457	3 777	370	157 890	5 002	2 282 995	75 378
2019	177	1 154 876	36 191	30	118 150	20 190	208	1 320 246	5 654	1 044	343 012	12 767	2 936 282	74 802
2020	150	1 419 633	45 392	25	188 322	5 357	140	866 803	1 165	493	369 051	16 320	2 843 808	68 235
2021	208	875 971	30 182	49	196 455	25 470	214	1 463 395	3 315	2 411	720 528	23 548	3 256 349	82 515
2022	404	1 745 276	30 569	78	351 063	16 242	218	1 472 011	4 238	2 072	946 600	29 283	4 514 950	80 332
<b>Total</b>	<b>1 378</b>	<b>9 700 867</b>	<b>228 861</b>	<b>276</b>	<b>1 598 169</b>	<b>242 842</b>	<b>1 301</b>	<b>7 623 319</b>	<b>32 699</b>	<b>7 486</b>	<b>3 017 124</b>	<b>145 054</b>	<b>21 939 479</b>	<b>649 455</b>

## Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	31.12.2022											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade
<b>Extensão de prazo</b>	16	36 365	328	84	218 066	16 094	58	140 372	46 094	158	394 803	62 516
Período de carência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redução da taxa de juro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>36 365</b>	<b>328</b>	<b>84</b>	<b>218 066</b>	<b>16 094</b>	<b>58</b>	<b>140 372</b>	<b>46 094</b>	<b>158</b>	<b>394 803</b>	<b>62 516</b>

## Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	323 852	251 750
Créditos reestruturados no período	231 315	241 491
Juros corridos da carteira reestruturada	1 156	397
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-25 628	-123 332
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-135 893	-46 056
Outros		
<b>Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>394 803</b>	<b>323 852</b>

Detalhes do Justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de Crédito, dos segmentos de *Corporate*, Construção, Habitação

Justo valor	31/12/2022															
	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação				TOTAL			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	0	0	218	1 098 470	0	0	39	412 580	0	0	290	1 882 456	0	0	547	3 393 507
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	0	0	145	56 205	0	0	18	4 733	2	1 426	1	2 620	0	1 426	164	63 558
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	21	41 991	333	426 376	8	8 501	34	34 782	282	847 541	5	7 329	29	898 033	372	468 486
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	35	112 581	56	204 930	10	30 957	7	25 540	479	2 533 772	1	5 251	45	2 677 310	64	235 721
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	44	276 448	26	150 456	10	93 372	5	17 690	196	1 722 735	1	3 205	54	2 092 555	32	171 352
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	46	688 383	10	29 745	13	179 789	1	19 794	42	614 512	0	0	59	1 482 684	11	49 539
>= 50 MCVE	17	939 021	7	399 002	20	689 134	2	68 131	0	0	0	0	37	1 628 155	9	467 133
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>2 058 424</b>	<b>795</b>	<b>2 365 185</b>	<b>61</b>	<b>1 001 752</b>	<b>106</b>	<b>583 250</b>	<b>1 001</b>	<b>5 719 986</b>	<b>298</b>	<b>1 900 862</b>	<b>224</b>	<b>8 780 163</b>	<b>1 199</b>	<b>4 849 296</b>

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const. e CRE), construção, CRE e OAR e Habitação (não inclui crédito ao consumo)

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas (exc. Const e CRE)</b>							
Sem colateral associado							
Sem colateral associado	338	95 626	66 805	23 193	8 114	185 625	8 114
1 >= 150%	372	1 093 428	327 862	99 603	60 157	1 520 893	60 157
2 <= 150% e > 125%	104	605 879	20 740	5 547	13 743	632 167	13 743
3 <= 125% e > 100%	233	937 107	126 320	39 325	40 618	1 102 752	40 618
4 < 100%	294	701 639	451 682	14 476	57 456	1 167 797	57 456
<b>Construção e CRE</b>							
Sem colateral associado	94	1 341	4 313	1 906	1 110	7 560	1 110
1 >= 150%	59	331 691	271 482	21 403	40 248	624 576	40 248
2 <= 150% e > 125%	11	57 984	1 829	79 811	32 686	139 624	32 686
3 <= 125% e > 100%	36	198 701	293 905	143 696	144 209	636 302	144 209
4 < 100%	74	82 522	0	101 978	24 576	184 500	24 576
Para aquisição habitação							
Sem colateral associado							
Sem colateral associado	2	2 471	0	0	12	2 471	12
1 >= 150%	352	1 154 024	63 928	22 896	4 218	1 240 848	4 218
2 <= 150% e > 125%	130	732 914	26 983	7 635	1 237	767 531	1 237
3 <= 125% e > 100%	772	5 067 219	175 110	67 185	24 544	5 309 514	24 544
4 < 100%	45	251 934	41 329	9 692	2 687	302 954	2 687
<b>TOTAL</b>	<b>2 916</b>	<b>11 314 480</b>	<b>1 872 288</b>	<b>638 347</b>	<b>455 616</b>	<b>13 825 115</b>	<b>455 616</b>

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2022, foram reclassificados 3 imóveis de Adjudicação/Dação em Pagamento para propriedades de investimento, por alteração da estratégia do Banco no que respeita a sua utilização, para os quais foram celebrados contratos de arrendamento.

	Transferência Outros Ativos - Imóveis em dação			Saldo em 31-12-2022
	Valor bruto	Despesas	Perdas por imparidade	Valor bruto*
Prédio Urbano - Praia*	32 211	1 628	-	33 839
Espaço Comercial ( no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, tendo a fração A uma área coberta de 146,58 m2.)*	16 447	31	(3 320)	13 158
Estacionamento no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, t fração E, um lugar de estacionamento, a área de 72,40 m2. *	2 534	5	(512)	2 027
	<b>51 192</b>	<b>1 663</b>	<b>(3 831)</b>	<b>49 024</b>

\*Imóveis transferidos pelo valor líquido de balanço na data da transferência

Em 31 de dezembro de 2022, os imóveis classificados em propriedades de investimento pelo Banco encontram-se registadas ao custo, sem valor de amortização, considerando que a transferência de outros ativos foi realizada no final

do ano de 2022 (pelo valor contabilístico líquido na data de transferência). As imparidades registadas durante o ano para estes imóveis encontram-se detalhadas na nota 17

## 9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

Descrição	2022									Saldo no Final do Exercício em 31/12/2022	
	Saldo Inicial		Imparidade e Depreciação acumuladas	Abates		Transferência Entre os activos	Reversões de imparidade Depreciação no exercício	Regulização Amort.	Saldo no Final do Exercício		
	Saldo bruto	Depreciação acumuladas		Valor Bruto	Imparidade e Depreciação				Saldo bruto		Imparidade e Depreciação acumuladas
Imóveis de serviço próprio											
· Terrenos	14 357	-	-	-	-	-	-	-	14 357	-	14 357
· Edifícios	243 630	(83 577)	546	-	-	-	(5 487)	-	244 176	(89 064)	155 112
· Outros	11 456	(4 247)	-	-	-	-	(1 146)	-	11 456	(5 393)	6 063
Obras em imóveis arrendados	237 675	(232 172)	193	-	-	-	(2 005)	-	237 868	(234 177)	3 691
	507 119	(319 997)	739	-	-	-	(8 638)	-	507 857	(328 634)	179 223
Equipamento											
· Mobiliário e material	58 593	(50 707)	54	-	-	-	(1 704)	-	58 647	(52 411)	6 236
· Máquinas e ferramentas	33 890	(29 815)	1 128	-	-	-	(1 689)	-	35 018	(31 503)	3 515
· Equipamento informático	349 760	(332 615)	6 686	(29 307)	29 307	1 823	(8 816)	701	328 962	(311 423)	17 540
· Instalações interiores	15 880	(14 651)	60	(2 985)	2 985	-	(386)	-	12 955	(12 053)	902
· Material de transporte	87 546	(51 151)	8 437	(8 765)	8 311	-	(7 165)	-	87 219	(50 004)	37 214
· Equipamento de segurança	25 290	(22 956)	587	-	-	-	(729)	-	25 876	(23 685)	2 191
· Outro equipamento	63 831	(55 828)	297	-	-	-	(2 173)	-	64 127	(58 001)	6 126
Outros ativos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	-	157	(157)	-
	634 946	(557 879)	17 248	(41 056)	40 602	1 823	(22 661)	701	612 961	(539 237)	73 725
Imoveis	57 586	(31 800)	24 836	(6 813)	6 813	-	(15 855)	-	75 609	(40 842)	34 766
Activos em Locação Financeira*	57 586	(31 800)	24 836	(6 813)	6 813	-	(15 855)	-	75 609	(40 842)	34 766
Ativos tangíveis em curso											
· Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· De serviço próprio	24 394	-	464 641	-	-	-	-	-	489 035	-	489 035
· Equipamento	2 988	-	8 089	-	-	(1 823)	-	-	9 253	-	9 253
· Mobiliários	-	-	33 055	-	-	-	-	-	33 055	-	33 055
	27 382	-	505 785	-	-	(1 823)	-	-	531 344	-	531 344
	1 227 033	(909 675)	548 608	(47 869)	47 415	-	(47 154)	701	1 727 771	(908 713)	819 058

As variações nos ativos tangíveis justificam-se com aquisição do Edifício Sede, incluindo as obras de remodelação; novos equipamentos e mobiliários.

Do mesmo modo, as variações nas locações financeiras justificam-se pelo arrendamento de um novo espaço para Agência da Boa Vista.

Por fim, e por via da alteração das cláusulas contratuais (renovação mensal, em substituição à renovação anual) com impacto (exclusão) no total dos imóveis incluídos nesta temática.

Em 2022 foram abatidos ao activo diversos equipamentos informáticos obsoletos, e registaram-se alienações de três viaturas totalmente amortizadas.

Descrição	2021													
	Saldo Inicial		Imparidade	Regula- rização Bruto	Regula- rização Amort.	Adições	Abates		Transferência Entre os activo	Reversões de imparidade Depreciação no exercício	Saldo no Final do Exercício			
	Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas					Valor Bruto	Imparidade e Depreciação			Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas	Imparidade	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Imóveis de serviço próprio</b>														
. Terrenos	14 357	-	-	-	-	-	-	-	-	14 357	-	-	14 357	
. Edifícios	243 630	(57 935)	-	-	-	-	-	-	(5 471)	243 630	(63 405)	-	180 225	
. Outros	11 456	(3 102)	-	-	-	-	-	-	(1 146)	11 456	(4 247)	-	7 209	
<b>Obras em imóveis arrendados</b>	<b>237 675</b>	<b>(230 174)</b>							<b>(1 999)</b>	<b>237 675</b>	<b>(232 172)</b>		<b>5 503</b>	
	507 119	(291 210)	-	-	-	-	-	-	(8 615)	507 119	(299 825)	-	207 294	
<b>Equipamento</b>														
. Mobiliário e material	58 281	(48 504)	-	-	311	-	-	-	(2 203)	58 593	(50 707)	-	7 886	
. Máquinas e ferramentas	32 856	(27 960)	-	-	1 034	-	-	-	(1 855)	33 890	(29 815)	-	4 075	
. Equipamento informático	345 920	(318 915)	-	-	2 555	-	-	1 285	(13 700)	349 760	(332 615)	-	17 145	
. Instalações interiores	15 751	(14 281)	-	-	129	-	-	-	(371)	15 880	(14 651)	-	1 229	
. Material de transporte	75 993	(50 172)	-	-	16 818	(5 265)	5 188	-	(6 166)	87 546	(51 151)	-	36 396	
. Equipamento de segurança	25 290	(21 411)	-	-	-	-	-	-	(1 545)	25 290	(22 956)	-	2 334	
. Outro equipamento	62 590	(53 692)	-	-	1 240	-	-	-	(2 135)	63 831	(55 828)	-	8 003	
<b>Outros ativos tangíveis</b>	<b>157</b>	<b>(157)</b>								<b>157</b>	<b>(157)</b>		<b>-</b>	
	616 838	(535 092)	-	-	22 088	(5 265)	5 188	1 285	(27 975)	634 946	(557 879)	-	77 068	
<b>Imoveis</b>	<b>76 204</b>	<b>(52 529)</b>		<b>2 194</b>	<b>11 445</b>	<b>6 813</b>	<b>(27 625)</b>	<b>27 625</b>		<b>(18 341)</b>	<b>57 586</b>	<b>(31 800)</b>	<b>25 785</b>	
<b>Activos em Locação Financeira*</b>	<b>76 204</b>	<b>(52 529)</b>		<b>2 194</b>	<b>11 445</b>	<b>8 525</b>	<b>(27 625)</b>	<b>27 625</b>		<b>(18 341)</b>	<b>57 586</b>	<b>(31 800)</b>	<b>25 785</b>	
<b>Ativos tangíveis em curso</b>		<b>(20 172)</b>										<b>(20 172)</b>	<b>(20 172)</b>	
. De serviço próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
. Despesas em edifícios arrendados	908	-	-	-	23 486	-	-	-	-	24 394	-	-	24 394	
. Equipamento	3 294	-	-	-	979	-	-	(1 285)	-	2 988	-	-	2 988	
	4 202	(20 172)	-	-	24 465	-	-	(1 285)	-	27 382	(20 172)	-	7 210	
	1 204 363	(899 003)	-	2 194	11 445	55 078	(32 890)	5 188	-	(54 930)	1 227 033	(909 675)	-	317 357

## 10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2021		Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	269 613	(147 861)	28 774	(19 151)	298 387	(167 011)	131 375

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de mCve 96.522 em 2022 (e de mCve 93.496 em 2021) encontrava-se em curso à data do Balanço.



## 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2022				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	126 004	31-08-2022(*)	1 764 376	175 875	1 260 038
			<u>126 004</u>				

(\*) Demonstrações Financeiras provisórias Agosto 2022

			2021				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	118 588	31-12-2021 (*)	1 721 010	201 521	1 185 880
			<u>118 588</u>				

(\*) Demonstrações Financeiras provisórias Dezembro 2021

*SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.*

Tendo em consideração que o Banco faz parte do órgão de Direção da SISP, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade desta instituição, o Banco classificou a participação que detém na mesma como Investimento em Associadas ao abrigo da Norma IAS 28, apesar da referida participação ser de apenas 10%.

	<u>SISP</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>96.948</u>
Resultados em Associadas	21.640
Dividendos recebidos	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>118.588</u>
Resultados em Associadas	17.396
Dividendos recebidos	(9.980)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>126.004</u>

## **12.ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2022 o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%. É de salientar que a taxa dos impostos foi alterada em 2019, e passou de 25% para 22%, de acordo com Lei de Orçamento do Estado.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 eram os seguintes:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta e retenções na fonte	<u>2.497</u>	<u>6.252</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto Corrente	<u>9.905</u>	<u>28.057</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	<u>30.307</u>	<u>30.099</u>

A variação dos ativos por impostos correntes corresponde aos pagamentos fracionados dos Impostos e à regularização dos impostos da tributação autónoma de 2021, pagos em 2022.

O valor referente aos passivos por impostos correntes diz respeito ao dos impostos de exercício de 2022.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2022 e 2021 corresponde ao cálculo do justo valor dos Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro Rendimento Integral, utilizando a taxa agregada de imposto de 22,44% em cada um daqueles anos, respetivamente.

O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%.

De acordo com Código do IRPC, no seu artigo 59º, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

	dez-22	dez-21
<b>Resultado antes de impostos</b>	317 724	315 929
<b>A adicionar</b>	<b>22 672</b>	<b>57 748</b>
+ Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 23º, n.º 2 CIRPC)	6 229	
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC		
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	0	42 486
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	839	739
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	572	572
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	4 395	4 182
50% dos gastos com despesas de representação	482	129
Correções nos casos de créditos de imposto e retenção na fonte (art.º 69º, 91º e 93º CIRPC)	10 155	9 641
<b>A deduzir</b>	<b>299 228</b>	<b>250 776</b>
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	17 396	21 640
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores (art.º 29º, n.º 1, al.ª d), 39º, 40º, 41º e 42º	42 486	25 242
Mais-valias contabilísticas		781
Depreciações e amortizações tributadas em períodos anteriores	0	0
Benefícios fiscais	3 198	2 440
Dividendos	39 875	21 402
Juros das Obrigações Emitidas pelas Empresas de Bolsa de Valores	196 273	179 271
<b>Lucro/Prejuízo fiscal</b>	<b>41 168</b>	<b>122 901</b>
<b>Utilização de Prejuízo Fiscal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Taxa aplicável	22,0%	22,0%
Taxa Efetiva	<b>3,12%</b>	<b>8,88%</b>
Imposto do exercício	9 057	27 038
Tributação autónoma	667	478
Taxa de Incêndio	181	541
	<u>9 905</u>	<u>28 057</u>
Imposto Diferido		5 091

Nos termos do Código Geral Tributário, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2022.

A variação dos Passivos por Impostos Diferidos, justificam-se pela variação do cálculo de justo valor das participações que o BI detém junto da Visa Internacional.

### **13. OUTROS ACTIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Devedores e outras aplicações		
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	6 788	5 315
. Valores a receber do Grupo	-	-
. Outros	38 384	38 995
Outros ativos		
. Património artístico	2 086	2 086
Rendimentos a receber		
. Outros	2 599	21 068
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	33 753	22 049
Outras contas de regularização		
. Cheques em trânsito		
. Outros	4 251	15 346
Compensação - Sisp	16 348	
Compensação - Interbancarias		
Economato	1 004	1 002
Alienação dos Imóveis por regularizar	62 000	
Falhas de Caixa/ATM	641	5 309
	<u>167 855</u>	<u>111 170</u>
Imparidade de outros activos (Nota 17)	<u>(6 873)</u>	<u>(11 713)</u>
	<u>160 982</u>	<u>99 457</u>
Imóveis Recebido em Adjudicação Pendente	66 622	
Imparidade Imóveis Recebido em Adjudicação Pendente (Nota 17)	<u>(30 930)</u>	
	<u>35 693</u>	<u>-</u>
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	967 258	1 397 751
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	<u>(47 840)</u>	<u>(158 643)</u>
	<u>919 418</u>	<u>1 239 108</u>
	<u>1 116 093</u>	<u>1 338 565</u>

O saldo da rubrica “Outros devedores e outras aplicações” diz respeito, em parte, ao montante a receber do BCA relativo à participação nas despesas relacionadas com a aquisição de imóveis em dação em pagamento no âmbito de créditos sindicados.

O saldo de 62.000 mCve reconhecido na rubrica “Alienação dos imóveis por regularizar” corresponde a um valor pendente de liquidação no contexto da venda de um ativo imobiliário, cujo pagamento ocorreu no início do ano de 2023.

O saldo de 66.622 mCve da rubrica “Imóveis Recebidos em Adjudicação Pendente de Resolução”, bem diz respeito a três imóveis que ainda não se encontram em situação que permita a respectiva venda. A estes imóveis associam-se imparidades no valor de 30.930mCve.

A rubrica “Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio” apresentou a 31 de Dezembro de 2022, um saldo de 967.258 mCve e imparidade total de 47.840. A variação ocorrida no ano foi motivada, essencialmente:

- pela alienação de três imóveis;
- pela reclassificação de três imóveis para Propriedades de Investimento conforme apresentado na nota 8. Tendo os mesmos sido transferidos pelo seu valor líquido de imparidade.
- três imóveis reclassificados para a rubrica “Imóveis Recebidos em Adjudicação Pendente” uma vez que ainda não se encontram em situação que permita a venda imediata.

- três imóveis recuperados no valor total de mCve 26.410, através de Adjudicação. É de salientar a aplicação interna pelo BI, desde 2020, da Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito da CGD, com entrada vigor em Outubro de 2019, obrigando a que o reconhecimento inicial dos imóveis recebidos em reembolso de crédito seja mensurado pelo menor entre o valor de arrematação e o valor de balanço líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associados.

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio decompõe-se como segue:



2022

	2022															
	Saldo em 31-12-2021			Recuperações	Outros		Imparidade do período			Transferências Período		Utilização Imparidade	Perdas por Imparidade (Nota 17)	Saldo em 31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido		Alienações	Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Valor bruto			Imparidade	Líquido	
Terreno Palha Sé	113 845	(4 240)	109 605	-	-	630	-	-	-	-	-	-	-	114 475	(4 240)	110 236
Habitação em Santa Maria Sal*	24 920	(9 454)	15 466	-	-	250	-	-	(25 170)	9 454	-	-	-	-	-	-
Terreno Palha Sé	22 671	(9 935)	12 736	-	-	66	(3 022)	-	-	-	-	(3 022)	-	22 737	(12 958)	9 779
Habitação na Praia*	15 808	(13 943)	1 865	-	-	50	-	-	(15 858)	13 943	-	-	-	-	-	-
Terreno Palmarejo	257 188	(55 501)	201 687	-	(261 592)	7 217	(15 933)	5 675	-	-	65 042	(10 257)	-	2 813	(717)	2 096
Habitação -São Vicente	19 487	(10 483)	9 004	-	-	62	-	-	-	-	-	-	-	19 550	(10 483)	9 067
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca*	10 876	(575)	10 301	-	-	719	-	-	(11 595)	575	-	-	-	-	-	-
Terreno - Praia-Tira Chapeu Industrial	3 092	(1 493)	1 599	-	(3 092)	-	-	225	-	-	1 268	225	-	-	-	-
Terreno - Praia-Cidadela	110 027	(48 361)	61 665	-	(110 090)	63	-	270	-	-	48 091	270	(0)	0	0	0
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	201 343	(4 659)	196 684	-	-	8 077	(8 067)	-	-	-	-	(8 067)	-	209 420	(12 726)	196 694
Prédio Urbano - Praia**	32 211	-	32 211	-	-	1 628	-	-	(33 839)	-	-	-	-	-	-	-
Edifício Achada Grande Frente - Praia	90 914	-	90 914	-	-	2 008	(5 925)	-	-	-	-	(5 925)	-	92 922	(5 925)	86 997
Terreno em Boa vista Lacacamo	254 498	-	254 498	-	-	1 361	-	-	-	-	-	-	-	255 859	-	255 859
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 674	-	21 674	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	21 695	-	21 695
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	179 355	-	179 355	-	-	1 163	-	-	-	-	-	-	-	180 517	-	180 517
Espaço Comercial ( no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, tendo a fração A uma área coberta de 146,58 m2 )**	16 447	-	16 447	-	-	31	(3 320)	-	(16 478)	3 320	-	(3 320)	-	-	-	-
Estacionamento no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, t fração E, um lugar de estacionamento, a área de 72,40 m2. **	2 534	-	2 534	-	-	5	(512)	-	(2 539)	512	-	(512)	-	-	-	-
Prédio Urbano - Praia - Palmarejo	-	-	-	15 192	-	-	(792)	-	-	-	-	(792)	15 192	(792)	14 400	14 400
Prédio Urbano - Praia - Achada São Felipe	-	-	-	6 556	-	-	-	-	-	-	-	-	6 556	-	6 556	6 556
Prédio Urbano - Praia Cabral - Boavista	-	-	-	4 662	-	-	-	-	-	-	-	-	4 662	-	4 662	4 662
Diversos Equipamentos Oficina	20 860	-	20 860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 860	-	20 860
	<u>1 397 751</u>	<u>(158 644)</u>	<u>1 239 107</u>	<u>26 410</u>	<u>(374 774)</u>	<u>23 349</u>	<u>(37 570)</u>	<u>6 170</u>	<u>(105 478)</u>	<u>27 803</u>	<u>114 401</u>	<u>(31 400)</u>	<u>967 258</u>	<u>(47 840)</u>	<u>919 418</u>	<u>919 418</u>

\*Reclassificados Imóveis Recebido em Adjudicação Pendente (ver quadro apresentado de seguida)

\*\*Imóveis reclassificados para propriedades de investimento - detalhe na nota 8

2021

	Saldo em 31-12-2020			Recuperações	Alienações	Outros	Utilização Imparidade	Perdas por imparidade (Nota 17)	Saldo em 31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade	Liquido						Valor bruto	Imparidade	Liquido
Terreno Palha Sé	113 257	(4 016)	109 240	-	-	588		(223)	113 845	(4 240)	109 605
Habitação em Santa Maria Sal	23 671	(8 244)	15 427	-	-	1 249		(1 210)	24 920	(9 454)	15 466
Terreno Palha Sé	22 578	(9 528)	13 050	-	-	93		(408)	22 671	(9 935)	12 736
Habitação na Praia	15 744	(13 861)	1 883	-	-	64		(82)	15 808	(13 943)	1 865
Habitação em Chã de Monte Sossego	9 449	(4 649)	4 800	-	9 449	-	4 497	151	0	-	0
Terreno Palmarejo	256 001	(55 501)	200 500	-	-	1 187		-	257 188	(55 501)	201 687
Habitação -São Vicente	19 408	(10 482)	8 926	-	-	79		-	19 487	(10 482)	9 005
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	10 819	(30)	10 789	-	-	57		(545)	10 876	(575)	10 301
Terreno - Praia-Tira Chapeu Industrial	3 071	(1 384)	1 688	-	-	21		(109)	3 092	(1 493)	1 599
Terreno - Praia-Cidadela	108 194	(47 445)	60 749	-	-	1 833		(916)	110 027	(48 361)	61 665
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	201 343	(3 743)	197 600	-	-	-		(916)	201 343	(4 659)	196 684
Prédio Urbano - Praia	32 211	-	32 211	-	-	-		-	32 211	-	32 211
Edifício Achada Grande Frente - Praia	90 553	-	90 553	-	-	361		-	90 914	-	90 914
Terreno em Boa vista Lacacamo	254 401	-	254 401	-	-	97		-	254 498	-	254 498
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 651	-	21 651	-	-	23		-	21 674	-	21 674
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	-	-	-	179 355	-	-		-	179 355	-	179 355
Espaço Comercial ( no rés do chão esquerdo de um prédio )	-	-	-	16 447	-	-		-	16 447	-	16 447
Estacionamento no rés do chão esquerdo de um prédio de 4	-	-	-	2 534	-	-		-	2 534	-	2 534
Diversos Equipamentos Oficina	-	-	-	20 860	-	-		-	20 860	-	20 860
	<u>1 182 352</u>	<u>(158 883)</u>	<u>1 023 469</u>	<u>219 196</u>	<u>9 449</u>	<u>5 652</u>	<u>4 497</u>	<u>(4 258)</u>	<u>1 397 751</u>	<u>(158 644)</u>	<u>1 239 107</u>

Imoveis reclassificados para Imoveis Recebidos em Adjudicação pendentes de Resolução:

	Transferência Outros Ativos - Imóveis em dação				Saldo em 31-12-2022		
	Valor bruto	Outras	Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Valor bruto	Imparidade	Liquido
		Despesas	(Nota 17)	(Nota 17)			
Habitação na Praia	15 808	50	(13 943)	-	15 858	(13 943)	1 915
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	10 876	719	(575)	(2 312)	11 595	(2 887)	8 708
Habitação em Ilha do Sal	-	-	-	-	14 000	-	14 000
Habitação em Santa Maria Sal	24 920	250	(9 454)	(4 646)	25 170	(14 100)	11 070
	<u>51 604</u>	<u>1 019</u>	<u>(23 971)</u>	<u>(6 958)</u>	<u>66 623</u>	<u>(30 930)</u>	<u>35 693</u>

Detalhe valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

31/12/2022				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
<b>Terreno</b>	<b>6</b>	<b>417 579</b>	<b>17 914</b>	<b>399 665</b>
Urbano	6	417 579	17 914	399 665
Rural	0	0	0	0
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>2</b>	<b>302 342</b>	<b>18 651</b>	<b>283 691</b>
Comerciais	0	0	0	0
Habitação	1	209 420	12 726	196 694
Outros	1	92 922	5 925	86 997
<b>Edifícios construídos</b>	<b>5</b>	<b>226 477</b>	<b>11 275</b>	<b>215 202</b>
Comerciais	2	19 854	792	19 062
Habitação	2	26 106	10 483	15 623
Outros	1	180 517	0	180 517
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>946 398</b>	<b>47 840</b>	<b>898 557</b>

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Outros Equipamentos	67	20 860	0	20 860

31/12/2021				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
<b>Terreno</b>	<b>9</b>	<b>782 995</b>	<b>119 530</b>	<b>663 466</b>
Urbano	9	782 995	119 530	663 466
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>2</b>	<b>212 219</b>	<b>5 234</b>	<b>206 985</b>
Habitação	2	212 219	5 234	206 985
<b>Edifícios construídos</b>	<b>8</b>	<b>381 676</b>	<b>33 880</b>	<b>347 797</b>
Habitação/Comercial	8	381 676	33 880	347 797
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>1 376 891</b>	<b>158 643</b>	<b>1 218 247</b>

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
<b>Outros Equipamentos</b>		<b>20 860</b>	<b>0</b>	<b>20 860</b>

Detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade em balanço.

31/12/2022

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
Terreno	0	277 553	0	122 111	399 665
Urbano	0	277 553	0	122 111	399 665
Rural	0	0	0	0	0
Edifícios em desenvolvimento	0	86 997	196 694	0	283 691
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	0	0	196 694	0	196 694
Outros	0	86 997	0	0	86 997
Edifícios construídos	25 618	180 517	0	9 067	215 202
Comerciais	19 062	0	0	0	19 062
Habitação	6 556	0	0	9 067	15 623
Outros	0	180 517	0	0	180 517
Outros	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>25 618</b>	<b>545 068</b>	<b>196 694</b>	<b>131 178</b>	<b>898 557</b>

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
Equipamentos	0	20 860	0	0	20 860
	0	20 860	0	0	20 860

31/12/2021

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
Terreno	0	389 291	0	393 704	782 995
Urbano	0	389 291	0	393 704	782 995
Edifícios em desenvolvimento	0	201 343	10 876	0	212 219
Habitação	0	0	10 876	0	10 876
Comerciais	0	201 343	0	0	201 343
Edifícios construídos	195 802	123 125	19 487	40 728	379 142
Comerciais	195 802	90 914	0	0	286 716
Habitação	0	32 211	19 487	40 728	92 426
Outros	23 394	0	0	0	23 394
<b>Total</b>	<b>219 196</b>	<b>713 759</b>	<b>30 364</b>	<b>434 432</b>	<b>1 397 751</b>

## 14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor	
	dez/22	dez/21
Recursos de instituições de crédito nacionais	67 952	157 405
Recursos de empresas seguradoras	190 770	69 663
Outros	-	-
	<u>258 722</u>	<u>227 068</u>
Recursos de instituições no estrangeiro	0	9 910
	<u>-</u>	<u>9 910</u>
Juros a pagar	1 120	11
	<u>259 842</u>	<u>236 990</u>

Os saldos com a Sucursal de Paris da Caixa Geral de Depósitos correspondem à utilização de uma linha com origem ainda na Sucursal de Cabo Verde da Caixa Geral de Depósitos, posteriormente Banco Interatlântico. Em 2022, as operações de *trade finance* passam a ser efectuadas com a CGD Portugal. Em 31 de Dezembro de 2022, não registou a utilização da linha.

## 15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

### Recursos de clientes e outros empréstimos

	dez-22	dez-21
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	2.768.025	2.627.684
Depósitos à ordem		
. De residentes	9.721.700	9.190.529
. De não residentes	2.772.965	2.195.535
. De emigrantes	1.393.734	1.464.473
	<u>13.888.399</u>	<u>12.850.538</u>
Depósitos a prazo		
. De residentes	5.449.101	5.179.891
. De emigrantes	1.130.031	998.676
. De não residentes	680.681	599.327
	<u>7.259.813</u>	<u>6.777.894</u>
Outros débitos		
. Cheques e ordens a pagar	61.464	24.857
	<u>23.977.700</u>	<u>22.280.973</u>
Juros a pagar	109.643	64.889
	<u>24.087.344</u>	<u>22.345.862</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os depósitos à ordem não eram remunerados.

## 16. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo ascendeu ao valor de mCve 13.642.

	2022					
	Saldos em	Constituição	Imparidade	líquidas em	Utilização	Saldos em
	31-12-2021		Anulação	resultados		31-12-2022
			Reposição			
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	6.538	10.227	(13.369)	3.396	-	3.396
Provisões - Processos judiciais	7.104	1.605	(487)	8.222	-	8.222
Outras Provisões	-	-	-	0	0	-
	<u>13.642</u>	<u>11.832</u>	<u>(13.856)</u>	<u>11.618</u>	<u>0</u>	<u>11.618</u>

	2021					Saldos em 31-12-2021
	Saldos em 31-12-2020	Constituição	Imparidade Anulação Reposição	liquidas em resultados	Utilização	
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	6.457	11.448	(11.367)	82	-	6.538
Provisões - Processos judiciais	6.899	454	(250)	204	-	7.104
Outras Provisões	-	-	-	0	0	-
	<u>13.356</u>	<u>11.903</u>	<u>(11.617)</u>	<u>286</u>	<u>0</u>	<u>13.642</u>

O saldo em 31 de Dezembro de 2022 da rubrica de Provisões para riscos e encargos ascende a mCve 11.618,

Para efeitos de registo, o critério utilizado na revisão do montante de provisão constituída, resulta da probabilidade de pagamento/assunção de perda por parte do Banco, sendo que, para os processos com probabilidade: (1) Remota, foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75%.



## 17. IMPARIDADE

O movimento na imparidade/provisões do Banco durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Imparidade	2022						31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Transferências ano 2022	Dotações resultados	Recuperações Anulação de imparidade	Imparidade Líquida	Regularização Utilizações	
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	683 338	-	599 132	(432 213)	166 918	(200 802)	649 455
	<u>683 338</u>	<u>-</u>	<u>599 132</u>	<u>(432 213)</u>	<u>166 918</u>	<u>(200 802)</u>	<u>649 455</u>
Propriedades de investimento (Nota 8)	-	3 831	-	-	-	(3 831)	-
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9)	20 172	-	-	-	-	-	20 172
Outros Dev - Imóveis Receb. em Adjudicação pendentes de Resolução (Nota 13)	-	23 971	6 958	-	6 958	-	30 930
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	11 713	-	-	-	-	(4 840)	6 873
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de crédito próprio (Nota 13)	158 644	(27 803)	37 570	(6 170)	31 400	(114 401)	47 840
	<u>190 529</u>	<u>-</u>	<u>44 529</u>	<u>(6 170)</u>	<u>38 359</u>	<u>(123 073)</u>	<u>105 814</u>
	<u>873 866</u>	<u>-</u>	<u>643 660</u>	<u>(438 383)</u>	<u>205 277</u>	<u>(323 874)</u>	<u>755 269</u>

A imparidade do período apresenta-se conforme apresentado no quadro acima, sendo desagregado o valor de imparidade associada a imóveis para cada uma das rubricas do ativo e impactos relacionados com as transferências que ocorreram no período.

## 18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	9 907	3 118
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	11 415	8 540
. Previdência social	3 964	3 956
. Imposto sobre o valor acrescentado	586	476
Recursos diversos		
. Conta caução	22 393	10 454
Cobrança por conta de terceiros	105	107
	<u>48 369</u>	<u>26 651</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	56 176	39 215
Férias por gozar	16 106	15 840
Subsídio de férias	9 678	9 924
Prémio de Produtividade	4 241	4 376
Assistencia Médica - Consultas	50	50
Locações Financeira		
Regularização Locações Financeira	34 225	25 517
Juros Locações Financeira	2 843	2 964
	<u>123 318</u>	<u>97 886</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	1 730	1 504
Anuidades de cartões	9 384	7 423
	<u>11 113</u>	<u>8 927</u>
Outras contas de regularização		
Cartões Visa	1 269	2 109
OP - ATM - Multibanco	28 396	11 750
Investimento por Realizar	2 439	-
Compensação - Transferências Interbancárias	160 357	83 461
Outras contas de Regularização	758	1 947
	<u>193 219</u>	<u>99 267</u>
	<u>376 019</u>	<u>232 730</u>

Regista-se, em 2022, um aumento do passivo em mCVE143.290 justificados essencialmente pelas Outras contas de regularização (acréscimo de mCVE 93.952), estas motivadas pelo aumento do saldo de compensação – transferências bancárias em mCVE 76.896, pelo acréscimo de custos administrativos em mCVE 16.961

## 19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a estrutura acionista apresenta-se como segue:

### Capital em 31-12-2022

Entidade	Número de ações	%	Valor
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81.687	81,69%	816.870
Adega, S.A.R.L.	6.732	6,73%	67.320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5.089	5,09%	50.890
Outros	6.492	6,49%	64.920
	100.000	100,00%	1.000.000

A estrutura acionista alterou em 2022 face a 2021, devido à aquisição da participação da Empreitel Figueiredo por parte da Caixa Geral de Depósitos, S.A

**Capital em 31-12-2021**

<u>Entidade</u>	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%	700.000
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.687	11,69%	116.870
Adega, S.A.R.L.	6.732	6,73%	67.320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5.089	5,09%	50.890
Outros	6.492	6,49%	64.920
	<u>100.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.000.000</u>

**20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	dez/22	dez/21
Prémios de emissão	388	388
Reservas de justo valor		
· De ativos financeiros Ao justo valor através de outros Rendimento Integral (Nota 5)	135 059	134 133
· De impostos diferidos (Nota 12)	(30 307)	(30 099)
· Outros	104 752	104 034
Outras reservas e resultados transitados		
· Reserva legal	272 070	243 792
· Outras reservas	1 631 375	1 402 322
· Resultados transitados	-	-
	1 903 446	1 646 114
Resultado do exercício	307 821	282 781
	2 316 407	2 033 318

As variações nas Reservas legais, Outras Reservas e Resultados transitados justificam-se com a incorporação dos resultados de exercício de 2021 sendo: 10% para Reserva legal; 81% para Outras Reservas.

As reservas de justo valor refletem as mais e menos-valias potenciais em Ativos financeiros ao justo valor através de outro Rendimento Integral, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2022, a variação dos saldos face ao Dezembro de 2021, justifica-se com mais-valias potenciais Visa em mCve 925, com efeito fiscal de mCve 207. O Justo Valor da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos; do Banco Comercial do Atlântico e n' A Promotora não registaram variação face ao exercício de 2021.

No que tange à Reserva legal, nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço desse tipo de reserva. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

## 21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	724.981	681.048
. Crédito vencido	3.881	2.414
. Crédito ao exterior	113.371	111.644
. Crédito ao pessoal	10.036	9.220
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	201.843	215.469
De outros residentes	14.570	13.660
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	255	37
. No estrangeiro	653	15
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	32.109	30.613
	<u>1.101.700</u>	<u>1.064.121</u>

## 22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-22	dez-21
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	1.521	1.696
. Depósitos a prazo		
De residentes	121.743	95.161
De emigrantes	31.149	27.654
De não residentes	15.810	13.731
Juros Locações Financeira	2.843	2.964
Juros de empréstimos		
. De residentes	2.295	74
. De não residentes	50	48
Outros juros e encargos similares	4.013	2.177
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	1.378	12
	<u>180.803</u>	<u>143.517</u>

## 23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:



	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	38.443	19.997
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.294	1.294
. VISA International Service Association	139	111
	<u>39.875</u>	<u>21.402</u>

Durante o ano de 2022, o Banco Comercial do Atlântico procedeu à distribuição de dividendos, cabendo ao BI o montante de mCve 38.443.

## 24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/22	dez/21
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	64 635	51 838
Por serviços prestados		
. Comissões Visa	39 191	32 791
. Anuidades de Cartões	18 461	13 743
. Operações de Crédito	1 292	-
Comissões		
. Emissão Cheque	3 264	-
. Envio de extrato por Swift	158	158
. Devolução Cheques	35	27
. Comiss Declar Confirm GP SWIFT	-	10
. Seguro	2 107	2 096
. Cobrança De Imposto	2 958	2 385
. Cobrança do INPS	316	393
. Cobrança Geestão Contas Inativas	4 193	-
. Outras Comissões	17 536	10 119
	89 510	61 722
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	8 573	7 203
. Créditos documentários		
	8 573	7 203
	162 719	120 763
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
. Garantias e Avales	937	-
. Créditos documentários abertos	-	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	29 533	18 996
. Linha Bei	572	-
. Outras comissões	12 931	8 977
	43 036	27 973
	43 973	27 973

## 25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-22			dez-21		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	1.651.926	(1.626.853)	25.073	33.148	(9.702)	23.446
Resultados em notas e moedas	35.228	(18.024)	17.204	14.714	(3.429)	11.285
	<u>1.687.154</u>	<u>(1.644.876)</u>	<u>42.278</u>	<u>47.862</u>	<u>(13.131)</u>	<u>34.731</u>

Os Resultados de Operações Financeiras situaram nos CVE 42,2 Mio, registando um aumento no montante de CVE 7,5 Mio (+22%) face a 2021, justificado essencialmente pelos resultados de reavaliação cambial em notas e moedas, reflexo do aumento da circulação de divisas (Notas e moedas estrangeiras) no mercado, em consequência da retoma económica pós pandemia.

## 26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em outros activos

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Outros Activos	<u>3.582</u>	<u>923</u>
	<u>3.582</u>	<u>923</u>

## 27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	375	21 425
. Cartões de crédito		
. Gastos as Despesas OURS	18 191	16 964
Prestação Serviços - R24 - SISP	6 200	5 027
Despesas Swift	12 451	-
Despesas com a Comunicação	128	-
. Outros	97	137
Reembolso de despesas	4	27
Recuperação de crédito	91 334	82 751
IFRS 16	-	17 387
Outros	4 054	2 523
	<u>132 834</u>	<u>146 241</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(12 838)	(12 471)
Donativos e quotizações	(2 609)	(2 243)
Contribuição de Fundo de Garantia de Depósitos	(1 032)	(1 042)
Ganhos com as Despesas OURS	(28 981)	(26 085)
Despesas de Manutenção da conta	(6 939)	(2 261)
Outros	(7 172)	(5 617)
	<u>(59 571)</u>	<u>(49 719)</u>
	<u>73 262</u>	<u>96 521</u>

A variação da recuperação do crédito abatido ao activo justifica-se, essencialmente, com recuperação do credito Boavista Betão Limitada , Herdeiros Edmundo Rodrigo Barbosa e Recuperação via judicial, Mini Centro Comercial Vitalina- Doce Vita; Sat Serv Activid Turisticas afins Lda e Samira Conceicao Silva Barros.

## 28. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Remunerações dos empregados	223.248	226.924
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	44.881	41.028
Encargos sociais obrigatórios	31.358	32.051
Indemnizações contratuais	-	848
Outros	7.103	6.647
	<u>306.589</u>	<u>307.498</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Administração	2	2
Direção	4	2
Coordenadores	10	11
Responsáveis / Gerentes	20	23
Administrativos	119	116
Auxiliares	3	4
Estagiários	5	1
	<u>163</u>	<u>159</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 os números apresentados acima incluíam respetivamente, 36 e 45 colaboradores com contrato a prazo.

## 29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:



	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Serviços especializados		
. Serviços de informática	73.742	55.996
. Serviços especializados - SISP	39.556	31.576
. Segurança e vigilância	19.646	18.209
. Honorários	3.416	3.570
. Serviços de limpeza	11.481	11.237
. Assessoria	-	-
. Consultoria	6.655	7.346
. Serviços de auditoria	7.801	13.113
. Outros serviços especializados	20.806	17.778
Rendas e alugueres	17.337	14.636
Água, energia e combustíveis	27.952	18.966
Publicidade e edição de publicações	11.015	8.212
Comunicações e despesas de expedição	18.266	17.788
Impressos e material de consumo corrente	12.748	12.785
Transportes	21.086	8.434
Seguros	17.152	11.289
Deslocações, estadas e representação	3.818	1.763
Conservação e reparação	5.781	5.714
Formação de pessoal	2.771	3.351
Outros	1.135	3.409
	<u>322.163</u>	<u>265.172</u>

### 30. RESULTADO POR ACÇÃO

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
Resultado após imposto	307.819	282.781
Número de acções	100.000	100.000
Resultado por acção (CVE)	<u>3.078</u>	<u>2.828</u>

### 31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>dez-22</u>	<u>dez-21</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales prestados	653.458	540.763
. Créditos documentários abertos	-	-
	<u>653.458</u>	<u>540.763</u>
Depósito e guarda de valores	7.059.229	6.206.642
	<u>7.712.687</u>	<u>6.747.406</u>

## 32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:



2022

	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	231 357	446 601	423 742	1 101 700
Juros e encargos similares	(10 579)	(77 796)	(92 428)	(180 803)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>220 778</b>	<b>368 805</b>	<b>331 314</b>	<b>920 897</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	39 875			39 875
Rendimentos com serviços e comissões	57 668	53 424	51 627	162 719
Encargos com serviços e comissões	(42 464)	(690)	(820)	(43 973)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-			-
Resultados de reavaliação cambial		21 694	20 584	42 278
Resultados de alienação de outros ativos	(249)			(249)
Outros resultados de exploração		33 482	39 780	73 262
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>275 608</b>	<b>476 716</b>	<b>442 485</b>	<b>1 194 809</b>
Outros custos e proveitos				(886 988)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>307 821</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 800 335			3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466			335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	386 919			386 919
Aplicações em instituições de crédito	34 735			34 735
Títulos de dívida pública	-			-
Crédito a clientes		10 924 548	10 365 390	21 289 937
Recursos de outras instituições de crédito	259 842			259 842
Recursos de clientes e outros empréstimos		11 008 396	13 078 948	24 087 344
Outros passivos subordinados	-			-

	2021			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	240.238	446.445	377.438	1.064.121
Juros e encargos similares	(5.275)	(63.115)	(75.126)	(143.517)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>234.962</b>	<b>383.329</b>	<b>302.312</b>	<b>920.604</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	21.402	-	-	21.402
Rendimentos com serviços e comissões	46.927	39.518	34.317	120.763
Encargos com serviços e comissões	(27.973)	-	-	(27.973)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	18.820	15.911	34.731
Resultados de alienação de outros ativos	923	-	-	923
Outros resultados de exploração	-	44.068	52.454	96.521
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>276.241</b>	<b>485.735</b>	<b>404.994</b>	<b>1.166.970</b>
Outros custos e proveitos				(884.189)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>282.781</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.011.392	-	-	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432.037	-	-	432.037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	389.593	-	-	389.593
Aplicações em instituições de crédito	31.119	-	-	31.119
Crédito a clientes	-	10.921.054	9.232.989	20.154.043
Recursos de outras instituições de crédito	236.990	-	-	236.990
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	10.202.206	12.143.656	22.345.862

### 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A e as empresas associadas, assim como accionistas locais e membros dos órgãos de gestão ou entidades relacionadas e familiares.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais.

	2022				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
<b>Ativos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156 013	1 318	315	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 036	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	300 021	11 793	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	126 004
Outros ativos	-	-	-	-	1 434
<b>Passivos:</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(68)	(205 677)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
<b>Rendimentos:</b>					
Juros e rendimentos similares	32	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	57 652
Resultados Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	38 443	-	(17 396)
<b>Gastos:</b>					
Juros e encargos similares	(47)	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(4 494)	(127)	-	-	(3 543)
Gastos gerais administrativos	(2 975)	-	-	-	(39 556)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-



	2021				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
<b>Ativos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	177 321	850	315	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	300 021	15 393	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	118 588
Outros ativos	-	-	15 254	-	1 359
<b>Passivos:</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9 912)	-	-	(72)	(120 090)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
<b>Rendimentos:</b>					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	46 534
Resultados Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento In	-	-	19 997	66	21 640
<b>Gastos:</b>					
Juros e encargos similares	-	(47)	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(1 059)	(120)	-	-	(1 956)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(31 576)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-

### *Órgãos de gestão*

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 2022 os custos suportados relativos à remuneração (mCve 45.030 e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco (mCve 12.104) ascenderam os mCve 57.134 (2020: mCve. 53.814).

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 1,066 e mCve 1.366, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2022, o valor das aplicações de membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 14.936.

### *Accionistas*

Em 31 de Dezembro de 2022, o valor do crédito concedido a accionistas ascendia aos mCve 45.223 e não havia aplicações dos Accionistas.

## 34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### *Risco cambial*

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

### *Risco de liquidez*

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública, por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário.

Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2022								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800 335	-	-	-	-	-	-	-	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466	-	-	-	-	-	-	-	335 466
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	1 052	-	-	33 683	-	34 735
Crédito a clientes (saldos brutos)	1 031 434	459 228	644 511	649 154	3 453 048	2 164 425	4 893 836	8 643 757	21 939 392
	<u>5 167 235</u>	<u>459 228</u>	<u>644 511</u>	<u>650 206</u>	<u>3 453 048</u>	<u>2 164 425</u>	<u>4 927 520</u>	<u>8 643 757</u>	<u>26 109 928</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(259 842)	-	-	-	-	-	-	-	(259 842)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 005 663)	(1 310 723)	(1 414 586)	(9 846 559)	(3 392 994)	(1 116 818)	-	-	(24 087 344)
	<u>(7 265 505)</u>	<u>(1 310 723)</u>	<u>(1 414 586)</u>	<u>(9 846 559)</u>	<u>(3 392 994)</u>	<u>(1 116 818)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24 347 186)</u>
<u>GAP (Ativos - Passivos)</u>	<u>(2 098 270)</u>	<u>(851 495)</u>	<u>(770 075)</u>	<u>(9 196 353)</u>	<u>60 053</u>	<u>1 047 607</u>	<u>4 927 520</u>	<u>8 643 757</u>	<u>1 762 743</u>

	2021								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.011.392	-	-	-	-	-	-	-	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432.037	-	-	-	-	-	-	-	432.037
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	31.119	-	31.119
Crédito a clientes (saldos brutos)	720.541	414.474	282.726	638.955	4.115.967	2.687.335	4.303.053	7.674.330	20.837.381
	<u>4.163.970</u>	<u>414.474</u>	<u>282.726</u>	<u>638.955</u>	<u>4.115.967</u>	<u>2.687.335</u>	<u>4.334.172</u>	<u>7.674.330</u>	<u>24.311.929</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(227.078)	(9.912)	-	-	-	-	-	-	(236.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.967.034)	(1.105.080)	(1.153.459)	(9.211.201)	(2.190.901)	(1.718.188)	-	-	(22.345.862)
	<u>(7.194.112)</u>	<u>(1.114.992)</u>	<u>(1.153.459)</u>	<u>(9.211.201)</u>	<u>(2.190.901)</u>	<u>(1.718.188)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.582.852)</u>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b><u>(3.030.141)</u></b>	<b><u>(700.518)</u></b>	<b><u>(870.733)</u></b>	<b><u>(8.572.246)</u></b>	<b><u>1.925.066</u></b>	<b><u>969.147</u></b>	<b><u>4.334.172</u></b>	<b><u>7.674.330</u></b>	<b><u>1.729.077</u></b>

### *Risco de taxa de juro*

A maioria das operações de crédito (c. 64% do volume) encontram-se em taxa variável (e com tendência de crescimento), resultado de uma estratégia de redução do risco de taxa de juro no balanço que consistiu e consiste numa substituição de operações de médio e longo prazo em taxas fixas por, em implementação progressiva, novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base mensal, avalia o EVE (*Economic Value of equity at risk*) a uma variação de 50 pontos base, bem como o impacto nos resultados advenientes de uma variação de 50 pontos bases pelo repricing gap. Nestas duas métricas está assente a definição da apetência pelo risco de taxa de juro (constando as métricas no RAS Dashboard e acompanhado em fóruns como o Comité de Ativos e Passivos, a Comissão de Gestão de Riscos e o Conselho de Administração).

### *Risco de mercado*

O Risco de Mercado Core assume pequena relevância dado que a dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida, não existindo transacções suficientes no mercado secundário para assegurar liquidez e formação de preços.

### *Risco Cambial (Fx risk):*

A existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados com a Direcção de Gestão de Risco da CGD (DGR) e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram

determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “Value at Risk” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o BI.

Os limites actualmente estabelecidos para o Banco Interatlântico são os seguintes:

Valor de Mercado (VM)	4.460.000.000
Valor de Mercado sem Euro	60.000.000
VaR	2.800.000

Limite de VM (valores em CVE)

CAD	8.100.000
CHF	20.000.000
DKK	3.000.000
EUR	4.400.000.000
GBP	20.000.000
JPY	3.000.000
NOK	3.000.000
SEK	3.000.000

USD	20.000.000
ZAR	120.000

### *Risco de crédito*

A Direcção de Gestão de Riscos (DGR) é responsável propor e implementar metodologias de determinação de imparidade coletiva e individual, promovendo o desenvolvimento de modelos em conformidade com as normas em vigor, assegurando a atualização dos parâmetros de risco numa base anual.

Ainda no âmbito do risco de crédito, monitoria a qualidade da carteira de crédito da nova produção por forma a contribuir para a melhoria contínua dos processos de concessão e de recuperação de crédito.

Os aspectos supramencionados fazem parte da definição da apetência pelo risco, existindo para o efeito métricas e limites definidos (nomeadamente o rácio de NPE, rácio de cobertura de imparidade e o acompanhamento do *cost of risk*) e são reportados, além do *Chief Risk Officer (CRO)*, a diferentes forúms (Comité de Ativos e Passivos, Comissão de Gestão de Riscos e Conselho de Administração).

Numa base individual (operações e clientes), o Gabinete de Risco de Crédito (GRC) emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, o Gabinete de Contencioso, Apoio Jurídico e Recuperação de Crédito (URC), apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.



## Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a exposição máxima a risco de crédito do Banco (incluindo saldos contratados mas ainda por utilizar); apresenta a seguinte decomposição:

	<b>2022</b>			
	<u>Exposição Ativo</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Colaterais</u>	<u>Exposição Efetiva</u>
Disponibilidades	335 466	-	-	335 466
Aplicações em instituições de crédito	34 735	-	-	34 735
Crédito a clientes	21 939 479	649 455	12 431 193	8 858 831
Outros Activos	3 498 425	1 165 201	-	2 333 224
	<u>25 808 106</u>	<u>1 814 656</u>	<u>12 431 193</u>	<u>11 562 256</u>
Garantias e avales	653	3 396	653	0
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>25 808 759</u>	<u>1 818 052</u>	<u>12 431 847</u>	<u>11 562 256</u>

	<b>2021</b>			
	<u>Exposição Ativo</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Colaterais</u>	<u>Exposição Efetiva</u>
Disponibilidades	432 037	-	-	432 037
Aplicações em instituições de crédito	31 119	-	-	31 119
Crédito a clientes	20 837 381	683 338	12 431 193	7 722 849
Outros Activos	3 135 496	171 356	-	2 964 140
	<u>24 436 033</u>	<u>854 694</u>	<u>12 431 193</u>	<u>11 150 146</u>
Garantias e avales	541	-	541	0
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>24 436 574</u>	<u>854 694</u>	<u>12 431 734</u>	<u>11 150 146</u>

## Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	<b>2022</b>			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 005 339	1 483 989	86 308	5 575 636
Vencido	890	80 950	444 631	526 471
	<u>4 006 229</u>	<u>1 564 938</u>	<u>530 939</u>	<u>6 102 107</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	7 208 008	307 195	35 774	7 550 978
Vencido	553	154	71 633	72 341
	<u>7 208 561</u>	<u>307 350</u>	<u>107 408</u>	<u>7 623 319</u>
Outros créditos				
Vincendo	2 468 082	273 664	48 949	2 790 695
Vencido	2 544	7 666	216 220	226 429
	<u>2 470 626</u>	<u>281 330</u>	<u>265 169</u>	<u>3 017 125</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	99 689	0	0	99 689
Vencido	0	0	0	-
	<u>99 689</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>99 689</u>
Total crédito vincendo	13 781 118	2 064 848	171 032	16 016 998
Total crédito vencido	3 988	88 770	732 484	825 241
Total de crédito	<u>13 785 106</u>	<u>2 153 618</u>	<u>903 515</u>	<u>16 842 239</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	648 458	0	5 000	653 458
Total de extrapatrimoniais	<u>648 458</u>	<u>-</u>	<u>5 000</u>	<u>653 458</u>

	<b>2021</b>			
	1	2	3	Total
	STAGE Stage 1	STAGE Stage 2	STAGE Stage 3	
Crédito a empresas				
Vincendo	4.386.336	1.152.257	10.771	5.549.364
Vencido	2.505	2.197	499.043	503.745
	<u>4.388.841</u>	<u>1.154.453</u>	<u>509.814</u>	<u>6.053.109</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	6.171.279	287.651	19.801	6.478.731
Vencido	1.412	7.221	40.943	49.576
	<u>6.172.690</u>	<u>294.872</u>	<u>60.745</u>	<u>6.528.307</u>
Outros créditos				
Vincendo	2.473.808	246.356	9.544	2.729.708
Vencido	2.774	37.568	250.066	290.407
	<u>2.476.582</u>	<u>283.924</u>	<u>259.610</u>	<u>3.020.116</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	239.300	0	0	239.300
Vencido	0	0	0	-
	<u>239.300</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>239.300</u>
Total crédito vincendo	13.270.722	1.686.264	40.117	14.997.103
Total crédito vencido	6.691	46.985	790.052	843.728
Total de crédito	<u>13.277.414</u>	<u>1.733.248</u>	<u>830.169</u>	<u>15.840.831</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	540.763	0	0	540.763
Total de extrapatrimoniais	<u>540.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>540.763</u>

2022					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
<b>Sem vencido nem imparidade individual</b>	<b>2 982 952</b>	<b>7 284 219</b>	<b>2 543 212</b>	<b>5 196 929</b>	<b>18 007 312</b>
<b>Sem vencido com imparidade individual</b>	<b>2 375 175</b>	<b>7 481</b>	<b>79 149</b>	<b>0</b>	<b>2 461 805</b>
<b>Com vencido mas sem imparidade individual</b>	<b>250 013</b>	<b>293 157</b>	<b>213 505</b>	<b>0</b>	<b>756 675</b>
Inferior a 30 dias	153 751	244 679	169 838	0	568 268
30 a 90 dias	4 696	8 153	8 534	0	21 383
91 a 180 dias	23 554	0	14 708	0	38 262
181 a 360 dias	33 311	21 856	7 348	0	62 514
superior a 360 dias	34 700	18 470	13 077	0	66 246
<b>Créditos com imparidade individual</b>	<b>493 967</b>	<b>38 462</b>	<b>181 259</b>	<b>0</b>	<b>713 688</b>
Inferior a 30 dias	71 947	15 598	2 039	0	89 583
30 a 90 dias	72 687	0	3 967	0	76 654
91 a 180 dias	0	0	0	0	0
181 a 360 dias	26 993	0	3 703	0	30 696
superior a 360 dias	322 341	22 864	171 550	0	516 755
<b>Total</b>	<b>6 102 107</b>	<b>7 623 319</b>	<b>3 017 124</b>	<b>5 196 929</b>	<b>21 939 479</b>

2021					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
<b>Sem vencido nem imparidade individual</b>	<b>5 426 885</b>	<b>6 202 427</b>	<b>2 562 361</b>	<b>5 236 097</b>	<b>19 427 770</b>
<b>Sem vencido com imparidade individual</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 297</b>	<b>0</b>	<b>3 297</b>
<b>Com vencido mas sem imparidade individual</b>	<b>253 404</b>	<b>325 633</b>	<b>283 826</b>	<b>0</b>	<b>862 862</b>
Inferior a 30 dias	126 039	277 842	190 743	0	594 624
30 a 90 dias	2 236	7 061	13 340	0	22 637
91 a 180 dias	21 124	8 817	2 092	0	32 033
181 a 360 dias	6 172	11 417	5 490	0	23 078
superior a 360 dias	97 834	20 495	72 161	0	190 490
<b>Créditos com imparidade individual</b>	<b>372 820</b>	<b>0</b>	<b>170 631</b>	<b>0</b>	<b>543 451</b>
Inferior a 30 dias	18	0	1 175	0	1 193
30 a 90 dias	56	0	151	0	207
91 a 180 dias	64	0	31 615	0	31 679
181 a 360 dias	28	0	8	0	36
superior a 360 dias	372 654	0	137 682	0	510 336
<b>Total</b>	<b>6 053 109</b>	<b>6 528 060</b>	<b>3 020 116</b>	<b>5 236 097</b>	<b>20 837 381</b>

O crédito vencido considerado na presente nota inclui apenas os montantes relativo às operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência.

Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2022			2021		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total
Empresas	106 344	33 473	139 817	82 987	18 245	101 232
Particulares	202 663	52 322	254 986	182 010	40 611	222 621
	309 007	85 796	394 803	264 997	58 856	323 852

### *Justo valor*

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

	2022			Total Justo Valor
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado  (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado  (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado  (Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	58 434	-	328 485	-
Ativos financeiros	58 434	-	328 485	386 919

2021				
Valorizados ao Justo Valor				
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Acções	57 509	-	332 085	389 593
Ativos financeiros	57 509	-	332 085	389 593

No ano de 2022, não se registaram quaisquer entradas ou saídas na carteira de activos financeiros mas apenas variações de justo valor de activos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 13.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., A Promotora e Sociedade Caboverdiana de Tabacos foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa independente, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na IFRS 13.

#### Análise Sensibilidade 2022

Ativos classificados no Nível 3	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Acções							
Banco Comercial do Atlântico	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto*	300 020,6	-50%	182.713	+50%	482.733
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	16 671,4	-50%	-100.637	+50%	199.384
A Promotora, Sociedade de Capital de F	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	11 792,7	-50%	-105.515	+50%	194.505
Total			328.485	0	-23.439		876.622

\* taxa de 10,9% segundo avaliação BCA

**Análise Sensibilidade  
2022**

Ativos classificados no Nível 3	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Ações							
Banco Comercial do Atlântico	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto*	300 020,6	-50%	182 713	+50%	482 733
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	16 671,4	-50%	-100 637	+50%	199 384
A Promotora, Sociedade de Capital de F	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	11 792,7	-50%	-105 515	+50%	194 505
<b>Total</b>			<b>328 485</b>	<b>0</b>	<b>-23 439</b>		<b>876 622</b>

\* taxa de 10,9% segundo avaliação BCA

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

2022

	Justo Valor				Justo valor total
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
<b><u>Ativo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800 335	-	3 800 335	-	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466	-	335 466	-	335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral (a)	386 919	-	-	386 919	386 919
Aplicações em instituições de crédito	34 735	-	34 735	-	34 735
Crédito a clientes	21 939 392	-	-	16 453 317	16 453 317
Outros ativos (imóveis)	919 418	-	919 418	-	919 418
	<u>27 416 265</u>	<u>-</u>	<u>5 089 954</u>	<u>16 840 235</u>	<u>21 930 189</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de outras instituições de crédito	259 842	-	-	24 779	24 779
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 087 344	-	-	23 461 462	23 461 462
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	<u>24 347 186</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23 486 241</u>	<u>23 486 241</u>



2021

Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo Valor			Justo valor total	
	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 011 392	-	3 011 392	-	3 011 392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432 037	-	432 037	-	432 037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral <b>(a)</b>	389 593	-	-	389 593	389 593
Aplicações em instituições de crédito	31 119	-	31 119	-	31 119
Crédito a clientes	20 837 381	-	-	15 224 594	15 224 594
Outros ativos (imóveis)	1 239 108	-	1 239 108	-	1 239 108
	<u>25 940 630</u>	<u>-</u>	<u>4 713 656</u>	<u>15 614 187</u>	<u>20 327 843</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	236 990	-	-	22 768	22 768
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 345 862	-	-	21 900 115	21 900 115
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	<u>22 582 852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21 922 883</u>	<u>21 922 883</u>

**a)** Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

## Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2022					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	25 185 239	2 748 651	1 162 174	(937 769)	(1 727 303)	(3 000 871)
<b>Total ativo sensível</b>	<b>25 185 239</b>	<b>2 748 651</b>	<b>1 162 174</b>	<b>(937 769)</b>	<b>(1 727 303)</b>	<b>(3 000 871)</b>

	2021					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	24.042.696	4.598.884	1.721.462	(1.176.079)	(2.059.476)	(3.356.272)
<b>Total ativo sensível</b>	<b>24.042.696</b>	<b>4.598.884</b>	<b>1.721.462</b>	<b>(1.176.079)</b>	<b>(2.059.476)</b>	<b>(3.356.272)</b>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para 2022 e 2021, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2022					
	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2022	(294 762)	(147 381)	(73 690)	73 690	147 381	294 762
Exercício de 2021	(271 733)	(135 867)	(67 933)	67 933	135 867	271 733

	2021					
	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2021	(271.733)	(135.867)	(67.933)	67.933	135.867	271.733
Exercício de 2020	(242.133)	(121.067)	(60.533)	60.533	121.067	242.133

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2022 e 2021 respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o spread médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

### *Risco cambial*

#### Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2022				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 070 319	701 067	11 361	17 590	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	112 032	127 870	51 774	43 790	335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	386 919	-	-	-	386 919
Aplicações em instituições de crédito	-	-	34 735	-	34 735
Crédito a clientes (líquido)	20 836 617	453 320	-	-	21 289 937
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	126 004	-	-	-	126 004
Outros activos	996 583	-	-	-	996 583
	<u>25 528 473</u>	<u>1 282 257</u>	<u>97 870</u>	<u>61 379</u>	<u>26 969 979</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(221 709)	(36 774)	(1 358)	-	(259 842)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23 661 407)	(301 738)	(101 208)	(22 991)	(24 087 344)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(427 850)	-	-	-	(427 850)
	<u>(24 310 967)</u>	<u>(338 512)</u>	<u>(102 566)</u>	<u>(22 991)</u>	<u>(24 775 035)</u>
Exposição líquida	<u>1 217 506</u>	<u>943 745</u>	<u>(4 697)</u>	<u>38 389</u>	<u>2 194 943</u>

	2021				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.609.189	374.426	11.858	15.919	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.251	120.608	166.034	39.145	432.037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	389.593	-	-	-	389.593
Aplicações em instituições de crédito	-	-	31.119	-	31.119
Crédito a clientes (líquido)	19.680.659	473.384	-	-	20.154.043
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	118.588	-	-	-	118.588
Outros activos	1.783.926	-	-	-	1.783.926
	<u>24.688.205</u>	<u>968.418</u>	<u>209.011</u>	<u>55.064</u>	<u>25.920.698</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(105.110)	(66.445)	(65.434)	-	(236.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(21.919.119)	(260.148)	(143.062)	(23.533)	(22.345.862)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(304.528)	-	-	-	(304.528)
	<u>(22.328.757)</u>	<u>(326.593)</u>	<u>(208.496)</u>	<u>(23.533)</u>	<u>(22.887.380)</u>
Exposição líquida	<u>2.359.448</u>	<u>641.824</u>	<u>515</u>	<u>31.531</u>	<u>3.033.318</u>

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano e o Euro, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos activos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

Análise Sensibilidade 2022									
	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2022	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	11 361	103,633	1 177 329	(176 599)	(117 733)	(23 547)	23 547	117 733	176 599
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 774	103,633	5 365 480	(804 822)	(536 548)	(107 310)	107 310	536 548	804 822
Aplicações em instituições de crédito	34 735	103,633	3 599 710	(539 956)	(359 971)	(71 994)	71 994	359 971	539 956
			<u>10 142 518</u>	<u>(1 521 378)</u>	<u>(1 014 252)</u>	<u>(202 850)</u>	<u>202 850</u>	<u>1 014 252</u>	<u>1 521 378</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1 358	103,633	140 778	(21 117)	(14 078)	(2 816)	2 816	14 078	21 117
Recursos de clientes e outros empréstimos	101 208	103,633	10 488 484	(1 573 273)	(1 048 848)	(209 770)	209 770	1 048 848	1 573 273
			<u>10 629 262</u>	<u>(1 594 389)</u>	<u>(1 062 926)</u>	<u>(212 585)</u>	<u>212 585</u>	<u>1 062 926</u>	<u>1 594 389</u>

Análise Sensibilidade 2021									
	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2021	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	11.858	97,554	1.156.832	(173.525)	(115.683)	(23.137)	23.137	115.683	173.525
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.034	97,554	16.197.264	(2.429.590)	(1.619.726)	(323.945)	323.945	1.619.726	2.429.590
Aplicações em instituições de crédito	31.119	97,554	3.035.779	(455.367)	(303.578)	(60.716)	60.716	303.578	455.367
			<u>20.389.875</u>	<u>(3.058.481)</u>	<u>(2.038.987)</u>	<u>(407.797)</u>	<u>407.797</u>	<u>2.038.987</u>	<u>3.058.481</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	65.434	97,554	6.383.368	(957.505)	(638.337)	(127.667)	127.667	638.337	957.505
Recursos de clientes e outros empréstimos	143.062	97,554	13.956.281	(2.093.442)	(1.395.628)	(279.126)	279.126	1.395.628	2.093.442
			<u>20.339.649</u>	<u>(3.050.947)</u>	<u>(2.033.965)</u>	<u>(406.793)</u>	<u>406.793</u>	<u>2.033.965</u>	<u>3.050.947</u>

## 35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 62/VIII/2014 e Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril, a qual define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afeto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- O aviso nº 3/2015, de 12 de Maio de 2015, BO nº 25, define obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 800 milhões de Escudos de cabo Verde, Bancos de autorização genérica;
- No Aviso nº 1/2017, de 09 de Fevereiro, determina que em matéria de fundos próprios, as instituições financeiras devem assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais, enquanto um dos indicadores de solvabilidade, no nível não inferior a 12%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afetarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o

próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ( $\geq 10\%$  do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, Aviso nº 1/2017 de Fevereiro de 2017, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 12%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, em 31 de Dezembro de 2022 e nos finais de 2021 [admitindo eventual distribuição



de 9% de dividendos, no montante de 25.450.334 CVE (equivalente a 10% do resultado líquido determinado após a constituição da reserva legal)];

<b>Gestão do Capital</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	<b>Dezembro de 2021</b>	<b>Variação</b>
<b>Fundos Próprios de Base</b>	<b>3 050 742</b>	<b>2 782 082</b>	<b>268 660</b>
Capital Social	1 000 000	1 000 000	-
Reservas e Prémios	1 903 834	1 646 503	257 331
Resultado Líquido	307 819	257 331	50 488
Resultados Transitados e outros	(160 911)	(121 752)	(39 159)
Provisões adicionais	-	-	-
<b>Fundos Próprios Complementares</b>	<b>52 376</b>	<b>52 017</b>	<b>359</b>
Obrigações subordinadas	-	-	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	52 376	52 017	359
<b>Deduções aos Fundos Próprios totais</b>	<b>180 894</b>	<b>89 512</b>	<b>91 382</b>
Participações em Instituições de Crédito	59 935	89 512	(29 577)
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	120 958	-	120 958
<b>Total dos Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>2 922 224</b>	<b>2 744 587</b>	<b>177 637</b>
<b>Total do Ativo Ponderado</b>	<b>17 946 906</b>	<b>16 763 681</b>	<b>1 183 225</b>

<b>Rácios</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	<b>Dezembro de 2021</b>	<b>Variação (P.P)</b>
Fundos Próprios de Base	17,00%	16,60%	0,40
Fundos Próprios Complementares	0,29%	0,31%	-0,02
Deduções aos Fundos Próprios totais	-1,01%	-0,53%	-0,47
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>16,28%</b>	<b>16,37%</b>	<b>-0,09</b>

O Banco cumpriu durante o ano de 2022 (2021), com todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (exceto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;

- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos acionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspetiva de prudência, como facto de correção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde. O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- a) Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- b) Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- c) O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos

não financeiros em causa tenham sido recebidos, entretanto na fase transitória, O Banco de Cabo de Verde, relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, no período entre 2013 e 2016, prorrogou o prazo de alienação para cinco anos, estabelecendo que o valor líquido de balanço desses imóveis deve ser deduzido aos fundos próprios, com início no ano de 2018 sendo 45% neste mesmo ano e 55% em 2019, e assim sucessivamente até 2022

- d) Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adotado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

### **Medidas excepcionais no âmbito da pandemia Covid 19 - prolongamento em 2022**

Em 2022, o Banco Central e o Governo de Cabo Verde mantiveram algumas as medidas excepcionais implementadas em 2020, para mitigação do impacto do coronavírus - Covid 19 na economia nacional, das quais destacamos:

- A redução da taxa diretora numa dimensão de 125 pontos base, passando dos atuais 1,5% para 0,25%. Esta redução visa provocar uma reação mais rápida e profunda nas ações de resposta da banca, sem comprometer ou causar insegurança em segmentos chave do funding das instituições de crédito;
- A diminuição da taxa das facilidades permanentes de cedência de liquidez em 250 pontos base, ou seja, de 3% para 0,5%, visando, por um lado, a manutenção do fator “confiança” nos mercados, ao sinalizar à banca uma total disposição do Banco Central em ceder fundos em casos de *stress* ou escassez de liquidez. Visa, por outro lado, a redução das taxas ativas do mercado bancário, tornando mais barato o custo do crédito e contribuindo para a libertação de fundos por parte das empresas e famílias, ao determinar prestações mais reduzidas e, por conseguinte, um aumento do seu rendimento disponível;
- A redução da taxa das facilidades permanentes de absorção de liquidez em 5 pontos base, de 0,1% para 0,05%, com vista à reorientação dos recursos bancários para o crédito à economia. Ou seja, pretende-se desencorajar as aplicações em depósitos *overnight* da banca junto do BCV, canalizando a liquidez para o crédito à economia, onde os rendimentos serão mais atrativos;
- A redução do coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) em 300 pontos base, de 13% para 10%, incentivando fortemente a banca a canalizar a liquidez libertada para o crédito à economia, aumentando o crédito à economia na mesma proporção, em termos de novos fluxos de crédito, até ao final de 2020;
- A redução da taxa de redesconto em 450 pontos base, passando dos atuais 5,5% para 1%;

- Moratória:
  - ✓ Foi prorrogada até 31 de Março de 2022 a moratória para todos os clientes (capital e juros);
  - ✓ E foi prorrogado até 30 de Setembro de 2022 (apenas de capital) para os sectores de atividade mais afetados (exemplo turismo);
- Rácio de Solvabilidade
  - ✓ Até 30 de setembro de 2022, assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais no nível não inferior a 10%;
  - ✓ Se a 1 de outubro de 2022, as Instituições tenham um rácio de adequação de fundos próprios totais inferior a 12%, devem adequar este rácio ao nível prescrito no nº 1 do artigo 1º do Aviso nº 1/2017, de 9 de fevereiro, nos seguintes termos: 10,5%, até 31 de Dezembro de 2022; 11,25% até 31 de março de 2023 e 12%, até 31 de dezembro de 2024.
- A dedução dos bens recebidos em dação/Adjudicação aos fundos
  - ✓ Foi prorrogado, até 30 de setembro de 2022, o prazo de dedução aos fundos próprios dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio pelas instituições de crédito, durante os anos de 2013 a 2016, cujo impacto no rácio de adequação se fazia sentir em 2020.
  - ✓ A dedução do valor líquido dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio aos fundos próprios cujo impacto no rácio de adequação de capital se fazia sentir em 2020, caso não houvesse a prorrogação do prazo nos termos do número anterior, ocorreu a partir de 01 de outubro de 2022.
  - ✓ A dedução do valor líquido dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio aos fundos próprios cujo impacto no rácio de adequação de capital se fazia sentir em 2021, caso não houvesse a prorrogação do prazo nos termos do número 1 do presente artigo,

deverá ocorrer a partir de 01 de outubro de 2023.

### ***Operational Plan to deal with Distressed Debtors (Plano Distressed Debtors)***

À data de 31 de Dezembro de 2022, tendo terminado o prazo das moratórias, o quadro do acompanhamento do BI consistia no seguinte:

- Moratórias cessadas

Tipo de entidade	Nº Entidades	Nº operações	Valor CVE
Empresas	248	314	3 341 786 738
Particulares	398	489	1 119 843 619
<b>Total</b>	<b>646</b>	<b>803</b>	<b>4 461 630 357</b>

Durante o ano, o Banco manteve o acompanhamento do seu *“Operational plan to deal with distressed debtors in the context of the coronavirus (COVID-19) pandemic”* [Plano operacional para lidar com devedores em dificuldades no contexto da pandemia de coronavírus (COVID-19)], implementado em 2020, e cujo objectivo principal é o controlo do nível de incumprimento, mantendo um rácio de NPL de acordo com o BI RAS, através preparação do BI com uma resposta pró-activa, estruturada e eficaz contra os possíveis fluxos de NPL e de reestruturados, visando:


- Fornecer soluções adequadas e oportunas para clientes considerados viáveis, mas que possam estar em crise financeira;
- Estruturar medidas proativas para minimizar quaisquer potenciais efeitos negativos associados ao término da moratória;
- Compreender de forma clara dos riscos que enfrenta e desenvolver uma estratégia adequada, garantindo o tratamento eficaz e atempado dos alertas precoces.

Decorrente da aplicação da metodologia implementada pelo Banco para avaliação periódica do nível de risco dos clientes com moratórias legais e linhas de crédito, nomeadamente, através da aplicação regular de questionários ou por aferição directa da Comissão Executiva, o BI foi reforçando os níveis de prudência para os aqueles com evidência de aumento do risco de incumprimento.

Assim, como resultado do acompanhamento próximo, em 2022, ano que marca o fim de uma das principais medidas de apoio à economia por parte do Governo em concertação com o Supervisor (término das moratórias de apoio à economia) não se verificou grandes alterações aos níveis de incumprimento.

### **36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não se confirmaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2022, passíveis de divulgação ou com necessidade de ajustamento



RELATÓRIO DE AUDITORIA E  
RELATÓRIO E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL



## Relatório do Auditor Independente

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Interatlântico, S.A.R.L. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 28.091.443 milhares de escudos de Cabo Verde (mCVE) e um total de capital próprio de 3.316.407 mCVE, incluindo um resultado líquido de 307.821 mCVE), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 649.455 mCVE, representando cerca de 3% do valor do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.4 c) - <i>Imparidade de ativos financeiros</i>, 7 e 17).</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▶ entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;</li></ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Adicionalmente, os efeitos da pandemia Covid-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total, aos quais acresce os potenciais efeitos financeiros decorrentes da atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia. Na Nota 34 é divulgada a evolução das exposições com moratórias legais que expiraram em outubro de 2022, designadamente com retoma dos planos financeiros, com medidas de reestruturação e crédito vencido.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade;</li> <li>▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;</li> <li>▶ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada;</li> <li>ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada;</li> <li>iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD);</li> <li>iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva;</li> <li>v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e</li> <li>vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes dos efeitos da pandemia Covid-19 após o fim das moratórias.</li> </ul> </li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

## 2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 47.840 milhares de CVE, representando 5% do valor daqueles ativos (Notas 13 e 17). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.4 e).</p> <p>Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos registados no Banco de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade.</p> <p>A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido;</li> <li>▶ testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias;</li> <li>▶ para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e</li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

## OUTRA INFORMAÇÃO

### Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

11 de maio de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sucursal em Cabo Verde  
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**  
**Pinto**  
Num. de Identificação: 08539023  
Data: 2023.05.11 18:18:14+01'00'



Ana Salcedas  
Diretora Geral/Partner



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2022

Exmos. Senhores Accionistas do Banco Interatlântico, SA

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2022, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 apresentados pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos na Assembleia Geral de 8 de Março de 2023.

### RELATÓRIO

A 16 de Fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal emitiu o relatório de actividades referente ao segundo semestre de 2021 que enviou para a Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos (CGD) nessa data.

A 03 de Março de 2022, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração do Banco Interatlântico, tendo prestado os contributos necessários e participado com total liberdade e independência.

No dia 24 de Março de 2022, o Conselho Fiscal emitiu por via telemática o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário.

A 26 de Abril de 2022, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Fecho de contas de 2021 e das contas respeitantes a Março de 2022; ii. Plano de actividades para 2022; iii. Parecer sobre o Relatório de Gestão e Anexo 2021; iv. Parecer sobre o orçamento do Banco para 2022; v. Parecer sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas; vi. Parecer sobre o Plano de Actividades da FAI de 2022-2024; vii. Parecer sobre a Revisão do Regulamento da FAI; viii. Parecer sobre a Subcontratação de auditorias; ix. Registo em acta dos despachos telemáticos de 27 e 29 de Dezembro de 2021, de 24 de Março de 2022, a sua participação no Conselho de Administração do dia 03 de Março de 2022 e o relatório de actividades enviado para a CGD; x. Actualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; xi. Relatórios de Auditoria Emitidos até à data da reunião.

A reunião concluiu-se no dia 27 de Abril de 2022, tendo o Conselho Fiscal participado na reunião do Conselho de Administração do dia 26 de Abril de 2022 e reunido com o Auditor Externo no dia 27 de Abril de 2022.

O Conselho Fiscal participou na reunião da Assembleia Geral do dia 31 de Maio de 2022 que se realizou em formato híbrido, tendo o presidente participado na reunião presencialmente.

A 19 de Julho, o Conselho Fiscal emitiu um parecer sobre a renovação de um *plafond* de garantias bancárias a pedido do cliente Adega S.A.

No dia 21 de Julho, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração na qual foram aprovadas as contas do primeiro semestre de 2022.

A 25 de Julho, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Acompanhamento junto do Auditor Externo dos trabalhos relativos ao RAA de 2022, ii. Apresentação das contas do primeiro semestre; iii. Apreciação e aprovação do reporte à Comissão de Auditoria da CGD sobre o primeiro semestre de 2022; iv. Plano plurianual de actividades do Conselho para 2022-2024; v. Apreciar os Relatórios anuais produzidos pela Função de *Compliance* e pela Função de Auditoria Interna; vi.

*"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."*





Relatório Anual de execução do plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas do BI; vii. Relatório Anual de Avaliação da Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses 2021 e a actualização do normativo; viii. Avaliação em 2023 da Função de Auditoria – solicitação BCE; ix. Plano de actividades da Função de *Compliance* para 2022; x. Relatórios de Auditoria Interna emitidos e do resumo de actividade da Função de Auditoria Interna; xi. Normativo sobre o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares; xii. Determinação Específica nº05/2022 do BCV e ponto de situação sobre o risco de IT.

A 19 de Outubro, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração, na qual foram apreciadas as contas de Setembro e a estimativa de fecho do ano.

A 21 de Outubro, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Contas de Setembro e estimativa de fecho do ano; ii. Aprovação da actualização ao Plano de actividades do Conselho Fiscal; iii. Aprovação da actualização do seu Plano de Actividades para 2022; iv. Aprovação da revisão do seu Regulamento e a correção ao plano plurianual de actividades do Conselho para 2022-2024; v. Parecer sobre o Código de Conduta; vi. Parecer sobre o Regulamento da Função de *Compliance*; vii. Parecer sobre o Regulamento da Função de Gestão de Riscos; viii. Parecer sobre a revisão da Estrutura Organizacional do Banco; ix. Parecer sobre a Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse; x. Acompanhamento dos trabalhos relativos ao Relatório de Autoavaliação de 2022; xi. Relatórios de Auditoria Interna emitidos e resumo de actividade da FAI; xii. Follow-up das deficiências de controlo interno - 3T/2022; xiii. Recolha de sugestões para o plano de actividades da FAI do BI; xiv. Relatório de Acompanhamento do segundo trimestre do Gabinete da Função de *Compliance*; xv. Plano de Actividades do Gabinete da Função *Compliance* para 2023.; xvi. Lista de partes relacionadas do Banco; xvii. Análise e conhecimento do Perfil de Risco do BI; xviii. Apreciar o Relatório de actividades da Função de Gestão de Riscos referente a 2021; xix. Determinação Específica nº05/2022 do BCV e da acção de inspecção feita pelo BCV.

No dia 15 de Dezembro de 2022, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração, na qual foram apresentadas as contas de Novembro.

No mesmo dia, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Contas de Novembro; ii. Revisão do organograma do Banco; iii. Plano de actividades do Conselho Fiscal para 2023 e plano plurianual para 2023-2025; iv. Relatório anual sobre Comunicação Interna de Práticas Irregulares; v. Parecer sobre o Relatório de Autoavaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas; vi. Ponto de Situação sobre as deficiências em aberto e estimativa de conclusão até final do ano; vii. Relatórios de Auditoria Interna Emitidos e Resumo de actividade da FAI; viii. Revisão do Plano de Auditorias da FAI; ix. Emissão de Pareceres sobre as normas corporativas da Função de Gestão de Risco; x. Relatório de acompanhamento do terceiro trimestre do Gabinete da Função *Compliance*; xi. Plano de Actividades do Gabinete da Função *Compliance* e da Função de Gestão de Riscos para 2023; xii. Declaração anual sobre as Políticas de remuneração do Banco; xiii. Planos de Recuperação e Resolução; xiv. Determinação Específica nº05/2022; xv. Relatório de Reclamações de Clientes.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a variação dos elementos patrimoniais e a respectiva situação financeira, tendo analisado a informação contabilística facultada.

Foram também efectuadas as reuniões consideradas adequadas, nomeadamente com o Auditor Externo, para assegurar o necessário conforto ao Parecer que se emite.

*"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."*

Banco Interatlântico, S.A, Sede Social Chã de Areia CP 131-A Praia, Tel: 2614008, [bi@bi.cv](mailto:bi@bi.cv), Capital Social 1.000 000 000 CVE, Reg. Com. 719/1999/08/08

Grupo Caixa Geral de Depósitos



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Rendimento Integral e do respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2022, os quais reflectem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria, nomeadamente as perdas por imparidade do crédito a clientes e a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

O Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores como os mais relevantes da actividade do Banco em 2022:

- O activo líquido alcançou o montante de CVE 28.091.443 mil, representando um aumento do activo líquido em c. 8,4% (CVE +2.170.745 mil), justificada essencialmente pelas seguintes variações:
  - Pelo aumento da carteira de crédito líquido (CVE +1.135.894 mil, +5,6% VH), com o crédito não titulado bruto a aumentar CVE 1.033.769 mil (+6,8%), e;
  - Pelo aumento das disponibilidades (CVE +692.372 mil, +20,1% VH);
- Do lado do passivo, os depósitos totais de clientes aumentaram c. 7,5% (CVE +1.660.121 mil), com os depósitos à ordem a aumentarem 8,1% (CVE +1.037.861 mil) e os depósitos a prazo a aumentarem em 6,6% (CVE +622.260 mil), impulsionado por um lado pela retoma económica mais acentuada em 2022, e por outro o foco da atuação comercial na retenção e captação de depósitos;
- O rácio de transformação situou-se nos 68,8%, registando uma diminuição de 0,6 p.p face ao ano anterior;
- O produto bancário aumentou em 2,4% (CVE +27.839 mil), impulsionado, essencialmente, pelo efeito do acréscimo da margem complementar (+11,2%, CVE +27.545 mil);
- Os custos de estrutura aumentaram 7,2%, situando-se nos CVE 695.057 mil, justificado pela maior retoma da actividade em 2022, pela implementação de projectos estratégicos e regulatórios anteriormente adiados e pela duplicação de custos consequente do atraso nas mudanças para a nova Sede.
- O cost-to-income passou de 55,6% em Dezembro de 2021 para 58,2% em Dezembro de 2022, reflexo dos projectos de inovação e regulatórios em curso e por duplicações de custos relacionados com os atrasos na mudança das instalações;
- O resultado líquido atingiu os CVE 307.821 mil, representando um aumento de CVE 25.040 mil (+8,9%) face a Dezembro de 2021.
- O rácio de solvabilidade do Banco situou-se nos 15,7%;
- O Conselho Fiscal verificou que os indicadores do RAS – *Risk Appetite Statement*, bem como o princípio de assegurar um *buffer* de capital adicional de 3 pp face ao rácio de solvabilidade regulamentar, estão cumpridos;
- O Conselho Fiscal entende que a proposta de distribuição de 50% do Resultado Líquido, antes de constituída a reserva legal obrigatória, é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos activos, robustecendo os fundos próprios da Instituição e assegurando a reposição da remuneração dos capitais investidos, iniciada em 2021 após vários anos de interrupção e que a distribuição de dividendos é um indicador essencial de qualquer Instituição sólida;

O Conselho Fiscal tem acompanhado, em permanente contacto com a Comissão Executiva e as Estruturas do Banco, a evolução da actividade, pelo que felicita a Comissão Executiva e todos os colaboradores pela recuperação do incumprimento, num contexto de pós-pandemia, bem como pelo crescimento do negócio no ano de 2022.

Em conformidade com o exposto e tendo presente que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a actividade desenvolvida em 2022 e

*"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."*





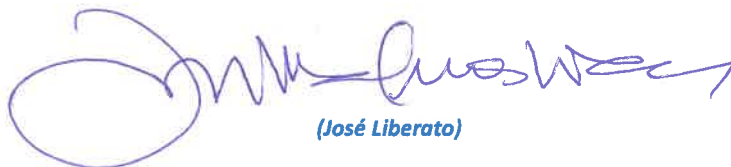
que a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis, nem os indicadores do RAS (Risk Appetite Statement), o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- b) Aprove a Aplicação de resultados proposta, sublinhando que se dá continuidade à melhoria da solidez do Banco, com a fundamentação atrás referida.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa, por toda a colaboração prestada e pelos resultados alcançados em 2022.

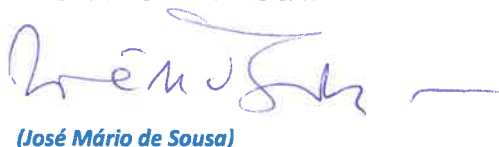
Cidade da Praia, 12 de Maio de 2023

#### **PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL**



(José Liberato)

#### **VOGAL DO CONSELHO FISCAL**



(José Mário de Sousa)

#### **VOGAL DO CONSELHO FISCAL**



(Carlos Alberto Rodrigues)

*"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."*



**RELATÓRIO**  
**E CONTAS**  
**2022**